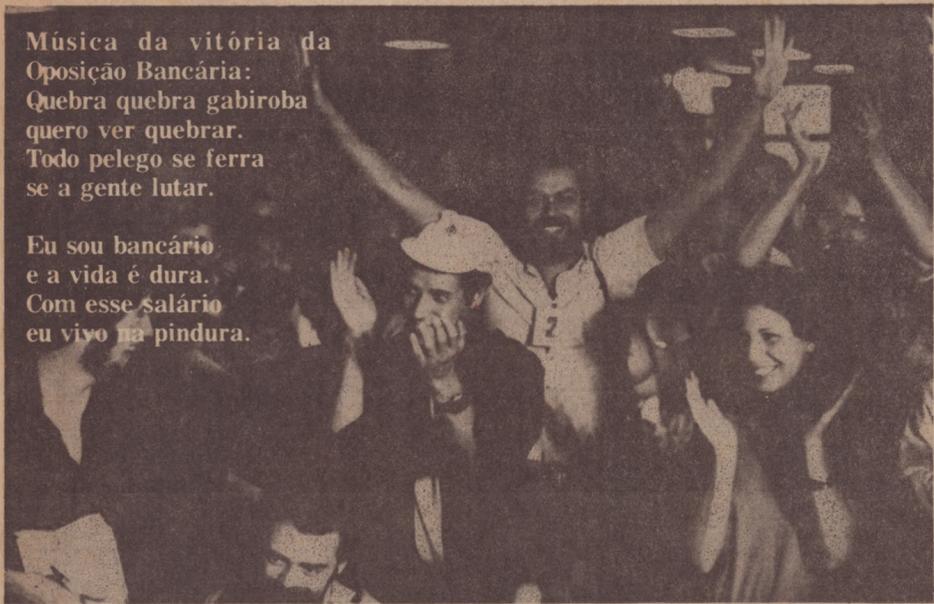


Música da vitória da
Oposição Bancária:
Quebra quebra gabiroba
quero ver quebrar.
Todo pelego se ferra
se a gente lutar.

Eu sou bancário
e a vida é dura.
Com esse salário
eu vivo na pindura.



Vitória da Oposição bancária Desta vez foi pra valer

Centenas de bancários saíram em carnaval pelas ruas de São Paulo no último dia 18 para comemorar a derrubada do pelego. «Agora é garantir a posse e lutar pela democratização do sindicato», afirma o novo presidente.

Pág. 3

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO II — Nº 52 — DE 22 A 28 DE FEVEREIRO

O QUE A OPOSIÇÃO FAZ NO CARNAVAL

Lula, Severo Gomes, Henfil, Lisâneas Maciel, Antônio Augusto de Oliveira Campos, Helena Grecco e Plínio Marcos contam seus planos para este carnaval. Movimento Contra a Carestia organiza blocos nos bairros. Newton Santos exilado brasileiro, com saudades de Momo, mostra como deve ser entendida a maior festa popular brasileira.

Pág. 7

IR-Calamidade paga folia do governo

Com o pretexto de salvar os flagelados das enchentes, o governo meteu a mão no bolso dos trabalhadores através do aumento da alíquota do Imposto de Renda na fonte. Mas a verdade é que em Minas as vítimas da calamidade estão sendo tratadas entre o descaso total e a paulada pura e simples da polícia. Onde foi parar então o dinheiro, senão nas orgias dos Lutfalla, Atalla, Light e Cia?

Pág. 6

Chapa branca na Federação

As mordomias da Federação Paulista de Futebol conseguiram aquilo que nem mesmo Geisel e Figueiredo puderam fazer: uniram malufistas e egýdistas em torno da dobradinha Nabi/Márcio. Corrupção, fraude e intimidação dos delegados deram vitória à chapa arenista. Teme-se pelo futuro da FPF: o novo presidente já conseguiu levar à falência um clube do interior, o Bragantino, de Bragança Paulista. Pág. 12

Febem corrompe menores

Multiplicam-se as denúncias de maus tratos nas unidades da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor (FEBEM). Ao invés de apurar as responsabilidades, a direção da entidade encarregada da «recuperação» dos menores abandonados de São Paulo, começa a pressionar jornalistas e funcionários que apontam as irregularidades. Neste número, EM TEMPO publica a primeira de uma série de reportagens mostrando toda a podridão existente na FEBEM. Pág. 12



O camponês que foi a Puebla

Zé Teixeira, lavrador goiano, de volta do México é recepcionado por um mutirão de companheiros na sua roça. Pág. 8

Fumageiros contra a Souza Cruz

Pág. 4

China X Vietnã

"Camarada" Teng ataca outra vez

Pág. 9

Tentaram a suspensão do EM TEMPO

Pág. 11

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O ANO INTERNAZIONALE DA CRIANÇA...



Sequestro no sul virou moda

Uma viatura da JEFEATURA DE POLÍCIA DEL URUGUAY invadiu durante a madrugada do último dia 15 a cidade fronteiriça de Santana do Livramento (RS) e sequestrou um comerciante uruguaio portador da carteira modelo 19 e há 15 anos morando no Brasil. Cinco policiais fortemente armados e vestindo a farda oficial da polícia do seu País bateram na porta da moradia do cidadão Asdrúbal Moreira da Fontoura. Quando este veio atender, foi «convidado» a entrar na viatura, não adiantando o seu pedido para que primeiro fizesse a higiene pessoal.

A cena foi acompanhada por Ana Maria Fontes de Moreira, esposa do sequestrado e mais duas testemunhas. Segundo Ana Maria, o chefe

do grupo, falando castelhano gritou «vai conosco até Vila Tranquera, no território Uruguaio». Desconcertada, ela procurou o líder da bancada do MDB na câmara que a instruiu a dar queixa à polícia.

Esta não é a primeira vez que a polícia uruguaia invade o Brasil e prende cidadãos dentro das nossas fronteiras, num completo desrespeito a soberania nacional e numa total violação da «segurança nacional» tão zelosamente defendida pelo regime.

O caso foi denunciado ao governador Guazzelli e está nas mãos do delegado Edgar Fuques, o mesmo que conduz as investigações sobre o outro sequestro, o dos uruguaio em Porto Alegre. Aliás, esse delegado é o mesmo que em 1975 recebeu

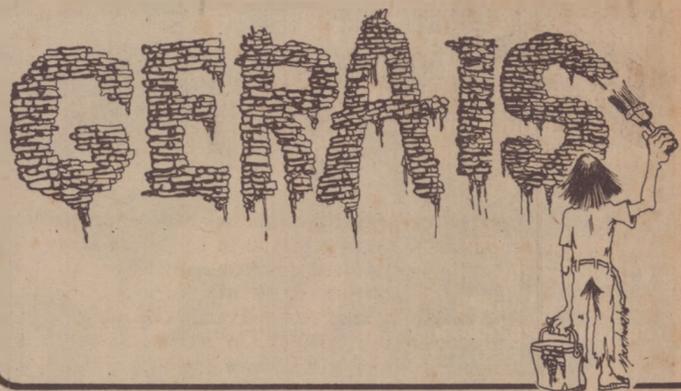
em Porto Alegre o brasileiro Nelson Rolin de Moura, preso durante 15 dias em Montevideu. Na oportunidade, Fuques interrogou Moura durante quatro horas e, tranquilamente, mostrou-lhe as anotações que lhe tinham confiscado os policiais uruguaio. E o delegado Fuques não esqueceu de recomendar a Moura que esquecesse completamente o «episódio» para não se meter em novos apuros.

O comerciante foi libertado na noite do dia seguinte, sexta-feira, tendo sido entregue à Polícia Federal de Livramento. Apesar de solto, Asdrúbal continuou sendo ameaçado, tendo permanecido durante toda a noite do último domingo em frente sua casa várias viaturas da polícia uruguaia. (Ailton Ortiz).

Burro de Zoológico?

O empresário João Carlos Meirelles acaba de provar que a gente não pode levar a sério os empresários. Seu raciocínio é o seguinte: «A Amazônia é uma floresta sem e melhor seria cortá-la do que deixar que ela floresça». Seria isso sim simples caso de internação no Juqueri ou no Pinel, se ele dissesse só isso.

Mas, ele foi além, defendendo a ocupação imediata de 1 milhão e 500 mil quilômetros quadrados da região, alegando que «não podemos permitir a transformação (da Amazônia) num Jardim Zoológico. Já deu para entender: ele não quer ficar na Amazônia, quer ir e para outro zoológico. (R.V.N.)»



A união da Vila Nhocuné



Mais uma vez, o povo da periferia de S. Paulo se reúne para exigir das autoridades, melhores condições de vida.

Desta vez foi da Vila Nhocuné, na Zona Leste, onde mais de 200 moradores, se reuniram domingo à tarde em assembleia, para a entrega de um abaixo-assinado com mais de 900 assinaturas, a onde é colocado a urgência da construção de um Pronto-Socorro e a ampliação do

posto de Saúde naquela região.

O representante do secretário de saúde tentou conduzir a reunião esboçando um monólogo onde aparecia a preocupação de justificar a situação, colocando a culpa na burocracia (que não deixa de existir) e nas dificuldades financeiras.

Imediatamente, um rapaz levantou-se e convidou: «Porque o sr. não vem morar aqui para sentir as

dificuldades que a gente enfrenta para levar um doente nosso ao posto de saúde ou hospital mais próximos? Venham sentir o que a gente sente, aí talvez vocês falem menos e ajam mais».

Já com a ameaça da chuva e sem muita resposta concreta, o secretário acenou com a possibilidade de construção de um hospital geral em Itaquera e construção de um Pronto-Socorro no Jardim Nordeste, distante três quilômetros da região, mal servido pelos transportes coletivos. Finalmente, o representante do secretário não prometeu o posto mas garantiu que se esforçaria para tanto, lembrando que a promessa poderia ser cobrada antes de sua saída do cargo, a 15 de março.

Ali mesmo, marcou-se a próxima assembleia para o dia 11 de março, para dar continuidade à luta pelo pronto-socorro e ampliação do posto de saúde da Vila Nhocuné.

DNER: explorando e construindo estradas

«O governo não deve saber que nós existe, só pode ser isso». «Não saio daqui, porque se eu morrer eles paga o sepultamento».

Estas são algumas das declarações prestadas, à sucursal de Belo Horizonte, pelos funcionários de nível I do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, eles são auxiliares operacionais do serviço de engenharia, representam a base da hierarquia do Departamento, atuam nas diferentes frentes de trabalho espalhadas pelo País, recebendo um salário estatutário que varia entre Cr\$ 1.793 e Cr\$ 1.983. Desse salário são descontados mensalmente mais de 320 cruzeiros.

A maioria dos auxiliares operacionais de engenharia entrevistados já trabalhou na abertura de rodovias em diferentes pontos do Brasil — batalhei 12 anos na Rio-Bahia, com picareta, enxada, trabalho de força, mesmo».

Há também o caso do funcionário que prestou serviços durante 16 anos na BR 262 (Belo Horizonte — Monlevade) mas se queixa apenas do aumento «danado» do custo de vida e da inviabilidade do poder aquisitivo da atual remuneração.

Todos os entrevistados trabalham depois de cumprir o expediente do DNER.

Fazem toda a sorte de biscaites, enfrentando uma jornada de trabalho diária de 16 a 18 horas.

«Fora daqui sou pintor de paredes. Este aqui trabalha numa companhia de limpeza, aquele lá vende limão. Na sexta-feira passada, por exemplo, saí daqui às seis e meia da tarde e encarei uma pintura até meio-dia de sábado. Mas tem que ser: senão as famílias não comem».

Sobre o aumento de 40% que receberão a partir de março, foram todos unânimes quanto à sua insuficiência e quanto à defasagem que existe entre ele e a realidade dos servidores de nível I.

Sem diversões que compensem, «só vou na missa e ouço futebol pelo rádio», lembrando que esta realidade miserável atinge aos auxiliares operacionais do serviço de engenharia do DNER de qualquer região brasileira, os funcionários de nível I de Belo Horizonte desabafam:

«Bota no jornal tudo o que a gente disse. Diz também que a gente é humano, que trabalha, ninguém é bandido, nem marginal e que, dentro do DNER mesmo, tem gente que ganha o mais da conta e nós estamos sempre piores».

(Luiz Carlos Josephson)



Resistência

Realizou-se no dia 12 de fevereiro, na Auditoria da 8ª Circunscrição Militar de Belém, o julgamento dos implicados no caso do jornal «Resistência», enquadrados na Lei de Segurança Nacional, por terem publicado notícias consideradas tendenciosas.

Um deles, Paulo Fonteles, presidente da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos e acessor jurídico do Instituto de Pastoral Regional, órgão da CNBB, recusou-se a assinar seu depoimento, alegando que o mesmo omitia muito do que revelara quando torturado nas dependências do Exército, há anos atrás.

O diretor do jornal, Luis Malouf reafirmou que continuava denunciando todas as informações sobre ocorrências de torturas que lhe foram levadas, afirmando que assim, agiria como um brasileiro que não concorda com a opressão instaurada no país desde 64».

Do jeito que as coisas vão, a gente fica a pensar que a «abertura» só virá mesmo para aqueles que nunca conheceram fechamento algum. Os outros, que se cuidem, senão a «abertura» apanha... (A.R.)

Vigarice imobiliária

Na terça-feira, dia 13 de fevereiro, realizou-se na Fracab (Federação Riograndense de Associações Comunitárias e Amigos de Bairro), uma reunião dos moradores do bairro Jardim Viosa. Havia aproximadamente 100 pessoas que neste dia assinavam a escritura definitiva de seus terrenos, comprados há mais de três anos.

Conta o presidente da Associação, formada há um ano e três meses, seu Carlos Guerreiro, que os terrenos foram comprados da UMVP (União dos Moradores das Villas Populares), sendo que esta se comprou do proprietário, seu Rafael, pagando apenas a entrada e após ler os 6 hectares os reverenda O antigo proprietário pediu reintegração de posse e ganhou a questão. Os moradores foram ameaçados de despejo, sendo que o oficial de justiça trabalhava inclusive sábados e domingos, vindo à vila no carro do proprietário.

Os moradores começaram a se organizar, formando associações e compuseram diversas comissões, (jurídica, imprensa, contatos, etc.) todas funcionando regularmente, procuraram advogados e começaram a batalha,

passando de uma situação de despejo iminente para a atual, quando compraram conjuntamente toda a área — 116 lotes, num total de 50 compradores. A demonstração mais evidente de solidariedade foi o de se haverem cotizado para pagar Cr\$ 4.000,00 de entrada, dado que havia pessoas que não dispunham do referido montante. Com a venda dos demais lotes pretendem urbanizar o loteamento. Endem eles que a função de sua organização não termina com a regularização dos terrenos, razão primeira porque foi fundada a Associação, e pretendem continuar organizados e unidos.

Cabe ainda uma palavra sobre a UMVP, «entidade fantasma», fundada sobre a ideia de uma «imobiliária popular» e que realizou as maiores picaretagens na grande Porto Alegre; o sem número de loteamentos irregulares por ela realizados já foi objeto inclusive de uma CPI para «apurar as irregularidades na venda de lotes e cobranças de dinheiro para urbanização nos loteamentos de responsabilidade da UMVP», mas a CPI encontra-se engavetada na Câmara.

Açúcar e repressão

O «dono da Copersucar (continuando entendendo esse negócio de cooperativa ter dono), Jorge Wolney Atalla, não administra bem o que ganha explorando seus empregados e está precisando de dinheiro.

O Banco do Brasil já se dispôs a formar um «pool» com outros bancos para socorrer o Atalla. (Por outro lado, os trabalhadores brasileiros, que se encontram numa pior há muito mais tempo, continuarão estrepados, sem assistência de qualquer «pool»). Como vêem, o dinheiro que o famigerado empresário aplicou na «Operação Bandeirantes», ainda no tempo do governador Abreu Sodré, continua dando dividendos até hoje. (R.V.N.)

A verdadeira abertura

O Conselho Permanente de Justiça da 2ª Auditoria Militar da 2ª CJM, absolveu por unanimidade o engenheiro Ricardo Zaratini Filho da acusação de envolvimento nas greves da Cosipa, em 1965. Um dia antes, o engenheiro tinha sido condenado a três anos de reclusão por aquela mesma auditoria, sob a acusação de publicar e distribuir o jornal «O Companheiro», considerado subversivo, e por organizar a entidade também considerada «subversiva», Partido Revolucionário do Proletariado.

No que se trata desse primeiro julgamento em que Zaratini foi condenado, o seu advogado, Idibal Piveta, pediu absolvição alegando ter sido o auto de busca e apre-

ensão «falso e forjado», uma vez que só foi expedido duas semanas depois da prisão, não tendo portanto sustentação legal.

Um aspecto bastante interessante de toda a história, é que o julgamento foi feito tendo por base a nova Lei de Segurança Nacional; e mais hoje, que se fala em abertura e anistia até mesmo nos anais do governo, a condenação encerra algo de insolito e intrigante. Ninguém explica por exemplo, como é que se vai anistiar os presos políticos, se ainda agora se esta condenando, segundo as regras do arbítrio. Ou será que a tão propagada abertura não vai passar de uma simples «fresta» mesmo? (A.R.)

Favelados se defendem

Cerca de 2.000 famílias estão sendo violentamente removidas da favela «José Bastos», uma das maiores favelas da cidade de Fortaleza. A polícia tem usado sistematicamente todos os meios de repressão contra a população. Em meados de dezembro, quando os moradores se organizavam para reivindicar junto às autoridades o direito de permanecer no local a repressão foi intensa: três viaturas e camburões da polícia se deslocaram para favela e os policiais agrediram violentamente mulheres e homens que lotavam dois caminhões. Vários moradores ficaram feridos e um saiu gravemente ferido.

As intimidações continuam: atualmente casas estão sendo derrubadas sem o consenti-

mento dos moradores, contrariando medida judicial cinco famílias apresentaram denúncia ao advogado, mas a perseguição continua violenta: um muro está sendo construído pelas autoridades, cercado todas as casas, três moradores foram detidos e no quartel da PM foram ameaçados de terem unhas arrancadas com alicate; um deles foi espancado para revelar o paradeiro de um dos membros da comissão de moradores, obrigando-o a abandonar a favela face a ameaça de prisão e morte por alguns policiais.

Sectores da Igreja, o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Seção Ceará a Associação dos Sociólogos do Estado e outras entidades publicaram uma nota se solidarizando com a população favelada e

solicitando ao poder público «imediate desapropriação daquela área para interesse social, garantindo a fixação da população ali residente». «Fatos desta natureza, continua a nota, vêm ocorrendo em todas as grandes cidades, para onde se dirige a população sem terra, expulsão do campo, e que encontra voracidade da especulação imobiliária que cada vez empurra a população pobre para zonas periféricas mais distantes». Depois de lembrar que a expulsão dos moradores da favela José Bastos está sendo efetivada de forma arbitrária, o comunicado lembra que «a política habitacional do governo não vem cumprindo seu papel, mas, ao contrário, tem favorecido o agravamento dos problemas».

(Escritório de Fortaleza)

Auto-censura na Tupi

Lula, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, não tira o chapéu para qualquer um. Isto ele demonstrou na semana passada, ao participar do programa «Ailton Rodrigues» da TV Tupi, de São Paulo. Ele participava de um quadro em que todo o convidado deve dizer se tira ou não vários chapéus, em

cujo interior está escrito nome de alguma personalidade. Pois o Lula rejeitou quatro chapéus, os em que constavam os nomes do ministro Mario Henrique Simonsen, do ex-ministro Delfim Neto, do ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto e do «superpelego» Ari Campista, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

A recusa do Lula provocou a ira da Tupi, que baixou a autocensura e não teve dúvidas, tirou todo o quadro do ar. Inclusive, o próprio Ailton Rodrigues teve uma grande surpresa, pois sequer foi comunicado do corte. Só soube dele quando assistia ao programa, que é levado ao ar às sextas-feiras, em sua casa. (T.D.)



Papi e Fábio fazem: Diagramação, Montagem e Produção gráfica. Todas as 3ªs feiras à noite. Tel.: 8536680 e 2804759



Assine EM TEMPO:

Subscription form for 'EM TEMPO' magazine, including fields for name, address, phone, and payment options (Annual: Cr\$ 600,00; Semestral: Cr\$ 350,00).

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canulo, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flaminio Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canulo (Diretor-Presidente). Secretário de Redação: Luiz Nadai. Produção e Secretária Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

re, Altair More a Cecilia Tompsom, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Vaga, Lana, Marneide Oliveira, Olgária Mats, Suzana Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, A. Adreaz Amorim, Ariz: Sérgio L. Papi (diagramação), Selz Maringoni, Duto Bicalino, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Bousis F., Jesus Carlos, João Roberto Martins F., Niels Andreas (foto). Arquivo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Maninho, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quirino, Silvestre Prado, Valdeaz Amorim. Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé. SUCURSIAIS: Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto Marre (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Maizé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphaug (redação), Mariza Araújo (administração). Porto Alegre (Av. Osvaldo Cruz, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayba, Raul Pont. Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cacy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Ricardo, Paulo Santos, Rebeca Scatru, Alzira Medeiros, Eliane Veiros, Rita Almeida, Maria Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Jival Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 — sala 408): Adairto Nunes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Fernando Karay, Luis Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Liga Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Renato Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas. Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio D'Assis, Emiliano José, Dalton Goulão, Odaico Miranda, Ana Maria. Escritórios: Aracaju (SE): David Dantas. Campinas (SP): Fátima Barros

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Genivaldo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Sarava Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), João Passos (PB), Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campos (RJ), Cicero Correia, Francisco de Assis. ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, Jesus Maria. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaig, Alirio Marcon des Piconia (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelfo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte) — Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP 05415 — Telefones: 280 4759 e 853-6680. Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de Abril, 230, São Paulo, S.P.

BANCIÁRIOS

Oposição arquiva pelego

A vitória da oposição dos bancários provoca grandes expectativas em outras categorias de trabalhadores.

Há muitos anos nenhuma oposição conseguia chegar até aí.

O novo presidente do sindicato diz que o atrelamento sindical só arrebentará quando for criada a Central Única dos Trabalhadores.

Um dos objetivos da nova diretoria é acabar com o medo de participar do movimento sindical.

Por Terezinha Vicente Ferreira

O sábado passado, dia 17, amanheceu feliz para os bancários paulistas que, reunidos na sede de seu Sindicato, comemoraram uma importante vitória. Durante toda a noite foram apurados os votos do segundo pleito, que elegeram os novos dirigentes sindicais a serem empossados no próximo dia 28. A Oposição Bancária — Chapa 2 — obteve 9.237 votos, contra apenas 3.582 dados à Chapa 1. Os votos nulos foram 317 e os brancos, 111.

Apesar do cansaço que dominava os bancários, que passaram a semana toda fiscalizando as urnas e mobilizando a categoria, todos permaneceram acompanhando a apuração a fim de garantir a vitória final. Apesar do número de bancários que compareceram às urnas neste escrutínio ter sido bem menor que o primeiro, em todas as urnas a diferença para a Oposição aumentou.

A organização e unidade que manteve a Oposição durante todo o período eleitoral conseguiu superar todas as tentativas de criar obstáculos efetuados pela situação. Conseguiu-se atingir o quorum dificultado pelas manobras da Chapa 1, impedir a impugnação de urnas significativas para a Chapa 2, evitar as provocações acirradas no final da semana e, no fim, teve até choradeira.

A última tentativa do pelego

Como estava sendo esperado, Francisco Teixeira, encabeçador da Chapa 1 ainda tentou anular a eleição, alegando que o número total de eleitores não estava correto. Tentativa muito infantil, pois quem fornece os dados para a eleição é a diretoria do Sindicato. No caso, ele mesmo.

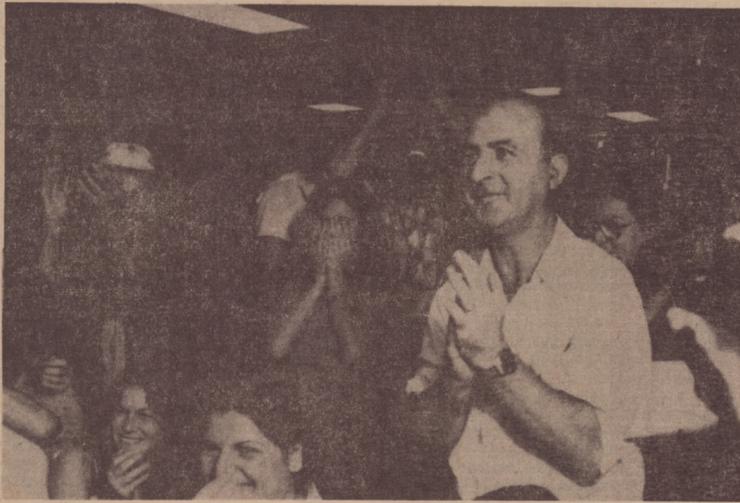
O número de eleitores fornecido à DRT foi de 21.774. No decorrer da semana, Francisco Teixeira entrou com um protesto dizendo que, na verdade, esse número deveria ser maior, somando-se os votos em separado. Logo no início da apuração, percebendo que sua derrota seria vergonhosa, tentou apelar novamente.

No entanto, o argumento era tão frágil que o próprio procurador da DRT chegou a dizer que aquilo constituía uma «falsidade ideológica», já que, como presidente do Sindicato, Teixeira deu as informações à DRT e agora pretendia mudá-las.

Para Teixeira a Chapa 2 ganhou por ser Oposição, visto que seu programa «era até mais radical que o da Chapa 2». O que ele se esquece, entretanto, é que foi a sua prática durante estes últimos três anos, aliando-se aos patrões e trabalhando contra a mobilização da categoria, que fez surgir a Oposição e que a elegeu.

A importância da união

A nova diretoria do Sindicato dos Bancários



Alegria da vitória

de São Paulo está sendo alvo de grande expectativa, não só por parte da categoria bancária, como também de outros trabalhadores. Depois de decretada a portaria 3437, que regulamenta as eleições sindicais e coloca muitos entraves à vitória das Oposições (como por exemplo, a escolha dos mesários, a que só a diretoria dos Sindicatos tem direito) é a primeira vez, em São Paulo, que uma chapa de Oposição ganha um Sindicato corporativo — cada um com seu feudozinho. A gente propõe à diretoria não se 'pavonear'. Não queremos o cultivo do personalismo, e sim o respaldo da categoria». E exemplifica: «O que se critica é, por exemplo, quando foram à Brasília falar sobre o decreto 1632. Ninguém se respaldou na categoria, convocando assembleias para discutir com os trabalhadores, mas tiraram licença».

Luiz Gushtiken, o novo vice-presidente, vê muita importância nesta vitória: «As oposições hoje estão servindo de canais de expressão das categorias. Com a vitória da Oposição Bancária, o que se expressa é um avanço da classe trabalhadora. O que se caracteriza na vitória dos bancários é que um organismo da classe toma posse de um Sindicato de importância chave. Temos certeza que em outras categorias de trabalhadores as oposições sindicais se tornarão mais fortes e ficará mais claro que elas são, hoje, um canal da classe».

A união com outras categorias e com seus elementos mais representativos é tarefa importante na opinião de toda a chapa. «Temos obrigação de passar para outras Oposições a nossa experiência, e nisso precisamos ressaltar a importância da unidade, da organização, do trabalho de equipe», afirma Sandra Cajazeiras, outra diretora oposicionista.

Antônio Augusto de Oliveira Campo, encabeçador da chapa, também faz questão de frisar que foi o trabalho dos bancários que se uniram durante toda a campanha eleitoral, e durante os pleitos que fizeram essa bela vitória: «A Chapa 2, depois da derrota da greve, estava desacreditada e, por isso, lutou praticamente sozinha».

Com a categoria na frente

Dentro do movimento sindical brasileiro, hoje, o que se espera de uma chapa de Oposição? Para a nova diretoria do Sindicato dos Bancários nada é mais importante que a categoria. Nesse sentido, eles têm algumas críticas a fazer aos novos dirigentes sindicais.

«O movimento dos 'autênticos' ainda é de cúpula», diz Augusto. «Tem importância mas

ainda é corporativo — cada um com seu feudozinho. A gente propõe à diretoria não se 'pavonear'. Não queremos o cultivo do personalismo, e sim o respaldo da categoria». E exemplifica: «O que se critica é, por exemplo, quando foram à Brasília falar sobre o decreto 1632. Ninguém se respaldou na categoria, convocando assembleias para discutir com os trabalhadores, mas tiraram licença».

Luiz Azevedo complementa: «Claro que os 'autênticos' não são iguais aos pelegos ministerialistas mas nós assumimos uma posição crítica. Precisamos dar passos onde o trabalhador participe e se organize. Devemos nos filiar não aos 'autênticos', mas às suas categorias».

Quanto à questão do PT, tão discutida hoje nos meios sindicais, a chapa confessa ainda não ter discutido a ponto de se ter uma posição, mas as opiniões vão pelo mesmo caminho do sindicalismo que pretendem fazer. Luiz continua: «O que está colocado para nós não é a posição da chapa, mas sim de que forma a categoria pode participar na construção de um Partido de Trabalhadores: um partido que vá lutar pelo poder, porque senão não é necessário um partido, continuamos na luta sindical».

Os integrantes da chapa parecem estar muito preocupados com o programa desse PT, e com a sua discussão pelos trabalhadores, pois ainda não chegou até eles. «O MDB não serve», diz August-



Tensão: o vencedor será anunciado.

PROFESSORES

A Universidade é uma fábrica de diplomas

As denúncias sobre a crise atual da Universidade Brasileira, sem dúvida nenhuma, foram ponto central das discussões realizadas durante o 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários. Inclusive é tal a exacerbação do controle burocrático e policial sobre a universidade que, hoje, segundo o professor Modesto Carvalhosa, ela «está à direita do próprio regime».

Por Luiz Nadai

Encerrou-se no último domingo o 1º Encontro Nacional de Associações de Docentes Universitários, realizado na Universidade de São Paulo, com a participação de 34 entidades de várias universidades do país. O principal resultado do Encontro foi a troca de experiências entre as diversas entidades. Durante o Encontro foram debatidos os seguintes temas, através de várias comissões: «Democratização da Universidade e Triagem Ideológica», «Questões Trabalhistas», «Sistema de Ensino e Reforma Universitária» e «Papel das Associações de Docentes».

A sessão de abertura do Encontro foi presidida pelo professor Modesto Carvalhosa, presidente da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo — Adusp — que relatou o total isolamento por que passa a Universidade, afastada dos problemas da comunidade. «A Universidade passou a não contribuir para movimentos válidos e estiolou-se sob o domínio policial e burocrático, sob processos de dominação e aposentadorias compulsórias», afirmou o professor.

Na discussão do tema «Democratização da Universidade e Triagem Ideológica» os professores presentes ressaltaram que a «democratização da universidade brasileira está subordinada ao processo geral de democratização da sociedade nacional» e que torna-se necessária a «afirmação de uma autonomia universitária entendida como processo de tomada de decisões e exercício de permanente controle», com a participação de professores, funcionários e estudantes.

Esse exercício e controle do poder dentro da Universidade deve ser, como apontam as decisões dos professores, «com a realização, inclusive, de eleições diretas para o preenchimento dos cargos de direção dos órgãos administrativos e técnico-científicos». Além disso, ficou ainda estabelecido desenvolver-se: «luta sistemática e organizada contra o expurgo, a triagem e a discriminação ideológica existentes nas Universidades brasileiras e luta pela reintegração dos docentes

afastados do seu trabalho mediante expurgo, cassação ou aposentadoria».

As Comissões de trabalho sobre o tema «Questões trabalhistas» identificaram na política educacional dos Governos pos-64 a responsabilidade pela manutenção e agravamento das condições que têm caracterizado a crise da Universidade brasileira nesta década. No que diz respeito especificamente às questões trabalhistas que afligem hoje a Universidade, elas se inserem na problemática política mais geral e, somente, a luta pela democratização da Universidade propiciará o encaminhamento de soluções autênticas as reivindicações funcionais e salariais dos professores universitários e as de reestruturação dos quadros docentes do ensino superior».

Professor, máquina de dar aulas.

«Está claro para nós que a política educacional elevada efeito sob a égide dos últimos governos autoritários tem gerado todas as distorções verificadas no ensino brasileiro. Esta política, que aponta para a privatização do ensino em todos os níveis é a matriz da crescente exploração a que vem sendo submetidos os professores brasileiros». Essa exploração se expressa principalmente através da criação das figuras dos professores eventuais — voluntários, horistas e colaboradores.

«A situação dos professores voluntários, horistas e colaboradores caracteriza-se por grave instabilidade funcional, com o desconhecimento das normas trabalhistas em questões de férias, níveis de remuneração, equiparação salarial e gratificações legais. Muitos desses professores são contratados por períodos semestrais para depois serem dispensados e novamente contratados ao início do semestre letivo seguinte, inexistindo qualquer regulamentação quanto ao regime de trabalho ou padrões salariais. Assim todo desrespeito à CLT pelo empregador implica na violentação dessas conquistas mínimas e exige de nossa parte uma defesa intransigente pelo cumprimento dessa legislação. Não se entenda com isso que o melhor regime de contrato esteja

na CLT, ao contrário entendemos imperiosa a necessidade de retorno ao sistema de estabilidade».

No segundo dia do Encontro predominaram as discussões sobre a Reforma Universitária implantada no início dos anos 70, que veio acelerar o processo de subordinação da Universidade às necessidades do capitalismo brasileiro. Assim, a vinculação da Universidade à realidade nacional — conforme era exigida por amplos setores sociais na década de 60 — foi gradativamente substituída pela tentativa de se adequar a Universidade à produção de mão de obra especializada. Hoje, a Universidade atingiu seu ponto maior de degradação, pois se transformou em um «centro didático fornecedor de diplomas». Estas foram as conclusões a que chegaram os professores que também reconheceram a insuficiência destas críticas e apontam a necessidade de um aprofundamento das análises.

O cerco repressivo

«O primeiro passo consiste na denúncia dos dispositivos autoritários que condicionaram a implantação da reforma e, inclusive, distorceram seus próprios objetivos explicitamente reconhecidos. O controle de todo sistema foi ainda reforçado e exercido pelos órgãos de segurança e informação que se instituíram como instâncias não oficiais de decisão». O segundo passo deve ser uma avaliação exaustiva da estrutura acadêmica apontada como muito complexa e diversificada.

Reconhecendo, também, que não é mais suficiente apenas criticar a Reforma Universitária e que agora trata-se de propor uma reforma alternativa os professores concluíram que a «verdadeira reforma só pode ser vista como um processo de discussão e experimentação que se dá simultaneamente com uma luta pela conquista de espaços democráticos, através da participação crescente dos docentes e alunos nos órgãos decisórios da universidade e da destruição dos mecanismos internos e externos de repressão política. Para a efetivação deste plano recomenda-se a formação de uma Coordenação Nacional, especialmente constituída para este fim».

Entendendo que o processo de reorganização dos docentes é fruto do processo geral de reorganização da sociedade brasileira e que o ressurgimento das Associações de Docentes preenche «espaços vazios deixados pelas Estruturas Autoritárias (do Sistema e da própria Universidade)», os professores concluem que «a mobilização docente deve ser preocupação das Associações, incluindo métodos e lutas específicas, como: reajustamentos salariais, ação de Departamentos Jurídicos, Sociais e Culturais, processo de sindicalização, introdução da carreira docente nas Entidades Particulares que não a tenham».

MDB-SP Comissão de frente pelas diretas

O MDB paulista escolhe comissão para organizar campanha pelas diretas. Diretórios Distritais da capital reclamam porque só têm figurões e pedem mais participação.

Por isso, querem criar um diretório metropolitano em São Paulo. Quêrcia, o senador mais votado, quer resgatar a CPI dos Direitos Humanos, arquivada em 1974, por seu próprio partido.

Por Tom Duarte

Devagar se vai ao longe, diz o velho ditado. Uma semana depois de ter aprovado a não apreciação do nome do prefeito indicado por Paulo Maluf para São Paulo, a executiva do Diretório Regional do MDB paulista esteve reunida para formar a comissão encarregada de mobilizar a opinião pública pelas eleições diretas.

Contra o protesto de alguns dos presentes, principalmente dos representantes de alguns diretórios municipais, que reivindicavam uma maior participação das bases do partido na comissão, os nomes dos quatro senadores do partido, Orestes Quêrcia, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso (suplente de Montoro) e Samir Achoa (suplente de Quêrcia) acabaram prevalecendo.

De agora em diante, eles ficarão encarregados de estruturar toda a campanha, levá-la não só para o interior do próprio MDB como abrangendo os setores fora do partido oposicionista. Como afirmou Fernando Henrique Cardoso, nomeado coordenador do grupo, «vamos ter no MDB a espinha dorsal do movimento, mas é necessário que se atinja as organizações de base nos bairros, nos sindicatos e o movimento estudantil».

Para fazer com que seja mantido «o interesse do povo, que é de que a campanha não morra», nas palavras de um representante de diretórios distritais, a comissão deverá organizar reuniões junto às bases populares, preparatórias a atos públicos massivos pois, conforme o mesmo representante «esta é uma luta de rua».

Para Fernando Henrique Cardoso, no entanto, além de mostrar que o povo quer eleições diretas, nas capitais e a todos os níveis, é também necessário que elabore a sua própria alternativa. «Pretendo sugerir que a campanha também siga o caminho indicado pelo professor Plínio de Arruda Sampaio, no sentido de que as bases elaborem sua alternativa e seus programas de governo».

Vem aí o Diretório Municipal

Embora descontentes por não terem sido integrados à Comissão, os representantes dos diretórios distritais do MDB da capital não pretendem ficar apenas nas lamentações. Com a finalidade de adquirirem um maior peso e voz ativa na vida interna do partido, eles estão articulando a criação do diretório municipal paulistano.

Para isto, eles criaram, por iniciativa dos diretórios distritais do Ibirapuera, Lapa, Santa Cecília, Butantã, Vila Madalena e Tatuapé, a «União dos Diretórios do

to, porque no seu programa não há pontos que servem à classe trabalhadora. E ela só reconhecerá isto quando aparecer um partido que tenha os pontos que lhe servem. A discussão com a base se faz necessária para que se forme um partido».

Sem discordar de que se deva discutir hoje a criação de um partido de trabalhadores, criticam o método com o qual vem sendo feito, como explica Gushtiken: «A organização do Partido dos Trabalhadores tem que passar pelas lutas reais que os trabalhadores estão levando e onde atuam as Oposições. Agora pode ser que nós sejamos chamados para participar das discussões, mas quando éramos Oposição e jogávamos um dado importante na categoria não fomos».

Sandra complementa a discussão: «Pode-se traçar um paralelo entre a construção do partido e o método de trabalho no Sindicato. Nossa proposta de sindicalismo é levá-lo até a categoria e não amarrá-la a uma direção sindical».

Reformular tudo

Pensando em tudo isso é que a nova diretoria pretende reformular todo o trabalho no Sindicato dos Bancários. Uma intensa campanha de sindicalização já começa a ser organizada, já que, numa base de 120.000 trabalhadores, não chega a 30.000 o número de sindicalizados. Diz Augusto: «A reformulação de tudo está no caráter de engajar o pessoal, colocar os bancários para participar de tudo. Isso começa com uma sindicalização política e não assistencial».

A pretensão da diretoria é trazer o bancário para o Sindicato, acabar com o medo que foi criado de participar da vida sindical. Para isso, várias coisas serão feitas de imediato — a organização de comissões por banco e comissões de luta, sendo que estas se encarregarão das lutas comuns a todos os bancários; a abertura da Folha Bancária a toda a categoria, que antes não tinha participação alguma no jornal; abertura de sub-sedes para facilitar a participação dos elementos que trabalham distantes; incremento do departamento cultural.

O trabalho a que esta diretoria se propõe é muito grande, significa transformar os quinze anos em que o Sindicato dos Bancários paulista viveu sob direções tradicionais. Diz Gushtiken: «O caráter tutelar do Estado sobre o sindicato leva a uma prática que impede a participação do trabalhador: pretendemos quebrar esse caráter».

A forma de se atingir esse ponto é explicada por Augusto: «Só através da Central Única dos Trabalhadores — CUT — é que se vai arrebentar o atrelamento sindical. A CUT e a quebra da estrutura sindical se dão concomitantemente. Isto vai ser feito, mas conjuntamente com os outros trabalhadores».

MDB da Capital». Segundo William Pereira da Silva, presidente do diretório distrital do Ibirapuera, a iniciativa é baseada na experiência do Rio Grande do Sul, onde há muitos anos funciona um diretório municipal de Porto Alegre.

A «União» já reúne, menos de um mês após a sua criação, 27 dos 42 diretórios distritais da capital, buscando até o mês de julho, quando serão renovados os diretórios de todo o país, transformar-se em diretório municipal. Para os articuladores do movimento, é inconcebível que seja mantida a situação atual, quando as questões de interesse do MDB Metropolitano são resolvidas pelo Diretório Regional.

Eles querem intervir mais decisivamente em situações como a eleição da mesa da Câmara de Vereadores, o fechamento de questões, etc. Problemas que ocorrem à revelia das bases do partido em São Paulo, permitindo uma autonomia muito grande dos vereadores oposicionistas com relação aos atuais diretórios distritais.

Para fazer sentir o seu peso, a União dos Diretórios Distritais da Capital vai desencadear uma ampla campanha de filiação do MDB junto à população, bem como realizar um simpósio nos dias 3 e 4 de março, com temas como a campanha pelas eleições diretas nas capitais, a rejeição da prorrogação de mandatos e a anistia ampla e irrestrita.

Quêrcia vai de CPI

Para quem duvidasse, o senador Orestes Quêrcia anunciou, ainda na reunião da Executiva do MDB que vai madrugado partindo cedo para o trabalho no Senado Federal. Nos primeiros dias de março ele deverá apresentar (embora já tenha reservado um lugar, por telegrama) uma proposta de constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para estudar as violações dos direitos humanos.

Quêrcia afirma que ninguém vai impedir de tomar a iniciativa. Para que ela progria só está dependendo da coleta de 22 assinaturas mínimas necessárias junto à bancada do MDB na Câmara Alta (são ao todo 26 senadores mais um biónico, Amaral Peixoto) Ele acredita que, agora dificilmente se repetirá o que ocorreu em 1974 quando uma CPI idêntica à que propõe foi impedida de ser convocada, mesmo depois de haver angariado o número necessário de assinaturas, por manobras do então líder do MDB na Câmara Federal, Laerte Ramos Vieira (outro cassado recentemente pelo voto popular).

A CPI de Quêrcia, ao contrário da anterior, será um pouco mais abrangente não limitando-se às violações contra presos políticos. Fleury, o do Esquadrão, também vai ser julgado pelos parlamentares.

Souza Cruz entre dois fogos

Enquanto 1500 plantadores de fumo decidiram pela paralisação da entrega do produto à Souza Cruz (e à Santa Cruz) se suas reivindicações não forem aceitas, os operários da empresa, em todo o Brasil, estão em pé de greve.

por Juez Rocha

Primeiro, a Souza Cruz escondeu o jogo, pediu dois adiamentos sucessivos da reunião de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores do Fumo, no Ministério do Trabalho. Depois, blefou: a reivindicação unificada dos trabalhadores de vários Estados do País — de 20% de aumento além dos índices fornecidos pelo Governo — a empresa opôs que só concordaria discutir caso o Sindicato aceite apenas os índices oficiais. Isto é, não quer nem discutir. «A recusa da empresa, até mesmo em dialogar conosco, nos parece um desafio à possibilidade de uma greve e uma agressão do ponto de vista econômico com os trabalhadores», diz o presidente do Sindicato de Belo Horizonte, Nilton Borges Ferreira.

E, ao que tudo indica, a Souza Cruz declarou guerra ao legítimo movimento de seus empregados. Só na fábrica de Belo Horizonte, oito operários que cumpriam algum papel de liderança nas várias seções, alguns com 18 ou 20 anos de serviço, foram despedidos. É o caso de uma operária, que trabalhava há oito anos na empresa e foi demitida sem conhecimento de motivos. Participava, junto com um amigo também demitido, da comissão de salários, formada no correr da mobilização. Foi, inclusive, chamada de «comunista» por um chefe de seção, dias antes da

demissão. Segundo informações do Sindicato, também em outros Estados dispensas já ocorreram. Coerente com a sua prática de pressões e intimidações, a Souza Cruz, em Belo Horizonte «vem inclusive violando os armários individuais de seus empregados». Outro método que a empresa vem utilizando é o de dividir para melhor reinar: forçou acordos, em separado, com as cúpulas sindicais de Uberlândia e Salvador, nos quais o trabalhador nada receberá, além dos índices do Governo. Ao Sindicato de Salvador e Recife a empresa acenou com uma oferta que beira o suborno: uma quantia correspondente a 5% do pagamento em folha será doado ao sindicato pela empresa.

Os operários, diante da atitude intransigente dos patrões, estão em pé de greve. No Rio de Janeiro, em assembleias que contaram com a presença de cerca de 800 trabalhadores, a decisão quase foi de paralisação imediata. Em Minas Gerais, na assembleia realizada o clima era semelhante. Novas assembleias serão marcadas para o início do mês de março, simultaneamente em vários Estados, buscando criar condições para um enfrentamento conjunto contra a Souza Cruz. O movimento encontra adesão também dos Sindicatos de Porto Alegre, de Belém e de Petrópolis.

Plantadores de Fumo

Enquanto cresce o movimento dos operários,

uma outra greve já estourou: 1.500 agricultores, provenientes de mais de dez municípios de Santa Catarina (Içara, Criciúma, Siderópolis, Orleans, Turvo, São João do Sul, Maracajá, Araranguá, Praia Grande, Nova Veneza, Urussanga, Moro da Fumaça, Jacinto Machado, Laguna e outros), representando aproximadamente 20 mil famílias de plantadores de fumo, decidiram pela paralisação da entrega do produto à Souza Cruz e à Santa Cruz (Philip Morris). Exigem com a paralisação: aumento de 40% com relação ao preço médio do ano passado; a simplificação da classificação de tipos de fumo, adotando se possível a de 1962, quando existia apenas 10 tipos de fumo; indicação de fiscais pelo Ministério do Trabalho.

Estes milhares de trabalhadores fazem parte dos 56 mil famílias de pequenos plantadores de fumo que dependem diretamente da Souza Cruz, para vender o seu produto. Segundo vários estudos feitos, a renda média dos plantadores de fumo não é superior a um salário mínimo por família, e mais ainda a média do endividamento é de aproximadamente Cr\$ 15 mil. O próprio relatório da Souza Cruz, divulgado em dois de fevereiro deste ano, se preocupa com que os aumentos sejam na medida de impedir que os agricultores sejam obrigados a emigrar para a cidade.

Esta situação de penúria, explica a generalização e a combatividade do movimento dos plantadores de fumo. Diante da denúncia feita em uma assembleia, pelo presidente o sindicato Rural de Criciúma, senhor Mazilli, de que foi procurado pelo sr. Harry Werner, da Associação dos Fumicultores do Brasil, para ser subornado, gerou-se um clima de tal revolta e tensão que os

debates forma interrompidos por gritos unânimes de «morte aos traidores», numa clara referência ao presidente da Afuba. A indignação foi tal que um agricultor chegou a propôr, em Assembleia, que se o senhor Harry aparecesse no município deveria ser jogado na fôrma de uma estufa. Em Jacinto Machado, houve proposta dos agricultores de apreenderem as chaves dos caminhões para evitar que alguns agricultores furassem a greve. Em determinado município, alguns agricultores ameaçaram (e quase o fizeram) de jogar o instrutor da Souza Cruz na fôrma de uma estufa, quando este tentava forçá-los a entregar o fumo. Em outro município, ante a negativa da empresa de aumentar os preços, alguns agricultores retiraram à força fardos de fumo já entregues.

Apesar das pressões e das tentativas de dividir o movimento por parte das Cias., os agricultores têm demonstrado a sua força: houve uma baixa de 40 toneladas diárias de fumo que deixaram de ser entregues no posto de Santa Cruz de Tubarão. O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), Flávio Costa Pinto, deu o seu total apoio ao movimento. Em nova Assembleia, realizada no dia 27 último, decidiu pela fundação da Associação dos Fumicultores do Estado de Santa Catarina, envolvendo todos os sindicatos rurais da região. Pretende-se que a Associação venha a evoluir posteriormente para uma cooperativa, que possa reunir os 20 mil plantadores da região e exportar diretamente sem interferência das companhias multinacionais.

O império da Souza Cruz

Lucro líquido — Cr\$ 2.419.000.000,00 — acréscimo de 20% em relação ao ano anterior
Rentabilidade líquida — Lucro líquido/capital social — 55,5%
Incentivos fiscais recebidos — Cr\$ 115.000.000,00
Gastos em publicidade — Cr\$ 263.101.000,00
Empréstimos no exterior — Cr\$ 32.793.000,00

Dados retirados do Relatório da Souza Cruz publicado em dois de fevereiro de 1979

“Nós não temos onde morar”

A polícia gaúcha, para defender os interesses de um engenheiro, invade e destrói as casas que mais de 500 famílias estão construindo numa propriedade considerada privada. Elas reclamam a posse da terra.

por Ana Barros Pinto

«Queremos terra». «Terra a quem trabalha» e «Onde morar?» foram as faixas carregadas por mais de 200 moradores da vila já conhecida em Porto Alegre como «Caiu do Céu», uma área de 25 hectares na vila Santo Agostinho, numa manifestação em frente à Assembleia Legislativa, na semana passada. Os moradores decidiram recorrer ao legislativo depois de invasões violentas da polícia que resultaram em destruição de barracos e inclusive no braço quebrado de uma das moradoras. A tentativa dos moradores é garantir

a posse da terra, ocupada há cerca de dois meses por famílias das redondezas, empurrados pelos altos preços dos aluguéis. O apoio pedido aos parlamentares é contra a medida tomada por Décio Selaimen, um engenheiro que entrou na justiça alegando usucapião e exigindo a posse da terra. As famílias posseiras, hoje mais de 500, se recusam a sair da área e acham que somente uma medida política impedirá que sejam expulsas. Uma comissão conversou com o senador Pedro Simon e outros deputados do MDB e da Arena, que prometeram soluções para o caso. E os moradores acreditaram nas promessas. Uma delas, mãe de seis filhos, comentou: «Naquele dia dormi tranquila, o que não acontecia desde que começamos a querer tirar a gente daqui».

A luta por morar

No meio do pó e do calor escaldante de fevereiro, as famílias não param um minuto de trabalhar. Como a vila começou ninguém sabe.

«A gente viu pessoas marcando terrenos e vieram botar nossa casinha aqui também», conta a EM TEMPO Maurilha Fernandes, 30 anos, seis filhos todos menores. Assim como a grande maioria dos moradores, Maurilha tem medo da volta da polícia ao local. «Eles vinham numa viatura, a mando do Décio, e começavam a atirar, apavorando todo mundo, principalmente as crianças».

E foi exatamente numa dessas investidas que o atrito tomou sérias proporções, com várias pessoas sendo espancadas e dona Maurilha ficando com um braço quebrado. «Foi o Dorocy, o Pedrinho e o Renatão», diz dona Maurilha, que além de espancar os moradores que reagiram a violência, ainda derrubaram vários barracos construídos em mutirão pelos moradores.

A população da vila é constituída de operários, domésticas, biscateiros e vendedores ambulantes, entre outros, com renda média igual ao salário mínimo. Mas o que mais impressiona no meio do pó da vila são as crianças, uma população estimada em menos duas mil. A média de crianças por família na vila é de seis a sete, sendo que em algumas este número chega a 12. Orgulhosos de suas casinhas, os moradores são unânimes em afirmar que ninguém quer de graça a terra. «A gente quer ver quem é o dono mesmo e comprar, de acordo com nossas posses». Em pelo menos quatro depoimentos, as pessoas deixaram claro que aquela área de terra está abandonada há muito tempo.

— Olha moça, faz mais de 20 anos que moro por aqui e nunca vi um vivente nestas terras, nem casa, nem nada. Era matão só, conta Leoni Oliveira Pereira, presidente da Associação dos Moradores da Vila Maria Inês que atualmente reivindica água e luz para o local. Essa versão é dada por outros moradores, inclusive alguns que moram num terrenos próximos dali, vendidos há 16,18 e 20 anos pelo mesmo Décio Selaimen, e que até hoje nunca viram a escritura.

Exemplo

Quando reivindicam a posse da terra, os moradores comentam a mesma situação ocorrida em outras vilas na periferia de Porto Alegre, a mais recente, a do Monte Cristo. «Lá eles se juntaram para não perder a posse e foram

comprando aos pouquinhos», diz um aposentado, aproveitando para fazer críticas ao BNH. «A gente não consegue uma casinha do BNH. A gente junta o salário de todo a família e mesmo assim não alcança o exigido por eles. O negócio é vir para cá e assegurar essa terra».

Para isso, os moradores fizeram uma comissão de defesa contra as investidas policiais, sempre a mando do Décio Selaimen. Mesmo assim, ele e os já conhecidos Dorocy, Renatão e Pedrinho estiveram na vila na noite da última quinta-feira, o dia em que os moradores fizeram a manifestação na Assembleia com a cobertura da imprensa, rádio e televisão locais, para uma nova intimidação. Chegaram na boca da noite, num Dodge dart branco com capota marrom, placas AM 3000, armados de moquetão e começaram a atirar para cima, alegando já ter falado com a tropa da choque e o 1º Batalhão de Guardas do Exército. Os moradores se reuniram em seguida e fizeram queixa na 8ª Delegacia de Defraudações e Atentados a Pessoa.

«Vamo continuá lutando»

Essa é a disposição dos moradores. É notório em suas atitudes e palavras a determinação de não sair daquelas terras, hoje já com os terrenos demarcados, quase todos do mesmo tamanho, com lugar para a casa e um quintalzinho para as crianças.

No próximo dia 28 o juiz da 16ª Vara Civil de Porto Alegre irá julgar ação de Décio Selaimen contra cinco dos moradores da vila, por esbulho da terra. Organizadamente, os moradores pretendem comparecer ao local, pois se o juiz conceder liminar em favor de Décio, os moradores terão que se retirar. As duas testemunhas de Décio para comprovar a invasão e o esbulho da área que ele se diz dono, mas que não tem como provar, são exatamente dois dos três policiais que têm promovido as intimidações, espancamentos e derrubada dos barracos durante construídos pela população da vila: o Dorocy (Gonçalves da Silva) e o Pedrinho (Pedro Salibi).



METALÚRGICOS

Por José Rosa e José Waldemar

Dia 18 último, 700 operários metalúrgicos lotaram completamente o salão do Sindicato das Indústrias Têxteis (o Sindicato dos Metalúrgicos não possui salão próprio para Assembleias, sendo que sua base territorial atinge, também, Jacareí e Caçapava), na 1ª assembleia da categoria neste ano e a maior concentração operária em São José dos Campos pós 64.

Os operários que lá estavam demonstraram, desde o início, que não foram lá somente para ratificar as decisões do presidente do Sindicato, José Domingues Pelego, que há 22 anos dirige o Sindicato dos Metalúrgicos. «Zezinho», é um burocrata dos pés à cabeça, ex-interventor e ex-candidato a prefeito pela Arena derrotado nas últimas eleições.

Levando suas próprias propostas, empunhando faixas, aplaudindo e vaiando os operários garantiram uma assembleia democrática onde todos os metalúrgicos, sindicalizados ou não, tiveram o direito de falar e de votar.

Os metalúrgicos apoiaram as reivindicações apresentadas pelo presidente, de reajuste salarial de 34,1% acima do índice que o governo quer impor, redu-

Em S. José dos Campos

Balançam o coreto

ção da jornada de trabalho para 40 horas semanais visando garantir emprego para todos os trabalhadores; piso salarial de 3 salários mínimos; reajustes salariais a cada 3 meses para acompanhar o custo de vida; que o acordo proposto vigore até 31 de outubro deste ano, para que se unifique a data base com os sindicatos de São Paulo, Osasco e Guarulhos.

Os metalúrgicos exigiram ainda uma Comissão Salarial Aberta e Comissões de Fábrica para levar a luta, discordando do encaminhamento proposto pelo presidente de levar sozinho as reivindicações.

Retratção do pelego

A primeira coisa que «Zezinho» fez ao descer do carro do sindicato foi tentar impedir a venda do jornal «Ver-sus» na entrada da assembleia. Em seguida, ao entrar no salão repleto de operários, deparou com um monte de faixas nas quais se lia: «Comissão Salarial Aberta»; «73% sem desconto nem parcelamento»; «Até a vitória final»; Sem pestanejar, Zezinho arrancou e rasgou duas faixas, ameaçando os que as estavam colocando. Imediatamente, todo o plenário começou a vaivar e gritar «pelego, pelego». Ao perceber que os tempos mudaram, o

presidente retratou-se, pedindo muitas desculpas. Nos seus 22 anos de sindicalismo — fiéis aos patrões e ao regime militar — foi um dirigente autoritário que nunca vacilou em chamar para a brigada todos os que discordassem dele.

Maior participação

Apresentadas as propostas tiradas em comum pelos 34 sindicatos do Interior do Estado um operário interviu dizendo que o «Zezinho», há tanto tempo na diretoria do sindicato, até hoje nada conseguira para a categoria. Propunha então uma Comissão Salarial Aberta para que os operários de todas as metalúrgicas de São José mandassem seus representantes para «sentarem na mesma mesa com o sindicato e os patrões», no que foi muito aplaudido por todos. O presidente, já recomposto dos incidentes anteriores, habilmente apoiou a proposta, mas alertou que o sindicato não poderia garantir a estabilidade aos integrantes da comissão, contra-propunha que, caso os patrões não aceitassem em conjunto as reivindicações, convocaria uma outra assembleia tirando a Comissão Salarial Aberta. Desta maneira garantiu-se que o sindicato não tivesse poderes para negociar com os patrões, conquistando-se aos poucos a livre negociação entre operários e empresários.

Outros oradores falaram da necessidade de Comissões de Fábrica para conscientizar os companheiros das lutas que se avizinhavam. Defenderam também, a formação de um Partido dos Trabalhadores, sem patrões, para lutar pelos reais interesses dos trabalhadores, tendo o apoio de todo o plenário.

Pelego também quer PT

O presidente, quando interpelado sobre o PT, uma vez que esteve em Lins e apoiou a proposta, disse não estar preparado para responder. Pediu então que o secretário do Sindicato, João Bosco Prisco — ex-candidato a vereador pela Arena, derrotado — respondesse e este começou dizendo: «Nem Arena, nem MDB...; apoio totalmente o PT». Em seguida chamou para a greve caso as reivindicações feitas não sejam aceitas pelos patrões.

Após duas horas de Assembleia agitada, onde se ouviu várias vezes gritos de «Pelego» e «Greve», o edifício que o «Zezinho» levou 22 anos para construir ficou ameaçado de ruir e um cheiro de greve passou a rondar as fábricas metalúrgicas de São José dos Campos.

Em Campinas

Sem colher de chá para os patrões

Com o objetivo de esvaziar a assembleia dos metalúrgicos de Campinas, várias indústrias, entre elas a Bosch, a Clark, a Singer e a GE convocaram seus operários a trabalhar no domingo passado, dia marcado para o encontro dos trabalhadores. Mas os patrões deram com os burros n'água. Aproximadamente 2.000 operários participaram ativamente da assembleia.

Além da tentativa de esvaziar a assembleia, as indústrias continuam exigindo mais horas extras com o objetivo de formar estoques, caso venha a estourar uma greve entre os metalúrgicos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, Cid Ferreira de Souza, é fundamental para os 40 mil operários — dos quais 20 mil são sindicalizados — que o ritmo de produção seja mantido inalterado, tal como vem ocorrendo nas últimas semanas, para que os empresários não possam formar os estoques preten-

didos e não tenham margem de manobra caso ocorra a greve.

Os 2.000 trabalhadores presentes à assembleia, aprovaram por unanimidade as propostas para a campanha salarial, que consta entre outras, das seguintes reivindicações: reajuste salarial em 34,1% acima do índice oficial do governo; piso salarial igual a três salários mínimos vigentes; redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais; reajustes salariais a cada três meses, de acordo com os dados do custo de vida divulgados pelo DIEESE.

O presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, presente à Assembleia de Campinas, citou o Imposto de Renda — Calamidade e a compra da Light como exemplos de «uma amostragem das mentiras que o governo impõe aos trabalhadores», e criticou duramente os ministros da Fazenda e das Minas e Energia.

Anistia pede passagem

Na manhã do último sábado a primeira comitiva de visita aos presos políticos de São Paulo foi barrada na porta do Presídio Barro Branco. Tudo isto sob a intransigência do juiz auditor da 2ª Auditoria Militar. Já na parte da tarde a segunda comitiva — Comissão dos Artistas — pode entrar sem maiores problemas, contrariando as próprias afirmações do diretor do presídio e do juiz auditor.

Por Elvira C. Oliveira

«Estivemos aqui para visitá-los. Mas não foi possível entrar. Saibam que estamos aí, com vocês. Abraços e solidariedade».

Apenas esta curta nota pôde chegar aos presos políticos de São Paulo, no último sábado, quando dezenas de entidades, personalidades e parlamentares estiveram no Presídio do Barro Branco, atendendo a convocação feita pelo Comitê Brasileiro pela Anistia, que, em janeiro, no município de Belém, fixou para o dia 17 de fevereiro o Dia Nacional de visita aos presos políticos.

As 10,30 h de sábado a caravana que se reuniu em frente a sede da Associação Brasileira de Imprensa saiu com destino ao Presídio. Porém, contrariando-se todas as expectativas e informações anteriores dadas ao CBD/SP, foi impedida de entrar sob a alegação de que visitas deste tipo contariam o regimento interno do presídio, pois sendo parte de um movimento nacional com a participação de entidades e parlamentares assumia um caráter de ato político.

Enquanto a comitiva de mais ou menos 50 pessoas aguardava na entrada do presídio, Luis Eduardo Greenhalg, advogado de presos políticos e presidente do CBA/SP, soube pelo telefone quais as razões da proibição da visita. Eis o que disse o Juiz Auditor da 2ª Auditoria Militar: «Isto é uma movimentação política, articulada a nível nacional. Só podem entrar advogados e parentes de presos. Para uma visita deste tipo vocês teriam que requerer na Auditoria através de petição, e eu julgar se todos são pessoas idôneas ou não».

Juiz indócil

Luis Eduardo deixou claro que não havia dúvida de que todos os visitantes são idôneos e responsáveis, recebendo a seguinte resposta: «isto é a sua opinião, subjetiva». E mais, segundo o Juiz, «a visita poderia fazer mal aos presos, torná-los indóceis».

Faziam parte da comitiva nesta primeira visita do dia, além de familiares de presos políticos e de Luis Eduardo Greenhalg, a Madre Cristina representando as Sedes Sapientiae, uma Comissão de Jornalistas, a atriz Ruth Escobar, o Bloco Parlamentar pela Anistia, de que faziam parte: Fernando Moraes, Geraldo Siqueira Filho, Irma Passoni, José Yunes, Goro Hana, e Antonio Rezk; representantes do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Panificação e Confeitaria de São Paulo; representantes do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo; representante do Encontro Nacional de Docentes; CBA de Campina Grande; Núcleo dos Profissionais de Saúde do CBA/SP; e Comissão Arquidiocesana pelos Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo.

Os parlamentares imediatamente redigiram uma nota para a imprensa, em que repudiavam mais este ato arbitrário:

«Os Deputados Estaduais, Entidades e cidadãos abaixo assinados, vêm a público manifestar seu protesto pela atitude arbitrária do sr. Juiz Auditor da 2ª Auditoria Militar que proibiu hoje 17/2/79 — Dia Nacional de Visita aos Presos

Políticos, a visita de solidariedade que fariam aos presos do Presídio Político do Barro Branco. Tal gesto é incompatível com os mais elementares princípios de respeito a dignidade humana e revelam o verdadeiro caráter das promessas e juras de democracia do regime».

Segundo Luis Eduardo, até quinta-feira não havia qualquer restrição por parte do capitão, diretor do presídio, com relação ao Dia Nacional de Visita, porém os presos lhe afirmaram que na sexta-feira eles já haviam percebido que as instruções haviam mudado e que não seria permitida nenhuma visita diversa das habituais. Em resposta, os presos redigiram um documento (ver box), que chegou as mãos dos que estavam do lado de fora, através dos familiares que já se encontravam no interior do presídio e com ele um recado: «agradecemos a visita de todos e esperamos que vocês não se submetam a esta proibição; insistam de todas as formas possíveis para quebrá-las».

De acordo com Luis Eduardo isto será feito. O CBA/SP entrará com petição na Auditoria Militar para que todas as personalidades, entidades e parlamentares que não puderam entrar no presídio, o possam no próximo sábado, dia 24 de fevereiro.

Furando o bloqueio

Surpreendendo a todos e contrariando as afirmações do Juiz Auditor e do Diretor do Presídio, de que nenhuma das pessoas que não constavam do regulamento (advogados e familiares de



Sábado pela manhã no presídio Barro Branco.

presos políticos), não poderiam entrar no presídio, a segunda comitiva de visitantes, a Comissão de Artistas, que chegou ao Barro Branco à tarde, entrou sem maiores problemas.

Para Lélia Abramo, presidente do Sindicato dos Artistas, estes conseguiram romper o bloqueio, «por não são astros, figuras que atraem e não havia na visita um aspecto nitidamente

político». Embora, ainda segundo ela, «o ato é em si político, não é um ato partidário, não estamos defendendo nenhuma ideologia, mas a ação política está em virtuos aqui». Artistas como: a própria Lélia Abramo, Carlos Augusto Strasser, Renato Consorte, Bruna Lombardi, Elizabeth Arthaman, Carlos Alberto Riccelli, entre outros empolgaram com a sua visita mesmo os guardas do presídio.

Apesar de você amanhã vai ser outro dia

Aqui onze presos políticos do Presídio Barro Branco deunciam as arbitrariedades que sofrem dentro do presídio, as intimidações impostas às visitas e, principalmente, a punição empregada a Pinheiro Salles, preso há mais de oito anos.

Como é do conhecimento de todos, os signatários desse documento foram presos em total desrespeito às próprias leis ditatoriais: sequestrados, à força foram conduzidos às câmaras de tortura dos órgãos policiais-militares. E, nos vários anos de cárcere, de uma forma ou de outra, sempre estiveram submetidos ao arbítrio e a prepotência.

Neste momento, quando amplos setores da sociedade brasileira se manifestam mais energicamente contra o atual regime e um número crescente de trabalhadores, intelectuais, artistas, estudantes, religiosos, parlamentares, etc., levantam a voz em defesa da Anistia, Ampla, Geral e Irrestrita, nós, presos políticos de São Paulo, queremos resumidamente denunciar alguns fatos que nos têm atingido mais diretamente:

1 — Na semana que se findou o nosso companheiro Pinheiro Salles, preso há mais de oito anos, foi arbitrariamente punido sob pretexto de haver trocado palavras ásperas com um sargento da guarda do presídio. Sem ao menos ouvir pessoalmente o companheiro e outras pessoas que presenciaram o fato, o Diretor do presídio decidiu puni-lo com seu recolhimento a uma cela por três dias consecutivos e suspensão de suas visitas, estendendo portanto a punição a seus familiares. Não obstante a nossa solidariedade, ainda uma pena adicional foi aplicada ao companheiro deixando-o no sábado sem tomar café da

manhã e sem almoço. Somente mais tarde, diante de nossos veementes protestos, a Direção do presídio determinou que fosse servido jantar ao companheiro punido.

Nesse mesmo sábado outro fato inusitado veio a ocorrer: para nosso espanto e indignação tomamos conhecimento de que visitantes do sexo masculino eram forçados a se desnudar diante da guarda para entrarem no presídio. Esta forma vexatória de «revista» nunca antes tinha ocorrido nos quatro anos de existência deste presídio. Tentativas nesse sentido foram rechaçadas com veemência pelos presos e não lograram êxito. Frente a iniciativa de humilhar nossas visitas e criar graves incidentes, manifestamos nosso repúdio e assumimos a firme disposição de não permitir que tal prática atinja nossos visitantes. O próprio Diretor do presídio, face a nossos protestos, assegurou-nos que fatos dessa natureza não voltarão a se repetir.

Porém, as medidas repressivas não param aí. No início da semana, o Diretor do presídio — invocando ordens superiores — anunciou-nos que no Dia Nacional de Visitas aos Presos Políticos não seriam permitidas visitas de autoridades e representantes da imprensa, sem a prévia autorização dos juizes auditores, para cada caso específico. Caso isso se efetive, tal procedimento estará contrariando normas estabelecidas pelo próprio Superior Tribunal Militar. É claro que

isso teria por objetivo impedir que senadores, deputados e outras personalidades empenhadas na luta pelos Direitos Humanos pudessem nos visitar e conhecer de perto nossos principais problemas carcerários.

Alertamos a opinião pública contra tais arbitrariedades e manifestamos a disposição de não aceitar passivamente as tentativas de supressão de direitos a duras penas conquistados.

II — Além dessas questões surgidas mais recentemente, enfrentamos certos problemas crônicos em nossa vida carcerária. Um deles se refere à obscurantista censura a livros e correspondência existente no presídio por força de determinação dos juizes auditores, que contraria a própria Constituição do país. Vivemos uma situação absurda pela qual livros já passados pela rígida censura oficial e vendidos normalmente em todo o país são para nós proibidos.

III — Denunciamos publicamente a situação em que se encontra o companheiro Gregório Mendonça, privado de contato com seus familiares. Sendo gaúcho, de família pobre que não tem condições para realizar visitas sistemáticas a São Paulo, há seis anos solicita transferência para o Rio Grande do Sul. No entanto, a Justiça Militar lhe tem negado a transferência para o Rio Grande do Sul, sob as mais diversas alegações.

Outro fato que denunciamos foi a recente negativa de concessão da liberdade condicional ao companheiro Aldo Silva Arantes, sob o pretexto de que seu processo não havia «transitado em julgado», quando no mesmo processo e na mesma Auditoria outros companheiros já conseguiram a liberdade condicional. Na realidade, o companheiro já cumpriu todos os requisitos necessários à obtenção desse direito e o despacho do juiz só pode ser entendido como mais uma perseguição aos presos políticos.

Na oportunidade que se realiza esta importante iniciativa que é o Dia Nacional de Visitas aos Presos Políticos, queremos expressar nossa solidariedade a todos aqueles que lutam pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, pela liberdade de expressão, de manifestação, de organização, de reunião, pelos Direitos Humanos e pelo progresso social. Assim, manifestamos nossa confiança na luta dos oprimidos e explorados da sociedade pela realização das suas mais profundas aspirações.

Presídio Político de São Paulo, 17 de fevereiro de 1979.

Aldo Silva Arantes, Antônio André Camargo Guerra, Antônio Pinheiro Salles, Ariston Oliveira Lucena, Afonso Filho, Francisco Gomes da Silva, Gregório Mendonça, Haroldo Borges Rodrigues Lima, José Carlos Giannini, Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, Ricardo Zaratini.



demonstrando sua prepotência, acusou-me de haver «gritado» com ele e, em seguida, levou ao Capitão diretor do Presídio uma «parte» onde pedia providências a fim de evitar (!) «aborrecimentos constrangedores». Então, as providências foram tomadas: veio-nos a comunicação do meu recolhimento a uma cela, por três dias, e a suspensão das minhas visitas. A partir daí tudo fizemos para que fosse anulada essa medida arbitrária e, sendo infrutíferas as iniciativas, tentamos ainda, num último recurso, conseguir o adiamento da punição «considerando as impossibilidades práticas, por falta de tempo hábil, para os devidos encaminhamentos com vistas à apelação junto à Auditoria Militar». Mais uma vez o esforço se resultou inútil.

Sabe você que estou preso há mais de oito anos. Fui sequestrado pelos órgãos de repressão no tempo em que o dia seguinte não passava de mera possibilidade na vida de quem, por quaisquer meios, se opunha ao discriminatório regime instalado no País. Tantas foram as torturas que sofri e presenciei, que lhe afirmo com segurança: meus companheiros (de cárcere) e eu sobrevivemos por acaso. Digo-lhe isso, para concluir: mesmo em tais circunstâncias sempre agi com serenidade, nunca procurando ofender meus agressores. Se gritei muitas vezes, foram gritos de dor sob a indescritível violência dos alzozes. Tive dentes quebrados, muitas marcas no corpo; estou surdo de um ouvido e com deficiências no outro.

Pois bem, ainda hoje, depois de tudo isso, quando os governantes tanto já falam em democracia e respeito aos Direitos Humanos, um 3º sargento da Guarda deste Presídio ainda dispõe de poderes para cometer os abusos que achar conveniente. Peço-lhe para suportar com a dignidade de sempre o peso que se coloca sobre nossos ombros. (Seu, Pinheiro Salles).

Come sul Não deixam Flávio voltar

Preso há sete anos nos cárceres uruguaios, Flávio Koutzzi, — exilado brasileiro — pode morrer a qualquer instante por falta de assistência, vítima de hipertensão. O convívio diário com a morte e a tortura de companheiros de cela implanta um clima de pavor e medo a todos os detidos.

por Sebastião dos Santos

Enquanto desenvolve-se pelo País campanhas de solidariedade e de auxílio financeiro para libertação de Flávio Shilling, presa política brasileira (confinada há sete anos em cárceres da ditadura uruguia e, vítima dos horrores desencadeados pela repressão), um outro brasileiro, Flávio Koutzzi, ex-militante do movimento estudantil em Porto Alegre, vive drama similar, encarcerado em prisões argentinas.

Flávio, exilado político brasileiro, radicou-se na Argentina, onde foi detido no início de 1975, por forças para militares juntamente com mais onze pessoas acusadas de práticas subversivas. Julgado, foi condenado há seis anos, e oito meses de prisão, tendo cumprido até o momento metade da pena imposta. Dos outros acusados julgados no mesmo processo, é o único que permanece preso, sendo que dois brasileiros — detidos na mesma ocasião — foram banidos do País.

Ayrton Soares, deputado federal pelo MDB-SP e, advogado de Flávio visitou-o pela segunda vez — apesar das restrições brasileiras e argentinas, em companhia da mãe do preso — o presídio em que Flávio encontra-se preso. Autorizado pelo consulado argentino em Brasília, que pleiteou um encontro do advogado com Flávio, Ayrton presenciou de perto as condições sub-humanas em que Flávio encontra-se mergulhado. Em Buenos Aires, receberam informação de que Flávio havia sido transferido da prisão de La Plata, para uma outra, na Patagônia. Chegando não foram recebidos por qualquer autoridade responsável, sendo que somente horas mais tarde um oficial informou-lhes que havia sido trasladado para a prisão de Sierra Chica, na Baía Blanca. Acreditando ser um «passa moleque em nós efetuados pelos dois governos», Ayrton Soares e a mãe de Flávio retornaram a Buenos Aires, onde foram oficialmente informados que o preso estava encarcerado no presídio La Coronda, próximo a Santa Fé, famosa por possuir o «melhor cardápio» de todas as outras prisões platinas.

Boa comida e maus tratos

Mais tarde, encontrando-se finalmente com o réu, descobriram que o «melhor cardápio», na realidade escondia as péssimas condições internas do pior regime carcerário da Argentina, confirmado pelo capitão-diretor do presídio. «Não aguento mais, estou no limite de minhas resistências», sussurrou baixo, Flávio, para seus visitantes, na impossibilidade de falar alto, pois não é permitido conversar à meia altura no interior da prisão. Um simples grito de um prisioneiro a outro é motivo para levá-lo à triagem, que consiste em ficar 15 dias sem poder conversar, sem ler e, sujeito às arbitrariedades vigentes. No pavilhão dos comuns, onde encontra-se Flávio, todos os detidos já foram punidos várias vezes, pelo simples motivo de comunicarem-se entre si.

Segundo o advogado, as condições carcerárias são péssimas, as torturas são frequentes e o convívio diário com a morte de companheiros de cela implanta um clima de pavor e medo aos detidos. Flávio sofre atualmente de hipertensão e, sem qualquer tipo de assistência médica recebida pode morrer a qualquer momento, sendo que quando estava na prisão em La Plata, foi rejeitado um pedido de assistência médica feito pelo consul brasileiro em Buenos Aires. Até agora não foi atendido por nenhum médico.

Indagado, por Ayrton, sobre os motivos das transferências de prisões feitas temporariamente, o diretor de La Coronda respondeu que as transferências regulares de uma prisão à

outra é um forte ato de punição imposto. Para o advogado o tratamento desumano dispensado a Flávio origina-se em outros motivos, evidentemente mais representativos, e políticos como: represália ao fato do Brasil não ter extraditado Hugo Bressano, vulgo «moreno» (argentino preso no Brasil e extraditado para a Colômbia); as perseguições movidas em virtude das divergências entre Brasil e Argentina, sobre as questões polêmicas de Itaipu e Corpus. Um dos outros motivos apresentados por Ayrton está no fato do regime de terror argentino cultivar profundamente uma forte aversão, a exemplo do nazismo, pelo semitismo, e Flávio ser judeu. Tal afirmação torna-se positiva, pois segundo o advogado, quando seu cliente puder voltar a ler algum livro, só lhe será permitido a Bíblia, e «só o novo Testamento, porque o Velho é coisa de judeus».

O Governo fecha os olhos

A omissão do governo brasileiro, é latente, sendo que durante o tempo de prisão de Flávio, não interferiu sequer uma vez, alegando falsamente não ter sido procurado por familiares, infringido elementares normas do Direito Internacional que garante o direito e o dever de assistência consular na prisão e julgamento de qualquer cidadão preso fora do país. Atualmente a intervenção das autoridades brasileiras limita-se a conseguir licença para o advogado e familiares, não inspecionando suas condições carcerárias e, negando assistência médica necessária para sua sobrevivência.

Apesar de Flávio ter visto de entrada e de permanência na França, com emprego e assistência médica assegurados, o regime militar argentino obstaculiza sua saída, pois os presos políticos daquele país, independentes das punições e da sentença proferida pela Justiça, ficam sob guarda do poder Executivo, que determina a sua maneira e vontade a sobrevivência do mesmo.

Em sua visita a seu cliente o advogado pode contactar a precariedade da situação argentina, o clima de pavor e medo implantados pelo sistema, afirmando a este jornal existir no país vizinho cerca de seis grupos para-militares repressivos agindo impunemente. Denunciou também a existência de mais dois presos políticos brasileiros na Argentina, dois quais não se tem notícias desde 1976: Maria Regina Marcondes Pinto e Sidnei Fix Marques dos Santos.

Retornando ao Brasil, Ayrton Soares, conseguiu audiência de uma hora e meia com o chanceler Azeredo da Silveira, que prometeu tomar providências junto ao governo argentino pela libertação de Flávio Koutzzi. De imediato, para Ayrton, somente uma campanha popular poderia pressionar o governo brasileiro, obrigando-o a superar suas próprias forças reacionárias e, mobilizar-se, ao menos para garantir a vida de Flávio, sendo que o Comitê pela libertação de Flávio Koutzzi e seus familiares estão organizando movimentos, concentrações e coletas de assinaturas coordenadas pelo CBA a nível nacional e, apoiados pelo Movimento Estudantil e parlamentares emebelistas. Além dessas campanhas será encaminhado expediente através da Igreja, para que o cardeal de Buenos Aires interceda por Flávio e, pedidos para que a Comissão pelos Direitos Humanos da OEA, que visitará a Argentina no próximo mês tome conhecimento das condições precárias e subhumanas em que o brasileiro Flávio Koutzzi «resiste, com possibilidades de melhora se fizermos algo» finaliza Ayrton Soares.

“Estou punido querida”

Ananhã de manhã, como há muito tempo, se repete todos os sábados, você estará em frente aos portões de ferro deste Presídio na expectativa de viver, comigo as alegrias da visita. Você trabalhou a semana inteira, todos os dias indo além do tempo regulamentar para, assim, não ser forçada a trabalhar na manhã dos sábados como exigem seus patrões. Você esperou nas filas de ônibus; você foi espremida dentro dos ônibus; você angustiou as pressas a fria refeição que tanto suor lhe custou; você, como milhares de outras pessoas, deixou um pouco da sua força na produção de superfúos destinados a satisfazer vaidades de pessoas que nada fazem. Você passou a semana esperando as poucas horas que nos são concedidas para nosso encontro semanal. Você sabe que essas horas são de extrema importância para nós. Por isso, você acordou ainda mais cedo que nos demais dias... Submete-se a revista dos policiais, apresenta documentos, mostra seu rosto testemunhando ser o mesmo das fotografias; e, apreensiva, você aguarda a lenta vontade dos policiais que controlam as fichas. Você já vem me imaginando com o rosto colado ao guichê esperando que a porta se abra e eu lhe abra os braços para o forte abraço. Você nos, imagina caminhando de mãos dadas pelo pátio — sob a mira dos fuzis que em cima das muralhas nos espreitam —, juntos reativando ternura que nos resta e fortalecendo a confiança que nunca nos faltou. Amanhã de manhã, entretanto, os ferros não se abrirão para você entrar: um soldado certamente lhe dirá que estou punido com a suspensão de visitas. Você estará, pedirá explicações e, não obstante sa argumentação, não lhe restará, out, alternativa senão retomar o caminho de volta sentindo na boca o gosto amargo da nossa impotência atual.

Isto punido minha querida. Um sargento comandante da Guarda mais uma vez

Deixe as "águas" rolar

Passadas as pancadas d'água, os flagelados de Minas começam agora a sofrer pancadas da polícia, das trambicagens da administração pública e de vários tipos de aproveitadores da desgraça alheia. Diante desta situação, não lhes restou outra alternativa, senão se organizarem num movimento reunindo inclusive setores da oposição popular. Aqui, suas duas últimas reuniões:

Por João Batista dos Mares Guia

O governo de Minas fez uma grande obra nesta época de chuvas, enchentes e flagelo: conseguiu unir toda a periferia de Belo Horizonte contra si. E uniu mais: favela com vila, vila com bairro pobre, morador com flagelado, pobre com estudante, luta de anistia com luta por moradia. E a força dessa união tem nome: Comissão de Solidariedades e Reconstrução, ou Comissão Central, integrada por representantes de todos os bairros, vilas e favelas — atacadas com fúria pelas chuvas e pela completa desatenção da prefeitura de Belo Horizonte e dos órgãos públicos — o Comitê Brasileiro pela Anistia (Secção Minas Gerais) o Movimento Feminino pela Anistia, o DCE da Federal, paróquias, Sindicatos dos Petroleiros e dos Jornalistas Mineiros. Todas essas entidades têm assento natural na Comissão, de igual pra igual.

Foi essa Comissão que preparou a assembléia de quinta-feira última, dia 15, no auditório do Colégio Santo Agostinho. Chovia muito, e o povo foi lá 1.500 pessoas. O fundo do salão parecia uma creche: dezenas de mães ajuntadas num canto, meninos no colo, todos atentos na assembléia. No domingo anterior, a assembléia fora realizada na Secretaria de Saúde de Minas Gerais. Agora, o governo não gostou. Mandou tropa da Polícia Militar cercar o local com receio de que os flagelados e pobres ocupassem o prédio. Mas a igreja abriu suas portas para os pobres.

Caso de polícia

A Comissão indicou Francisco Nascimento da União dos Favelados para presidir a assembléia, e ele concordou. A pauta era: relato do encontro com o governo de Minas, dr. Eduardo Levindo Coelho, irmão do governador, ocorreu na segunda-feira, dia 12, no Palácio dos Despachos. Ficou acertado o seguinte: 1º) A CHISBEL (Coordenadoria das Habitações de Interesse Social de Belo Horizonte) ficava obrigada a fornecer imediatamente todo o material para cada família reconstruir sua habitação. Quando o local não permitisse a reconstrução, devido à insegurança, a CHISBEL ficava obrigada a dar também o terreno em outro local. 2º) Flagelados abrigados em escolas e outros prédios não saem de jeito nenhum a não ser depois de reconstruída suas casas.

Os flagelados denunciaram a CHISBEL que estava tentando comprar o local de barraco caído

por 3 mil cruzeiros. Ninguém aceitaria ir morar de aluguel.

As propostas tinham nascido da decisão dos flagelados, tomada em assembléia, no dia 11, na Secretaria de Saúde. O que o governo tinha feito, então?

O presidente da mesa apresenta uma denúncia de violência praticada pela CHISBEL contra moradores da Vila União e Perrela: «no dia 3, uma Kombi placa 5482, as guarnições da Rádio Patrulha da PM, 345 e 221, e mais uma Kombi, chapa branca da prefeitura de Belo Horizonte, placa 4376, fizeram o seguinte: destelharam vários barracos dessas vilas, arrebentaram os cadeados, derrubaram cercas e furtaram dois sacos de cimento. O fiscal que comandou isso foi um tal Wilson, da prefeitura. Pedimos punição para esses indivíduos. Que parem de fazer violência contra os companheiros da periferia».

Logo a seguir ele passa palavra ao presidente da Associação da Ventosa, mas o microfone desliga-se. A assembléia grita: «deixa falar, deixa falar». A palavra cassada é retomada

Tirando partido da desgraça alheia

A mesa anuncia: vai falar o «companheiro»

pai José Geraldo, da vila São Gabriel: «quero tornar público o que vem acontecendo na vila São Gabriel, diz o padre. Lá há mais de 400 pessoas desabrigadas, recolhidas em dois grupos escolares. Se o governo até agora não cumpriu suas promessas, pelo menos todos tem uma esperança: voltar para onde estavam. Mas em São Gabriel, denuncia o padre, nem essa esperança podem ter. Antes da chuva, eles moravam numa área de 13 km por onde passa a ferrovia BH-Santa Luzia, da Rede Ferroviária Federal. A rede está tirando partido da chuva. Mandou seus guardas cercarem a área. Eles não deixam ninguém reconstruir barraco. A rede está tirando partido da desgraça alheia. Isto é um ato de prepotência, de violência, de desumanidade».

Fala um flagelado: o governo faz promessas. Na verdade o Governo não é culpado. São os castigos que Deus manda. Mas eu pergunto: onde está o governador? Cadê o governador com a ajuda dele? Ele que diz que ia rezar? Nos temos que enfrentar essa luta com coragem. Não é o governador que vai bater pá e picareta e botar as lajes não, somos nós. Não vamos ter medo da polícia nem disso nem daquilo».

É a especulação imobiliária

Fala Felipe Silva: «Quero alertar os companheiros que a Chisbel não tá providenciando nada. Ela tá é oferecendo dinheiro, de 2 mil a 6 mil pro povó deixar a área. Peço aos companheiros não aceitar, porque o compromisso do Governo é distribuir material de construção. O que o companheiro vai fazer com esse dinheiro? Não dá pra construir um cômodo».

Navila Pontapora a barra tá pesada. «Estávamos abrigados no Grupo Escolar da Saudade. Fomos expulsos de lá pelo capitão da PM. Tivemos que voltar pro barraco que tá caindo. O capitão disse que se não saísse de lá ele botava na rua. A gente foi na Chisbel, eles mandaram esperar no grupo. Lá, o capitão pôs nós na rua».

Uma dona toma a palavra, ela chora e fala: «Moro no bairro São Paulo, perto do Matadouro Velho. A chuva levou tudo. Só salvei meus 4 filhos e meu marido. Vim por precisão e só. Muito obrigado».

O secretário da mesa vai falar: nós, povo organizado, é que podemos realmente enfrentar esse problema. Isso ficou decidido domingo. O trabalho é coordenado por essa comissão. Endeço dela: Sindicato dos Jornalistas. A decisão que a gente tomar aqui é pra valer. Não podemos voltar pra casa desorganizados senão a Chisbel faz o que ela quiser».

É a vez do DCE da Universidade Federal falar: «Os estudantes estão fazendo coleta de

dinheiro nas ruas, pedágios, coleta de roupa e mantimento, e agora nós estamos organizando os estudantes de engenharia pra ajudar na construção dos barracos e os de medicina, na saúde».

Carnaval pra quem?

Já no final, uma moça do Movimento Feminino pela Anistia propôs a organização de uma campanha de arrecadação de dinheiro para os flagelados no Mineirão. O último domingo, dia 18. Seria jogo do Atlético com o Cruzeiro. A Assembléia topou a parada. No domingo, mais de 100 pessoas da Assembléia compareceram ao DCE, local de encontro para a ida ao Mineirão. A

turma foi para as bilheterias e algumas faixas explicativas da campanha foram abertas. A PM prendeu uma pessoa. Daí a pouco o preso volta livre, acompanhado de dois tenentes que ficaram por perto «dando cobertura» à campanha. Devem ter achado que era a tal da «subversão».

Lá dentro, o galo ganhou da raposa de 2 a 1. No dia seguinte os jornais estamparam: «Já começou o carnaval da massa». A massa é atleticana, mas os jornais estão por fora. Esse ano não tem carnaval. E galo e raposa não levantam barraco de ninguém, nem enchem barriga. Os flagelados, favelados, pobres e operários de BH é que o digam.

A luta continua.

A barra tá cada vez mais pesada

Na última terça-feira, dia 20, a Comissão Central do Movimento de Apoio aos flagelados reuniu-se no Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Estavam presentes mais de 70 moradores da periferia, além dos representantes das demais entidades participantes. Pauta: balanço da situação e propostas de encaminhamento da luta. Aqui, alguns flashes da reunião, a partir dos presentes:

Na Vila Cafezal a direção do Centro Comunitário (que não faz parte do Movimento) passou a boicotar não aceitando mais nenhuma doação: «Tem muita roupa e muito sapato», disse um flagelado «mas a gente não recebe mais nada. Tem é gente querendo botar uma loja com as coisas».

Na Nova Cintra, segundo os seus moradores já chegaram muitos alimentos: «Tá tudo estocado num quarto, parece até um armazém, só não tem pinga. Mas a diretora da escola não deixa sair nada, só um pouquinho pra enganar o beijo. Tem até gente doente, doente de fome». Foi sugerido que os próprios flagelados organizassem a distribuição.

A repressão chegando

Outro morador denunciou que o Governo está perseguindo: «As assistentes sociais da Prefeitura, que estavam nos apoiando, foram chamadas para dar depoimento na Corregedoria. O auditorio da Secretaria da Saúde foi negado por ordem das autoridades. E não é muita coincidência que os padres do Colégio Santo Agostinho não querem mais emprestar o auditório para a nossa assembléia?»

Moradores denunciam que a Vila União foi indida por tropas da cavalaria da PM, pra impedir que os barracos fossem reconstruídos. Os desabrigados tinham recebido de 2 a 3 mil cruzeiros da Chisbel e pensavam que era ajuda para reconstruir. Mas a tropa informava que era uma indenização para desocuparem o local e construir em outro lugar. Contudo ninguém tinha lote e o dinheiro não dava.

Uma comissão das vilas atingidas da Cidade Industrial foi à Prefeitura de contagem levar as reivindicações. O prefeito José Luiz do MDB se recusou a recebê-los, acusando

do-os de subversivos e arruaceiros». E aconselhando-os «a tomarem cuidado com as consequências». O prefeito é ligado ao deputado federal Neuton Cardoso que disputa a Direção Regional do partido em Minas.

E agora?

Ainda na reunião da Comissão Central se discutiu os rumos do movimento. Francisco Nascimento, que se fazia acompanhar de uma pequena claie, tentava a todo custo desmobilizar o ânimo do pessoal: «nós, da União dos Favelados só participamos de coisas sérias, de coisas legais. Quem quiser fazer concentração ou passeata não conte conosco. Isso é ilegal e é preciso deixar claro que quem participar vai ser preso, vai apunhar muito, vai ter famílias passando fome mais necessidade ainda. Nós estamos preocupados é em construir os barracos. Tem gente aqui que tem outros interesses; é problema deles».

Depois, da reunião muita gente comentava as ligações da União dos Favelados com os vereadores da ARENA. A sede da União funciona na sede da Arena mineira.

A fala do Nascimento foi rebatida por vários favelados: «os trabalhadores não tinham o direito à greve e foram à greve... nós temos é que conquistar os nossos direitos... nós é que realmente estamos trabalhando para reconstruir os barracos, não ficamos esperando os favores do governo, mas lutamos».

No final da reunião foram tomadas várias medidas de organização do movimento: criar uma Comissão Executiva, com um representante de cada vila, organizar melhor o sistema de distribuição e fazer o levantamento das necessidades, principalmente de materiais de construção, organizar as equipes de profissionais (médicos, engenheiros) para orientar os moradores em suas especialidades, lançar uma nota de denúncia da situação a toda a população convocando os flagelados para uma nova assembléia geral, no DA da Faculdade de Direito. Para isto, organizar a mobilização para a Assembléia, com discussões nas vilas arranjando transporte para o pessoal. (Virgílio Guimarães)



Ei, você aí, me dá um dinheiro aí...

Como se não bastasse o descalabro das medidas adotadas pelo governo para fazer face às enchentes, agora a solução apresentada para a recuperação dos prejuízos é meter a mão no bolso dos trabalhadores através do aumento do Imposto de Renda na fonte.

Por Afonso Borges

A partir de março e até dezembro deste ano, os descontos na fonte relativos ao Imposto de Renda pago pelos assalariados será elevado em 5%. Isso significa para dar um exemplo, que dos salários de que se descontava, até agora, 1.000 cruzeiros por mês a título de imposto sobre a Renda, passa-se a descontar, a partir de março, 50 cruzeiros a mais. Para outros rendimentos sujeitos a retenção do IR na fonte que não os salários (rendas de títulos e outros papéis, gratificações e participações nos lucros de administradores de empresas) o aumento do desconto foi de 10%. Ao mesmo tempo, a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) que incide sobre os automóveis foi também elevada em 10%.

Os recursos provenientes dessa elevação de

O Governo só fabrica dinheiro para alguns

Acontece, em primeiro lugar, que a soma de recursos que, segundo Veja desta semana será arrecadada em consequência deste aumento de impostos (5 bilhões de cruzeiros) supera em muito a que foi destinada para cobrir os prejuízos causados pelas enchentes segundo o Governo. Assim, pode-se acreditar que estas medidas foram tomadas também com uma outra intenção não confessada: fariam parte da política de desaquecimento da economia que Simonsen vem prometendo implementar.

Além disto, diante das declarações de Simonsen sobre o papel «redistribuidor» que o governo desempenha na economia, cabe perguntar, antes de tudo, de onde é que o governo «tira» e onde é que o governo «coloca».

De onde o Governo tira, já se pode ver pelas próprias medidas adotadas: preferencialmente dos que têm menos. Afinal, porque não se taxou mais pesadamente as rendas (inclusive os salários) mais elevadas, mantendo inalteradas as alíquotas que incidem sobre as remunerações mais baixas? Por que não se elevou o Imposto sobre Operações Financeiras? Teria sido igualmente possível taxar mais drasticamente os ganhos no open market, desestimulando, de

quebra a especulação financeira. Mas se preferiu a nova carga de impostos principalmente sobre rendas já bastante gravadas.

Impostos: um roubo progressivo e disfarçado

De fato, a estrutura tributária brasileira, desde a reforma de 65-66 tornou-se cada vez mais regressiva. Como se sabe, os impostos indiretos incidem proporcionalmente mais sobre as rendas menores: se, por exemplo, do preço de uma mercadoria qualquer 100 cruzeiros correspondem a ICM, esses 100 cruzeiros representam 10% de uma renda de 1000 cruzeiros e apenas 1% de uma renda de 10.000 cruzeiros. Pois bem. Na estrutura tributária brasileira, os impostos indiretos passaram a ter um peso cada vez maior. Basta dizer, para comprovar isso, que entre 1960 e 1974, a contribuição dos impostos diretos para a receita tributária decresceu de 45% para 29,2%. Assim, a carga tributária pesa mais sobre os assalariados e tem poupado das rendas mais altas.

Quem paga o pato

O ministro Simonsen está certo: recursos não

saem do nada. No entanto, o presidente do Banco Central reconheceu, há poucas semanas, que as autoridades haviam carreado já recursos de ordem de 40 bilhões de cruzeiros para socorrer o sistema financeiro, do qual ainda faltava receber de volta 28 bilhões. A Lutfalla recebeu do BNDE 70 milhões de cruzeiros. E dois dias antes do anúncio da elevação de impostos, o Banco do Brasil emitiu nota informando que um «pool» de bancos estava sendo formado para conceder ao grupo Atalla um empréstimo de 6,5 bilhões de cruzeiros (300 milhões de dólares, nem mais nem menos).

A verdade é que o Governo se comprta como uma autêntica companhia seguradora, bancando o risco de operações especulativas e audacientes. Esses recursos acabam por ser otidos via expansão dos meios de pagamento, com o Governo se valendo do poder, que efetivamente tem, de fabricar dinheiro. Mas isso não significa que os recursos gerados dessa forma saem do nada. Na verdade, a inflação que daí decorre, correndo os salários, acaba funcionando como um mecanismo de transferência de renda: para o Governo e para as empresas. O que quer dizer que, no fim das contas, em todos os casos não das enchentes como no de falcatruas financeiras ou quando se trata de combater a inflação quem «paga o pato» são os assalariados.

O carnaval não termina na quarta-feira

Neste ano, a Oposição começou mais cedo o seu carnaval. Que digam os bancários da capital (breque) que deram uma saborosa surra na pelegada que por tantos anos esteve instalada no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Se a Comissão de Juruados não vacilar, se a Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e se Riotor a serviço do empresariado e do governo não criar nenhum impedimento, a moçada continua a festa até na própria quarta-feira de cinzas, que é o dia da posse. (Veja matéria na pág. 3).

Em Tempo ouviu o que alguns elementos representativos da oposição vão fazer neste carnaval. Um autor teatral maldito, um humorista caustico, um empresário dissidente dois líderes sindicais um deputado cassado e uma combatente pela anistia foram entrevistados.

Mas quem devia ser entrevistado mesmo era o povo brasileiro. Não pela festa, mas para explicar como consegue viver neste eterno País do carnaval. País do Carnaval permanente de escândalos e orgias financeiras que beneficiam os grandes grupos

empresariais, sob a complacência de ministros, e funcionários governamentais. Carnaval de exploração e miséria que a sabedoria popular vai levando e aguentando como pode.

Um dia este bloco sofrido vai querer sair do grupo secundário e exigir sua presença na avenida, vai se negar a assistir passivamente que os preços da gasolina aumentem, que novas alíquotas do Imposto de Renda sejam criadas para pagar as dívidas do governo, que os salários caiam enquanto os preços sobem nos espaços siderais.

O carnaval é permanente, o importante é saber quem é que se diverte mais. Os trabalhadores de São Bernardo do Campo e do interior se preparam para continuar a festa depois de março, a seu favor. O bloco do custo de vida talvez ainda esteja fraco e tenha uma pálida atuação neste carnaval, mas deverá certamente, sair muitas vezes à rua para exigir o fim da carestia.

O Irá está aí mesmo para comprovar: o povo, este Pierrot sofrido, também tem o seu dia de Arlequin.

Por Tom Duarte

carnaval paulista, que chegou mesmo a merecer o título de «Cronista Tamborim de Ouro», concedido pela União das Escolas de Samba de São Paulo, pelo incentivo que deu à chamada «maior festa popular do mundo».

Plínio Marcos também gostava de cair no samba, não ficava só na escrivinhão. Isto ele provou com a sua «Banda Bandalhos» um «bloco de sujos» formado espontaneamente e do qual participavam artistas, intelectuais, boêmios, estudantes e quem mais quisesse entrar. Mas a Banda acabou justamente quando a Prefeitura quis transformá-la em atração turística, quis oficializá-la.

O «autor maldito» não deixa de pensar nos temas que a Bandalhos poderia apresentar no seu desfile, que começava na segunda-feira anterior ao Carnaval. «Ela aparecer, certamente, a sereia da maré vermelha, os índios emancipados, a borboleta da peste suína, os afogados de Minas Gerais, tema é que não faltaria para os nossos foliões».

Lisâneas atrás do «Trio Elétrico»

Lisâneas Maciel não conseguiu conter o riso diante da pergunta. «O que você vai fazer no carnaval»? Se é verdade que se destacou na vida pública como um dos mais ardorosos representantes do povo carioca na Câmara dos Deputados, combatividade que lhe valeu o prêmio de uma cassação, no carnaval ele não deixa de revelar a sua mineirice.

Pois, imaginem só o ex-deputado emedebista vai carregar pedra durante o único tríduo de quatro dias do mundo. Vai se trançar numa fazenda junto com seu amigo, o economista Marcos Arruda, para juntos elaborarem um estudo sobre o plano energético brasileiro, particularmente o nuclear.

Ele não gosta de cair no samba nem de assistir aos desfiles de escolas, embora já tenha ido ver alguns. Da mesma forma com que não gostou nada da compra da Light e de todas as pilantragens que vêm sendo cometidas pelo governo no setor energético, sua especialidade (Lisâneas foi presidente da Comissão de Minas e Energia da Câmara Federal). E é por isso que, embora não acredite muito na sua eficácia, que ele pretenda aproveitar o Carnaval para obter as informações que passará aos integrantes do MDB na CPI sobre a Light.

Portanto, que se cuide o «trio elétrico» a serviço da Brascan: Golbery, Ueki e Galotti podem botar as barbas de molho.

Um olho no «Vai vai» o outro na DRT

Este ano, a bateria do «Vai Vai», uma das mais famosas escolas de samba de São Paulo, vai ficar desfalcada. Antônio Augusto de Oliveira Campos não poderá ajudar a fazer o som que já deu tantos campeonatos à tradicional escola do bairro do Bexiga.

A campanha vitoriosa para o sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo não deixou que ele participasse dos ensaios do «Vai Vai». Era preciso derrotar o pelego. E isso a chapa 2, presidida por Antônio Augusto conseguiu.

Agora, ele e toda a antiga oposição ficarão de vigília até a posse da nova diretoria, para evitarem que os pelegos e a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) cometam alguma arbitrariedade. «Não podemos deixar que se repita o que ocorreu no Rio e em Salvador, não podemos pecar por burrice», diz o novo presidente.

Mas uma coisa ele promete: vai assistir. Lá da galera, ao desfile de sua escola de samba. Não é por falta do seu incentivo que a Vai Vai emplaca outro campeonato, o que será uma dose dupla para qualquer cristão. E vai também preparando o discurso para o dia da posse. Na quarta-feira de cinzas.

«Bom mesmo era na zona» (Henfil)

Henfil, o da Revista, o pai dos Fradinhos, irmão do Betinho que está exilado em México, um dos mais importantes humoristas brasileiros não vai mais a baile de carnaval desde que este deixou de ser uma festa familiar.

O filho de dona Maria, primo do Figueiredo lembra com saudades os bailes do Montanha e do Maravilha, dois «dancings» (sem os davs) da zona de meretrício de Belo Horizonte. «Lá a gente podia ir com tranquilidade, que a gente

estava num ambiente fraterno. Era o único ambiente de carnaval comunitário que já vi, até hoje, sem brigas e confusão».

Desde que foi para o Rio ele deixou de brincar, porque o carnaval do Rio é oficializado e não é de família. Voltar para Belo Horizonte? Inútil, porque fecharam os cabarés. Em compensação, se o Henfil está privado de sua antiga festa familiar, ele vai produzir um bocadinho nestes quatro dias: aproveitará o tempo para trabalhar na ilustração de um livro sobre a China com impressões colhidas durante a viagem que fez à terra de Confúcio, em 1977, e que será editado em fascículos pela revista «Isto É».

Severo não tem mais pernas

Ele já gostou muito de carnaval na juventude, não perdia baile e sabia as músicas de cor. Hoje aos 54 anos, ele diz que não tem mais pernas, que a idade não deixa cair na folia.

Severo Gomes, ex-ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, prefere guardar as energias para as articulações políticas e empresariais. Foi candidato a vice-presidente na chapa de Magalhães Pinto, incentivador da candidatura Euler Bentes à presidência da República, participou da campanha de Fernando Henrique Cardoso para o Senado. Recentemente esteve na Europa em busca de novas alianças políticas, buscando nada mais nada menos que o ex-governador Leonel Brizola que, durante muito tempo, militou em campo oposto ao seu.

Para Severo Gomes, o carnaval hoje significa sossego. Nem folia nem articulações políticas, nem estudo. «Eu quero mesmo é descansar a cuca», afirmou.

Sem tempo para brincar (D.Helena)

Para Dona Helena Grecco, presidente do Movimento Feminino pela Anistia (MFA), em Minas Gerais, não vai mudar em nada sua rotina

dos últimos dias. Vai continuar com o trabalho que o MFA, juntamente com sindicatos, entidade estudantis e o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) estão fazendo em auxílio às vítimas das enchentes no seu Estado.

Com isso, o carnaval deixará de ser o que sempre representou para ela: um período de repouso para retemperar suas energias de opositora consequente. Aqui, ninguém vai rir nem brincar, apesar do carnaval.

Bloco da Carestia

O Bloco das Panelas Vazias, organizado pelo Movimento do Custo de Vida, não poderá desfilar com suas fantasias de operários e camponeses sob o brilho das luzes da av. Tiradentes em São Paulo. Mas em compensação um verdadeiro carnaval já ocorreu em janeiro com o aumento do custo de vida em 5,12%, segundo a pesquisa do Departamento Interministerial de Estatística e Estudos Socio-Econômicos (Dieese).

Logo depois da decisão no dia 20 do mês passado, de se levar para as ruas o tema dos constantes aumentos no custo de vida, a Secretaria de Segurança Pública proibiu a saída do Bloco das Panelas Vazias, sob o argumento de que temas políticos não são autorizados. Para um dos organizadores do carnaval, o motivo principal para a não saída do bloco às ruas não é a proibição da Secretaria de Segurança. «Na verdade, não tivemos condições de organizarmos o bloco, dadas as grandes tarefas que o Movimento do Custo de Vida tem enfrentado. Caso tivéssemos gente em condições de preparar bem o carnaval, poderia-se sair às ruas, tal como se fez no último domingo com o mutirão para denunciar a carestia».

No início, segundo algumas informações, pensava-se em fazer um bloco bem organizado, inclusive com alas vestidas de operários, camponeses e outros. Aos poucos viu-se que seria difícil essa tarefa.

Mesmo assim em alguns bairros pensa-se em sair em pequenos blocos para transformar o carnaval numa verdadeira festa popular, tentando-se colocar o problema da carestia entre os foliões: talvez isso aconteça na Freguesia do O, e também em Campo Limpo. Mas certo mesmo é que um bloco de carnaval sairá no domingo do comitê do deputado Aurélio Perez, no bairro do Socorro, às 14 horas. O convite é que cada um leve uma panela vazia. As brincadeiras do carnaval serão acompanhadas pelo estribilho «Fiquei calado noite e dia agora, vou falar no cordão da carestia».

Um carnaval de preços

Um verdadeiro carnaval de preços aconteceu no mês de janeiro, segundo os dados divulgados pelo Dieese. O custo de vida aumentou 5,12% o que significa que de janeiro de 78 para janeiro deste ano a variação do custo de vida chegou a 41,18%.

Por causa disso, o domingo, dia 17, saiu o primeiro mutirão para protestar contra os aumentos das tarifas de energia elétrica, dos preços do gás e da gasolina. Cerca de 80 representantes do Movimento do Custo de Vida distribuíram quase 10 mil folhetos entre a Praça da Sé e o Teatro Municipal.

Segundo um dos participantes do Movimento do Custo de Vida, a repercussão junto à população foi muito boa, com gente pegando os folhetos e levando para os bairros para mostrar a outras pessoas. Para depois do carnaval outros mutirões deverão ocorrer, só que estes serão em bairros. Estão previstos mutirões na zona Sul, Leste, em Osasco, Guarulhos, ABC e ainda em Campinas.

Lula, um folião no sindicato

Para liderar um sindicato que representa mais de 130 mil metalúrgicos, ele tem que rebolar o ano inteiro. Haja saúde para negociar durante as greves, participar de congressos, promover assembleias, bagunçar o coreto do pelegão Ari Campista, na CNTI, articular a formação de um Partido dos Trabalhadores.

Mas nem por isso. Luis Inácio da Silva, o Lula do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo vai folgar durante o carnaval. Ele vai participar dos quatro bailes noturnos e das duas matinês (para os filhos de associados) que o Sindicato promoverá este ano. Entre uma pinga e outra, uma cervejinha gelada para refrescar, ele e os demais membros da diretoria vão prosseguir no trabalho de articulação com os associados/foliões que comparecerem aos bailes preparando a campanha salarial deste ano.

Do jeito que a coisa vai, Lula acha que a massa estará mais do que disposta a parar caso os patrões não aceitem as reivindicações que apresentaram. E talvez, este seja apenas um «grito» de carnaval e o verdadeiro começa no mês de março com as máquinas parando no ABC. Por enquanto, Lula só lamenta uma coisa: a barriga que está crescendo e criando dificuldades para que ele pule as quatro noites. Do jeito que a coisa vai, pode até virar Rei Momo no ano que vem.

«Vou de índio emancipado»

Plínio Marcos, o autor teatral mais censurado do Brasil vai tentar passar o carnaval trabalhando naquilo que mais gosta: cobrir os desfiles das escolas de samba na avenida Tiradentes para o jornal «Movimentos». Isto, se a Paulistur, a burocrática entidade encarregada de enquadrar e despolularizar o carnaval de São Paulo, deixar.

Pois não é que inventaram que Plínio Marcos não pode receber credencial para trabalhar na avenida porque acham que ele não é jornalista? Logo ele, Plínio Marcos, reconhecidamente um dos maiores, senão o maior incentivador do

Ponto de vista

Quem não gosta de samba, bom sujeito não é...

Tradicionalmente, a esquerda, diante do carnaval, tem se dividido entre a adesão populista e a rejeição principista. Para Newton Santos, exilado brasileiro, estas duas posturas pecam pela mesma raiz: não conseguem resgatar o conteúdo popular da origem do carnaval dando-lhe consequência no presente.

Apresentamos aqui uma adaptação de seu artigo «Carnaval: Cultura Popular» publicado em «Cadernos de Campanha», nº 8, de 7/78 em Paris.

Em dois grandes momentos de manifestações populares a esquerda se divide, perde a iniciativa e inclusive se cala. Esses dois acontecimentos são: época da copa do mundo e o carnaval. Para uns o futebol e o carnaval são formas alienantes, «cópia do povo», instrumentos de alienação. Do outro lado estão os que defendem esses dois eventos como cultura popular: «não podemos ir contra o povo». E participam das brincadeiras de carnaval e dos gritos das torcidas nos estádios.

Pretendendo superar essas duas posições totalmente divergentes, a esquerda tem que se voltar para trás. No início do século XVII, as primeiras manifestações de carnaval (conhecidas como entradas) nas ruas eram características dos escravos que jogavam farinha uns nos outros, enquanto as classes dominantes da época (ricos comerciantes e burguesia agrária) jogavam água nos negros e brincavam o carnaval em salões, nos bailes à moda européia. Já nos fins do século XIX, com a repressão, os ex-escravos foram obrigados a se organizar e daí surgiram os cordões. Com as mudanças econômicas — trabalho assalariado — também se mudou a organização do carnaval. Juntaram-se os negros, os mestiços e também os brancos assalariados.

De lá para cá, muita coisa mudou. Dos cordões e anchos participavam a imensa maioria dos pobres, enquanto a pequena burguesia e a burguesia continuavam mantendo-se afastadas, nos salões. Dos cordões surgiram as escolas de samba como forma de se organizar em manifestação popular não marginal, que antes era constantemente reprimida. Mas mesmo a organização das escolas de samba preocupava os governos, por causa da participação de subempregados, biscoiteiros e operários não qualificados. Em 1934, o prefeito do Rio de Janeiro percebendo a importância dessa força carnavalesca, que organizava camadas populares, oficializou as escolas

e, estabeleceu como condição para recebimento de verbas, as inscrições das escolas na polícia. Assim, estabelecia-se o precedente do Estado intervir no carnaval. Um exemplo disso: o bloco «Vai Como Pode» recebeu a sugestão da polícia de mudar o nome para «Grêmio Recreativo Escola de Samba Portela».

Maior intervenção

No início o controle era apenas através da inscrição na polícia. Depois ele foi sendo introduzido com mil instrumentos de Estado. Até 64, o controle era exercido através dos governos estaduais, portanto, de forma descentralizada. As arquibancadas ainda não eram um «imenso salão ao ar livre». A partir do golpe de 64, no entanto, as coisas se alteraram profundamente. O passo mais importante dado pela ditadura foi a criação, em 1967, da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), amarrando o carnaval dentro do processo de centralização, modernização e racionalização do Estado brasileiro. O carnaval passa a difundir, exclusivamente, a ideologia das classes dominantes, contribui para a alienação, canaliza e neutraliza o descontentamento da massa. E carnaval passa também a ser importante chave para o turismo e como o futebol, serve também para a ditadura «melhorar» sua imagem no exterior.

Com isso, a Embratur passa a organizar os desfiles de carnaval e as arquibancadas deixam de ser o lugar para o povo descansar. Elas passam a ser ocupadas por quem pode pagar os preços exorbitantes cobrados. Também são proibidos os grandes desfiles em outros lugares que não os oficiais. Se antes o povo ficava nas ruas e as classes dominantes nos salões, agora cada vez mais as ruas são retiradas do povo. E todos os anos se repetem as cenas de policiais reprimindo. É proibido seguir escolas pelas ruas. Os pró-

prios enredos só podem falar da «história do Brasil», dos «temas patrióticos em geral» e a «exaltação das glórias e riquezas do País». E chegou ao cúmulo de criar escolas, como aconteceu com a Beija Flor, que antes era um grupo com apenas 300 figurantes. Da noite para o dia ela passou a ter 3.000 pessoas. A riqueza supremamente que apresenta é resultado dos investimentos feitos pelo governo.

Não é só a intervenção direta do Estado que transformou o carnaval em instrumento de dominação. A lógica do mercado, do dinheiro e do comércio sempre foram um argumento «sutil» do capitalismo. Os desfiles são monumentais, o que exige gastos monumentais. E aí que entra a Embratur com as verbas. Para impressionar os juizes, se convidam «astros» e figuras que tenham dinheiro para que surjam fantasias suntuosas. Surge assim a corrupção, o tráfico de influências, etc. A «manifestação popular» transformou-se em fonte de lucro.

A institucionalização do carnaval transformou essa festa de expressão popular, em instrumento de alienação em grande escala. Ao disciplinar o carnaval, os custos para participar são muito mais elevados. A rebeldia passa a ser permitida como exceção. As classes dominantes divulgam o carnaval como diversão separada do dia a dia, portanto, alienada. O «Sexismo» passa também a ser peça mágica desta alienação, com uma visão da relação homem-mulher baseada na objetificação das relações sexuais, seja na visão de família pequeno burguesa, ou na «caça» às mulheres, muito longe da realidade das massas populares trabalhadoras.

Outro fator ainda é a violência que tem aumentado muito nos últimos anos, diferentes dos entudos que eram violentos para os que estavam de fora, ao poder constituído. Agora, a violência tem caráter de «vazio», de descontentamento com o carnaval. Muitos foliões têm acidentes entre eles mesmos muitos são cortados com giletes com os quais haviam se munido os elementos que seguem os trios elétricos para se defender dos empurrões.

Resistência à repressão

Com estas profundas modificações o carnaval perde o seu caráter de manifestação popular e passa a ser instrumento de canalização do descontentamento da massa contra ela própria. Diante disso, a afirmação de que o «carnaval é festa popular», é pelo menos manca de uma



Puebla vai a Puebla

“Não fique triste Que essa terra é toda sua Vamos ter reforma agrária E a luta continua”

(com a música da marchinha de carnaval «Oh Jardineira»)

Cantando esta marchinha, cerca de 400 lavradores de Itaguarú no interior de Goiás, realizaram no último dia 16 um dia de mutirão para ajudar seu representante em Puebla a terminar seu serviço na roça. Zé Teixeira, o camponês que foi ao México como assessor de D. Moacir Grecchi, bispo do Acre, no final do dia de trabalho, prestou conta de sua missão a seus companheiros.

Por Giselle Nogueira

Mutirão: carnaval e revolução.

Na manhã do dia 16, nas lojas e bares de Itaguarú, uma cidadezinha no interior de Goiás, o pessoal já comentava intrigado a respeito da estranha romaria, que desde a noite anterior passava por ali. Em caminhões ou a pé, homens com ferramentas nas costas, mulheres com os filhos nos braços, ou agarrados na barra da saia, circulavam pelas ruas. Não havia nenhuma epidemia por perto expulsando os camponeses, nem santo milagreiro na região. Eram os trabalhadores que seguiam para um mutirão na roça do Zé Teixeira, o lavrador que foi ao encontro dos bispos em Puebla, no México.

Eles começaram a chegar na quinta-feira, dia 15, à noite, vindos de caminhão, burro ou cavalo. Muitos tiveram que chegar à pé mesmo, abandonando a condução atolada na estrada de barro, por causa da chuva intermitente, em caminhadas



D. Tomás

às vezes de mais de 15 quilômetros. Como Zé estava viajando desde o dia 24 de janeiro, seus companheiros acharam que era necessário um «mutirão» para ajudá-lo no preparo da terra para o plantio do feijão, antes que passasse a época apropriada. E veio gente de quase vinte municípios de Goiás, e até de outros estados, da Bahia, por exemplo. Nessa noite, já haviam 80 pessoas para serem acomodadas. E nenhuma ficou sem lugar onde dormir. Todas casas das proximidades ofereceram lugares, colocando à disposição colchões, quartos e até paiois, para que ali fossem armadas as redes.

Na sexta-feira, o número de pessoas atingiu um total de mais de 350, sem contar as crianças, por que aí subia pra mais de 400. E o trabalho na roça começou cedo. Os homens no campo, as mulheres na casa em volta de grandes tachos, preparando o almoço, em fogões à lenha.

«O povo unido jamais será vencido»

Tudo havia sido preparado com muita antecedência e da forma mais organizada possível. Os trabalhos anteriores foram executados por equipes com funções específicas. Na casa de um lavrador da redondeza, a primeira parada. Ali, duas mocinhas anotavam os nomes das pessoas, o local de origem, enquanto outras recebiam as contribuições, em dinheiro ou mantimentos. Outra turma levava o pessoal para o lugar onde iam dormir, ou explicava o tipo de trabalho que deveria ser feito no roçado. Eram precisos tantos cuidados, pois o número de pessoas era grande, e teria sido maior, não fosse a chuva que caía sem parar, tomando os caminhos parcialmente intransitáveis.

Ao meio dia o almoço, e um período de descanso. Em baixo de uma barraca de lona, erguida sob estacas de galhos de árvores, a primeira reunião. Nem o cansaço da viagem anterior, o trabalho na cozinha ou no campo, e nem mesmo

a lama que impedia as pessoas de se locomoverem com facilidade, encobriam a animação e a alegria do pessoal. A impressão que se tinha é que ali estava reunida uma enorme família. E o horário do descanso foi comemorado com cantos compostos pelos próprios lavradores. Alguns apresentaram poesias, e entre uma apresentação e outra os brados de «Viva o mutirão», «O povo unido jamais será vencido», «Viva os trabalhadores» e, por fim, «Viva o D. Tomás Balduino». Era o bispo de Goiás que estava chegando.

A tarde, o trabalho continuou. Os homens preparando a terra para o plantio do feijão e dessa vez, as mulheres que não estavam preparando a segunda refeição, foram convocadas para o roçado também. A tarefa delas era a «dobra» do milho. No mihalar seco, cada pé é dobrado, de forma que não faça muita sombra para o feijão que vai nascer, servindo também, para que ele cresça subindo em volta das hastes do milho.

A procissão-passeata

Por volta das 4 horas da tarde, enxadas nas costas, os homens começaram o caminho de volta, cantando. As mulheres, entoando o mesmo canto, que fala da vida do trabalhador, desceram para encontrá-los e seguiram juntos o trajeto de volta à casa.

Na frente, seguindo pela estrada, Zé Teixeira, seu irmão e D. Tomás, dentro de um quadrado formado por enxadas cruzadas que os trabalhadores carregavam. Atrás, as mulheres e as crianças. Aquela espécie de procissão terminou nas proximidades da barraca, quando foi cantada uma espécie de ladainha exaltando o trabalho e o trabalhador. E antes que a festa começasse, com sanfonas e violas, para que o pessoal dançasse e cantasse até o raiar do dia, a segunda reunião.

Era o momento que todos aguardavam para ouvir os relatos de Zé Teixeira, que havia chega-



Projornal

Os cantos do mutirão

Em vários momentos, durante o «mutirão» no roçado de Zé Teixeira, os lavradores tentavam transmitir um pouco da realidade que vivem, cantando músicas compostas por eles próprios. Aqui a letra de duas delas:

Abra o olho meu amigo

O operário/Está sofrendo/ e também o lavrador/Está sem terra e sem salário/Está sofrendo a mesma dor/ Abra o olho meu amigo/vamos juntos caminhar/Só com a força da união/que nós vamos libertar. (refrão)

Lavoura é cinquenta por cento; cinquenta é do proprietário/quinze por cento é o imposto/trinta é do intermediário. Abra o olho meu amigo... (refrão)

O salário quando sobe/é somente pra enganar/Custo de vida sobe mais/a situação vai piorar. Abra o olho meu amigo... (refrão)

Até nos nossos sindicatos/já puseram divisão/Pro operário e o lavrador/não ter mais entrosação. Abra o olho meu amigo... (refrão)

Eles falam que a pobreza/é a sorte que Deus deu/Abre o olho meu amigo/Eles tá querendo o que é seu. Abra o olho meu amigo... (refrão)

Oh, Companheiro!

(cantada com a música da marchinha de carnaval «Oh Jardineira»)

Oh, companheiro porque estás tão triste! Mas o que foi que aconteceu? Não temos terra pra plantar a roça e a terra é nossa/foi Deus quem nos deu/Não temos terra pra plantar a roça/e a terra é nossa/foi Deus quem nos deu.

Vem companheiro, vem meu irmão! Não fique triste, que essa terra é toda sua/Vamos ter reforma agrária/e a luta continua./Não fique triste, que essa terra é toda sua/Vamos ter reforma agrária/e a luta continua.



De lavrador a assessor de bispo

No final da tarde, de volta do trabalho no roçado, antes da festa começar, o pessoal se reuniu novamente na barraca pra ouvir os representantes de outros lugares se manifestarem. O primeiro a falar, no entanto, foi Zé Teixeira, cumprindo um dos objetivos do encontro, que era o de informar aos seus companheiros o que presenciou no México. Eles queriam saber como vivem os trabalhadores no outro país: «É muito parecido com os daqui, é um povo que sofre muito». Zé Teixeira, durante um bom tempo, descreveu com detalhes a situação dos operários, lavradores, e índios mexicanos. E tem sindicato Zé? «Igualmente os daqui, a maioria tudo pelego».

Aqui parte do relato como o lavrador de uma região no interior de Goiás, foi parar em Puebla num encontro de Bispos.

A origem das comunidades de base

«Tem muita gente que não sabe o jeito que nasceu essa iniciativa para que um trabalhador participasse do encontro dos Bispos em Puebla. Por isso eu queria começar a contar um pouco mais de longe».

Tá com 10 anos que os Bispos da América Latina se reuniram. Nessa reunião eles decidiram: «Bem a Igreja tem que caminhar. Mas caminhar pra onde? Ela tem que caminhar a benefício dos pobres, dos trabalhadores, dos que sofrem». Então tomaram essa decisão conjunta. Cada Bispo partiu pra sua diocese com esse compromisso, e começaram o trabalho de ver mais de perto os pobres, os trabalhadores, as pessoas que sofrem os marginalizados. Foi então que começaram as comunidades de base. Eles acharam que era bom os trabalhadores se reunirem e começarem a fazer pequenas comunidades. E assim foi, no Brasil todo. Em todo canto tem pessoas, trabalhadores que se reúnem pra discutir a vida, e padre e freira que ajuda, apóia que incentiva, caminha junto com o povo».

Na terceira vez que os representantes dessas comunidades de base se reuniram, em João Pessoa, na

Paraíba, o encontro foi um pouco diferente dos anteriores. Tinha mais trabalhadores operários e lavradores participando. Nós éramos 180 pessoas, tinha 14 Bispos e 16 padres. Os outros eram trabalhadores operários e trabalhadores da roça.

E o que é que nós fomos fazer lá em João Pessoa? Fazer um confronto do trabalho. E para mim isso foi um prazer imenso, porque enquanto a gente estava aqui, fazendo o trabalho, lutando, ainda pensava: «Parece que eu estou sozinho, não estou vendo mais ninguém». Mas o que acontecia era que a gente não saía daqui. Então, nesse encontro, a gente ficou mais animado. Quando o pessoal, do Brasil todo, estava lá reunido, fazendo confronto, dizendo o que realmente era a tarefa do trabalhador, dos pobres, nós decidimos algumas coisas muito importantes.

O sistema, nós chamamos de árvore.

«Em primeiro lugar nós vimos que tinha aí uma estrutura que massacrava o trabalhador. O trabalhador não tem direitos, vive sempre sofrendo. E esse sistema nós chamamos lá de uma árvore. E essa árvore precisava ser arrancada, porque estava tomando toda a sombra, tampando as plantas pequeninas, que eram muitas. Foi muito importante nós descobrirmos isso juntos, vermos que nós precisamos lutar, fazer um trabalho diferente, nos unir com os outros, porque a força do pobre unido é muita. Um pobre não acreditando no outro fica muito difícil».

Esse encontro de João Pessoa foi também uma preparação para o que ia ter em Puebla. «Os bispos se reuniram há 10 anos atrás e decidiram ajudar os trabalhadores. E agora? Ele vou se reunir de novo, ver o que foi feito, e marcar novos passos para frente. Então porque não tem trabalhador representando, para mostrar a realidade lá?»

Em João Pessoa nós pensamos: Porque não mandar uma carta pro Papa, exigindo dele que ele deixe os trabalhadores participarem do encontro dos Bispos. Além de quatro trabalhadores nós pensamos também em 4 Bispos nossos, daqui, que dão tudo, que fazem o máximo pra ajudar. Foram então eleitos 2 trabalhadores rurais e dois trabalhadores da cidade, operários. Um

dos lavradores fui eu. Os Bispos, um foi o D. Pelé (José Maria Pires), da Paraíba; o outro foi o nosso aqui, o D. Tomás Balduino; e mais o D. Pedro Casaldáglia do Mato Grosso e o D. Luis Fernando, do Espírito Santo.

O Papa não deu resposta: fui de assessor.

Aí, aconteceu que o Papa não mandou nenhuma solução. A gente não sabe porque. Mas mesmo assim os bispos de outros lugares e os daqui, acharam que era muito importante que os trabalhadores estivessem lá. Então veio o convite pra mim. Porque eu tinha estado em João Pessoa, e conhecia mais ou menos a realidade dos trabalhadores do Brasil.

Quando eu recebi esse convite nós estávamos numa Diocese (um encontro de representantes dos municípios da Diocese de Goiás). Foi em setembro, e todos os companheiros que estavam lá acharam que era importante eu ir. E eu fui.

Lá, em Puebla, os nossos bispos daqui que foram - vários Bispos bons daqui estavam lá - fizeram muitas tentativas para fazer eu participar, lá dentro, do encontro. Porque como eu não tinha sido convidado oficialmente pela CNBB eu não podia entrar lá dentro da reunião dos bispos. Mas eu podia ficar de fora. Então eles me colocaram de assessor do bispo do Acre, D. Moacir Grecchi.

Mas quando eu recebi o convite assim como eu também achei importante ir para o encontro, eu também tinha necessidade de plantar o feijão. Quer dizer, naquele tempo (o encontro ia ser em outubro) ia ser a planta de milho. Mas aí o Papa morreu e o encontro foi adiado. Então não foi mais um «mutirão» para plantar o milho, mas pra limpar a terra, que hoje nós estamos aqui. Esse «mutirão» foi com essa finalidade. Eu ia representar, o serviço ia ficar parado e os companheiros decidiram que vinham me ajudar. Como de fato. Com todo o sofrimento, com tanta chuva, com tanto barro, tá aqui muita gente.

Isso era uma finalidade do «mutirão». A outra era eu passar o que a gente viu e aprendeu lá. E por fim seria um dia de festejo, um dia de alegria, de nós mostrarmos a nossa união, o nosso compromisso e o amor que temos uns pelos outros.

As histórias que Zé foi contar no México

Na noite anterior ao «mutirão», Zé Teixeira e mais dois companheiros seus, da região, reproduziram também para EM TEMPO, um pouco daquilo que foi levado ao conhecimento dos bispos, durante a reunião do CELAM.

«O derradeiro passo que o lavrador dá é quando ele sai da roça»

— Zé Teixeira, você foi para Puebla para transmitir um pouco da realidade do trabalhador rural. Que realidade é essa?

— Zé: Bem, qual é a realidade do trabalhador que não tem terra? Até hoje eu não vi nem um patrão que está satisfeito com o peão. Ele está querendo por capim na terra, porque o gado é melhor, dá mais dinheiro e menos mão-de-obra. Então os lavradores estão mudando para a cidade. E não tem ninguém para defendê-los. Os sindicatos, até hoje, infelizmente estão mais nas mãos dos peleguismo do que nas mãos dos próprios trabalhadores. Eles defendem a classe que já está defendida, e não os trabalhadores que precisam de uma assistência muito maior. Então eles estão mudando para a cidade, e aí o jeito de vida acaba, porque ele somente sabe lavar, e não tem a terra.

— Lavrador 1: Além de acabar com o jeito de vida, com isso a família do trabalhador vai ser a grande massa de marginais, de prostitutas. É o fim. O derradeiro passo que o trabalhador dá é quando ele sai da roça. Ele só sabe mexer com o cabo da enxada. Vai para a cidade e não tem condição de construir nem um barraco; vai viver jogado nas favelas. É obrigado a sair todo dia cedo pra caçar o que fazer, caçar um jeito de alimentar a família e os filhos ficam por lá vagando. Os filhos vão começar a apanhar as coisas, a roubar, e as meninas mulheres vão ser as empregadas, as prostitutas de amanhã. Isso pra nós é a coisa que mais fere, e o que mais está acontecendo.

— Trabalhador 2: Uma outra coisa é que, quanto mais o governo promove para a grande produção, mais elimina a possibilidade de nós aqui da roça viver. Todos os projetos que são feitos para a pecuária não caem na mão de quem trabalha, só nas dos que têm os meios de produção. Quem trabalha fica só vendo a produção sair e fica com a tula vazia. Porque hoje o trabalhador rural colhe, mas não tem o que comer. A promoção pecuária do

governo é para promover os que não precisam mais e os trabalhadores ficam jogados na rua. Com isso ele faz dois proveitos ao mesmo tempo: joga o trabalhador na rua, porque é o bôia-fria que ele vai pegar pra fábrica dele, pra fazendas. E também prejudica o trabalhador da cidade, pois a mão-de-obra do trabalhador inconsciente vai diminuir a possibilidade do operário que está lá de ganhar mais. O camarada chega passando fome e pega o serviço do jeito que o patrão quer

«Sindicato é a união da classe»

— Vocês estão falando em sindicato. Qual a importância, o significado dele para vocês?

— Trabalhador 1: O sindicato pra nós é a união de uma classe. Mas dentro desse mundo que nós vivemos o sindicato quer dizer uma coisa que o governo deu. A organização sindical é amarrada dentro dessa estrutura do governo. Nós escolhemos os nossos companheiros, que achamos que têm condição de lutar, de nos reunir, nos mostrar alguma coisa para fazermos para evitar de ficarmos aí na pior. Mas o que acontece é que o governo, através do Ministério do Trabalho fala: «Não esse aí não serve, esse vai fazer o gosto seus, mas não vai fazer o gosto meu. Vou por esse daqui». E põe.

Oposição sindical rural

— Vocês esse ano conseguiram formar cinco chapas de oposição. Mas qual a vantagem de se formar essas chapas, sabendo-se que elas vão ser alvo de toda a sorte de impedimentos, para que não consigam se eleger?

Lavrador 1: A vantagem é que nós aproveitamos esse tempo pra poder organizar os companheiros e mostrar que nós também temos direitos, que eles estão nas nossas mãos, depende do nosso esforço, da nossa luta. No tempo da luta pela chapa nós mostramos aos companheiros o direito que a gente tem de ser gente e a força que nós temos unidos.

— Mas porque vocês achavam que era importante a criação do sindicato?

— Lavrador 1: A gente achou que era um momento oportuno para crescer a oposição sindical. Então o sindicato foi criado por nós, para a nossa união, pra nossa força. Sem a ajuda da Federação, como já disse, que até tentou nos

impedir bastante. Foram dois anos de muita insistência. Porque tem o problema do direito do trabalhador rural, na parte da parceria, do arrendamento, na parte da pessoa que trabalha por mês, e que não é respeitado. Aqui na nossa região acontece muito caso de trabalhador que trabalha a justo num curral, ganhando 500 por mês, outros ganhando 800 cruzeiros, o que ganha um salário mais alto é mil e quinhentos cruzeiros. Tem trabalhador rural que trabalha na parceria, a maioria pagando uma meia, e apenas recebendo uma terra arada e uma semente de planta, mais nenhum benefício. Então o pessoal deu de reclamar esse direito. E depois que nós fundamos o sindicato, o companheiro vem fazer a reclamação e fica conhecendo um pouquinho dos direitos deles.

O Governo gosta que os grandes comprem as terras dos pequenos

— Vocês falaram aí de bôia-fria, parceiro, e o pequeno proprietário? Qual o interesse deles em se sindicalizar?

— Zé: Olhando a situação dos que não tem terra, a do pequeno proprietário é um pouquinho melhor porque ele tem o lugarzinho dele plantar. Mas não dá pra nada, porque como foi falado, os direitos dos sem terra não são respeitados e os dos pequenos proprietários também não. Nessas alturas o pequeno, proprietário também sente necessidade de ser sindicalizado. A situação dele não presta também. Só tem a vantagem de ter a terrinha dele para plantar. Mas eles estão sendo enganados. As terras deles são as mais cobichadas pelos grandes. E o governo gosta bastante que o grande compre do pequeno, que passa as terras todas pra mãos dos grandes. Fica mais fácil assim, já que o grande vai criar é boi, e o governo gosta mais é disso.

Sendo assim, muitos pequenos proprietários, se não tem consciência, vendem a propriedade dele, e quando faz isso vai também para as periferias das cidades igual aos que não tem as terras. Então o que a gente faz? Quando a gente vê que tem um companheiro lá longe, que tem sujeito grande querendo comprar a terra dele, então a gente precisa ir lá conversar com ele. Isso pra ele começar a perceber que tem que lutar pra conservar a terra dele, com uns direitos a mais, e ser unido aos sem terra. Ai ele sabe que o inimigo dele não é o sem terra, mas é o grande que está olhando a terra dele com três olhos.



IRÃ



À medida que prossegue o expurgo entre os escalões superiores da oficialidade iraniana — inclusive com execuções de elementos condenados pelo Tribunal Revolucionário Islâmico — começam a delinear-se os limites do movimento popular que derrubou a dinastia Pahlevi. Basicamente, temos de um lado o aparelho religioso mais diretamente ligado a Khomeini, em aliança com setores técnicos de maior lucidez (que se identificam com o engenheiro e primeiro-ministro Mehdi Barzagan); todo este bloco tende a um compromisso com o exército iraniano, condicionado naturalmente ao expurgo dos elementos notoriamente comprometidos, a dissolução de regimentos «selvagens» como a Guarda Imperial, o julgamento dos assassinos da Savak etc.

Do outro lado, está o que se convencionou chamar, na grande imprensa, «a extrema esquerda» naturalmente ligada aos palestinos e de ideologia marxista-leninista. Ou, pelo menos, apresentada como tal, apesar de a China (que também se reclama do marxismo-leninismo) ter apoiado a monarquia iraniana até o fim. Essa «extrema-esquerda» estaria armada, deseja de radicalizar o processo, etc., o que a levaria a entrar, num futuro próximo, em conflito aberto com o ayatollah.

Na verdade, a coisa é um pouco mais complicada. De saída, em nenhuma insurreição as massas se mostram ansiosas em devolver as armas conquistadas na luta e cuja conquista, inclusive, sela a aliança entre os setores populares e os soldados rebeldes e dá uma dimensão insurrecional à mobilização das massas. O fato de que setores ligados à esquerda «leiga» não devolvam suas armas não implica absolutamente que estejam dispostos a utilizá-las contra os sacerdotes xiitas próximos a Khomeini. Mesmo porque, Khomeini é a liderança incontestada ao

menos até agora do mais importante movimento de massas do Oriente Médio da segunda metade do século XX, em plena fase de ascenso revolucionário. E qualquer organização de esquerda sabe disso.

Comitês de greve

Na verdade, o que preocupa a liderança xiita — e sobretudo a seu aliado de ontem, o exército — é que estes quadros «leigos», do partido comunista (Tudeh) e outras organizações de esquerda, dispõem de uma audiência considerável junto aos setores urbanos da sociedade iraniana, além de forte representatividade no seio dos comitês de greve que coordenaram, nos últimos 12 meses, a resistência operária ao regime do xá. Quando a Companhia Iraniana de Petróleo (dirigida atualmente por um tecnocrata ligado a Barzagan) declara poder voltar à produção «normal» em dez dias, desde que os trabalhadores não intervenham, ela não está preocupada com o «marxismo-leninismo» da esquerda. O que a preocupa é que setores ponderáveis dos trabalhadores, entre os quais estão, naturalmente, muitos revolucionários não estão dispostos a multiplicar por 8 a atual produção de petróleo (de 700 mil barris) sem que haja uma garantia real, de parte do governo, de que os organismos operários nascidos na luta contra o xá continuarão a existir e a desempenhar novas funções, ligadas ao controle operário da produção.

Em princípio, estas reivindicações operárias não têm nenhuma incompatibilidade básica com o programa democrático que o ayatollah dirigiu em 15 anos de oposição, às massas camponesas. Se os setores operários souberem conservar esta aliança, a dinâmica do processo revolucionário iraniano poderá ir muito além de sua fase «islâmica», objeto de tantas análises da imprensa internacional.

C. E.

VIETNÃ-CAMBOJA



No dia 18 de fevereiro, foi assinado em Phnom Penh um tratado de paz, aliança e cooperação entre o Vietnã e o novo governo cambojano, integrado por quadros da FUNKS (Frente Unida Nacional de Salvação do Camboja).

Com duração prevista pra 25 anos, renovável a cada dez, o tratado foi assinado pelo primeiro ministro vietnamita Pham Van Dong e pelo presidente cambojano Heg Samrin (ex-dirigente do Khmer Vermelho e um dos líderes da rebelião militar de 28 de maio de 1978, contra o regime do «Kampuchea democrático»). Além de lançar as bases para um pacto de defesa mútua entre os dois países — que se torna urgente num momento em que a China invade as fronteiras vietnamitas — o tratado cria instrumentos para a delimitação definitiva das fronteiras entre o Vietnã e o Camboja.

De certo modo, a formalização das relações amistosas entre o governo vietnamita e o FUNKS pode implicar na relativa estabilização da «retaguarda» cambojana, no momento em que o essencial da estratégia vietnamita se desloca para o norte, em direção à fronteira chinesa. Isto, porque o FUNKS aparentemente não conseguiu montar, até agora, uma rede administrativa eficiente — em boa parte devido aos expurgos que recaíram sobre os quadros técnicos e intelectuais, durante o governo do Khmer Vermelho. Além disso, a resistência militar dos partidários do Khmer Vermelho ainda se faz sentir: no final de janeiro, os guerrilheiros organizaram sua primeira contra-ofensiva de vulto, empregando blindados e artilharia pesada e conseguindo capturar provisoriamente a capital provincial de Takeo, a 80 km da capital cambojana.

CHINA X VIETNÃ

O «camarada» Teng ataca outra vez

«Olhem agora para o Mediterrâneo, para o norte da África. O ano de 1978 não foi mais tenso do que 1977? Vemos que no ano passado o Yemem do Sul foi tomado pela União Soviética e que a União Soviética ganhou influência sobre a Etiópia. Se formos mais para leste, há o Afeganistão e atualmente há o Irã, onde parece não haver mais fim para os transtornos. E o Paquistão. E mais longe ainda no Oriente, o Vietnã controla o Laos. Por meios militares, além de ter feito uma grande invasão no Camboja, com mais de dez divisões. Então, tudo isto concerne gravemente aos países do mundo. E eles deveriam lidar com isso seriamente. (Teng Hsiao-ping em entrevista concedida durante sua recente viagem aos Estados Unidos).

C. E.

Não há dúvida de que Teng Hsiao-ping decidiu «lidar seriamente» com os que, em sua opinião nada internacionalista, não passam de peças da URSS. Antes, numa entrevista à televisão norte-americana, havia ameaçado «dar uma lição» aos vietnamitas, por ele denominados «os cubanos da Ásia» (ver ET nº 50). Fortalecido pela badalação que acompanhou a visita de Teng aos Estados Unidos e ao Japão, o governo chinês ordenou no dia 17 aos 100 mil soldados dispostos ao longo das fronteiras vietnamitas que invadissem o país.

O pretexto foi a «indignação das tropas fronteiriças com as atrocidades vietnamitas». Como se a indignação levasse tropas disciplinadas a tomar uma decisão política dessa envergadura. Na realidade como admitia Teng Hsiao-ping, trata-se de fazer frente a um pretensão reforço da influência soviética no Sudeste da Ásia, ligado à derrocada do regime pró-chinês do Camboja. Raciocínio baseado apenas em considerações sobre a correlação de forças, típico de qualquer potência colonialista do início do século.

Mil anos de luta

Na verdade, a invasão chinesa pode ser revelar uma jogada perigosa. De um lado, ela subestimou a capacidade de luta do povo vietnamita, que levou a enfrentar, o invasor japonês, francês e

norte-americano, ao longo de 35 anos de guerra popular. Em segundo lugar, invasão premeditada vem reacender toda uma série de velhos antagonismos entre os dois povos, ligados ao expansionismo chinês na região. Foi justamente contra os exércitos chineses que os vietnamitas descobriram a eficácia da resistência popular, conseguindo libertar seu país em 1938. Depois disso, nos séculos seguintes, cada dinastia chinesa tentou reconquistar o Vietnã.

No século XX, a China do Kuomintang ocupou o Vietnã do Norte até o 16º paralelo. E, na própria China de Mao, mapas escolares, destinados aos alunos do curso secundário, colocavam o Vietnã (bem como o Camboja, o Laos e a Tailândia) como «partes do território chinês de que se apropriaram os imperialistas». Diante desses mais de mil anos de confronto, a rivalidade entre cambojanos e vietnamitas é brincadeira de criança.

Um regime sólido

Além disso, o Vietnã não é o Camboja, onde um regime delirante obrigava, em nome do socialismo, a população a casamentos forçados e esvaziava as cidades de seus habitantes, a pretexto de «superar a contradição entre a cidade e o campo». Entre fevereiro de 1977 e maio de 1978, ocorreram seis levantes armados contra o regime de Pol Pot. Muitos comandantes desses regimentos e divisões rebeldes



compõem atualmente o governo de Phnom Penh, como admite a grande imprensa.

Em outras palavras, a «agressão vietnamita» (nas palavras de Pequim) dispunha, pelo menos de um mínimo de apoio popular, enquanto a agressão chinesa não dispõe de nenhum. Além disso, independentemente das tropas locais, o exército vietnamita é um corpo profissional altamente capacitado, como descobriram amargamente os franceses e norte-americanos e dispõe de armamento altamente sofisticado, capturado das tropas dos EEUU. Sem falar que a União Soviética permanece na expectativa ao norte da fronteira chinesa, com suas divisões e bombardeiros em prontidão.

As lições cubanas

A estratégia de Teng Hsiao-ping, de «beira do abismo», parte aparentemente do pressuposto de que a União Soviética recuará, diante da perspectiva de um conflito mais ampliado (que poderia inclusive ser nuclear);

além disso, a resistência do «Kampuchea democrático» deverá intensificar-se e derrotar os «titores de Hanói», tão logo as divisões vietnamitas sejam deslocadas para o norte. Finalmente, o Vietnã deverá ser anotado à mesa de negociações. No entanto, se o governo de Phnom Penh revelar uma base social mais ampla, e prosseguir no controle da situação, é se os chineses tiverem que voltar a suas fronteiras (empurradas ou não pelas divisões blindadas vietnamitas) sem que os dois países tenham estabelecido negociações, — e, segundo as últimas notícias, é o que está ocorrendo — o prestígio dos atuais dirigentes chineses poderá cair bastante, no interior da elite política do país. O que poderá ter consequências bastante desagradáveis para a carreira pessoal do «camarada» Teng que, nas horas vagas, é chefe do Estado Maior das Forças Armadas chinesas. Em 1975, em Angola, os cubanos deram uma lição aos invasores sul-africanos. Vejamos o que o governo chinês poderá aprender junto aos «cubanos da Ásia».

Os Ecos de Puebla

O fato de o Documento Final da Assembléia de Puebla ter sido aprovado por 178 dos 179 bispos presentes tem sido interpretado como resultado de concessões mútuas entre as alas conservadora e progressista da Igreja. A análise que publicamos aqui, entretanto, sugere que, independentemente do texto final, a dinâmica da Igreja no continente, voltada para as comunidades de base, foi longe demais para voltar ao controle da ala conservadora. O Documento Final de Puebla é, quando muito, o prefácio do que vai ocorrer numa década decisiva para as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina.

Tem razão o Cardeal Arns e D. Luciano Mendes de Almeida em dizer que nem a visita do Papa conseguiu passar Puebla para segundo plano. E o risco foi iminente, não só em razão do caráter plebiscitário que o acontecimento assumia para os mexicanos — o México não matém relações diplomáticas com o Vaticano — mas antes de tudo, face ao «quantum» de presença que João Paulo II conseguiu conferir à sua peregrinação, não tanto aos lugares «santos» mas, principalmente, aos «profanos».

Todavia, não foi este o risco maior. Os pronunciamentos fortes e incisivos feitos pelo pontífice não refletiram somente os cuidados de um pastor — que é também chefe de Estado e de governo — a ensaiar os primeiros passos e tomar as primeiras decisões, mas verteram também a sua experiência polonesa e a sua inexperience latino-americana. E pode-se dizer que ele foi sempre hábil, mesmo sem ter sido igualmente feliz.

Sem querer reduzir o seu discurso (o que poderia resultar em simplificações arbitrárias) a duas ou três proposições, é possível nele discernir, nas várias ocasiões em que tomou forma, a ênfase muito polonesa, inteligente e conservadora a associar-se a uma tomada de consciência da injusta condição econômica e social do povo latino-americano. Tomada de consciência que se expressou em termos claros — em especial quando ele se dirigiu ao próprio povo — mais do que nos discursos de praxe, endereçados aos bispos.

Veredas Abertas

Estratégia ou tática, reflexo de sua insegurança ou hábil forma de deixar aos bispos as decisões que lhes cabem, já que eles são, em tese, os seus «pares», o certo é que João Paulo II, se

fechou a porta ao clero, na mais extrema interpretação de suas intenções, deixou as vias e veredas da Cidade do Homem abertas à Igreja inteira. Com efeito, a expressa colocação aos leigos de uma reservada competência no que concerne à ação política é velha doutrina eclesial e vigorou, mesmo no Brasil — terra dos padres políticos e políticos mais do que outras — nos tempos ainda recentes da Ação Católica. Todavia, ela emerge agora em um novo contexto: o de um catolicismo que, desde o Vaticano II, vem proclamando o caráter autônomo da missão do leigo, mesmo sem haver ainda encontrado formas concretas para o exercício desta autonomia. Pode-se então perguntar: não seria a encarnação na política de que se fala, que residiria o núcleo dessa missão, ainda um simples «dito teólogo»?

A releitura

De qualquer modo, a Assembléia de Puebla (e houve tempos em que Igreja significava precisamente assembléia) não seguiu o curso que seria mais do agrado dos bispos conservadores e da imprensa burguesa, outrora anticlerical. Tanto foi assim, que já se começa a falar em «releitura» dos discursos do Papa. Mas, tenha havido ou não releitura o certo é que a Assembléia seguiu o curso que fazia prever a forte e negativa reação aos documentos preparatórios e às manipulações de Lopez Trujillo. (ver EM TEMPO Nº 48).

Sem dúvida, os problemas estruturais da América Latina não foram tratados de modo analítico e rigoroso, mas a referência que a eles se fez não constitui apenas a simples observância de uma rubrica. Tanto assim que ela teve três resultados de máximo alcance: a condenação do Capitalismo como sistema (é a primeira vez que isso

ocorre em uma Assembléia Continental); a condenação da Doutrina da Segurança Nacional, decisiva para o católico latino-americano como fator de mobilização e organização; a aceitação genérica das comunidades de base como experiência. Além disso, a teologia da libertação saiu quase ileso do embate (ao menos se forem consideradas as expectativas em contrário) enquanto a condenação do marxismo (como sempre, sumariamente descrito) ficou longe de servir de compensação ao paladar das direitas, tanto leigas quanto clericais. E talvez no futuro se venha a reconhecer que a sóbria refeição servida aos progressistas não foi tão parca assim.

A Dinâmica Comunitária

Pode-se objetar; são apenas ecos de Puebla; é necessário ir ao documento final, na sua íntegra, para que se possa dar conta do que se disse e fez e, mais ainda, do que se pode pretender a partir dele. Observação correta, mas de pouca valia na situação histórica que se criou. Hábil manobra dos bispos progressistas ou resultado de uma dinâmica que a Igreja não pode mais controlar. Puebla pertence definitivamente ao passado e o seu documento é, quando muito, o prefácio do que se vai fazer, do que doravante há de ocorrer na América Latina. É o que se pode apreender da própria liberdade com que alguns bispos brasileiros, no ato mesmo de seu regresso, se pronunciaram a respeito de como viram o Encontro: teve-se a nítida impressão de que eles voltaram tranquilos quanto a seu futuro. Nesse sentido, pode-se perguntar o que foi Puebla, mas a partir da resposta que se der não se poderá dizer o que há de ocorrer na Igreja do continente; quando muito, será possível divisar o que não há de acontecer.

A opção pelos pobres

Mas não é só. O resultado que as decisões tomadas deixaram transparecer à imprensa e que as publicações fragmentárias e declarações de bispos confirmam, incluem mais duas questões: a opção preferencial pelos pobres e a defesa dos direitos humanos. Ora, tais expressões são muito genéricas para satisfazer a exigência da mais

elementar ação: abandonadas a si mesmas, elas apenas visam o seu referente à distância. A palavra pobre dissolve-se na linguagem do homem contemporâneo, à medida que a realidade por ela visada assumia formas complexas e precisas na sociedade capitalista. Antes de tudo, ela corre o risco de se tornar a abstração do nada, se não considerar as relações de classe que se travam no interior da sociedade capitalista a que se refere. O exemplo do que pode ocorrer é ainda muito recente para ser esquecido: nas pregações do cristianismo (e não apenas nem principalmente entre os católicos) os «pobres» foram despojados até do último bem que lhes restava: a sua condição de antes de um mundo material muito concreto. Alguns movimentos de igreja têm denunciado este expediente, que marcou o cristianismo feudal e também o burguês, como uma verdadeira traição; têm mesmo encaminhado uma interpretação mais realista da sociedade e uma praxis mais eficaz. Mas eles vão enfrentar, doravante, um problema que vai requerer mais do que habilidade e coragem, pois tudo indica que o documento de Puebla ignorou ou minimizou as estruturas de classe do capitalismo que condenou; o que se pode perguntar é o que pode ser a «opção pelos pobres» sem uma expressão considerável destas relações. E a luta pelos direitos humanos também pode padecer os seus percalços, na medida em que lhe for reconhecido um significado político. Com efeito, nesta luta, a presença do padre e do bispo têm sido decisiva e pode ser inibida pelo veto ou pela restrição da ação política do clero.

A década decisiva

Se os ecos de Puebla não foram distorcidos, a próxima década será decisiva para as relações de poder entre Igreja e Estado na América Latina e deste confronto tudo pode resultar: preferir sem inspiração tem sido sempre funesto, principalmente aos que se pretendem cientistas sociais. De qualquer forma, se a política dos agentes de Igreja se revelar inepta ou inadequada às condições da sociedade latino-americana, se ela não for capaz de assumi-las como contradições e assim resolvê-las no quanto isto lhe cabe, elas hão de devorar essa Igreja qual esfinge instalada e estruturada em seu próprio seio.

O satânico Dr. Disney

Hoje os catecismos carolas e reacionários já não existem mais. No seu lugar surgiram as revistas em quadrinhos que de maneira muito mais sutil e eficaz realizam a doutrinação infantil que interessa às classes dominantes. E neste ramo Disney é, inquestionavelmente, não só o criador como também o mais influente. Aqui, uma devassa nas suas estórias.



Por Grupo Mineiro de Desenho

A cada semana, em todos os cantos do mundo, milhões de leitores são absorvidos pela fantasia e pela «inocência» das velhas histórias de Papai Walt Disney, criador de dezenas de personagens que desde 1928 encantam adultos e crianças, representando o indiscutível sucesso financeiro de Walt Disney Corporation.

Até hoje, poucas foram as tentativas de analisar este complexo mundo da imaginação, sendo a obra mais conhecida a de Armand Mattelart e Ariel Dorfman, «PARA LER O PATO DONALD» tida por muitos como uma visão sectária da «entenebrecida» criação de Disney, opinião manifestada no próprio prefácio do livro, por Alvaro de Moya, colecionador e crítico de quadrinhos de São Paulo.

Naturalmente essa opinião é um fiasco. Longe de encerrar uma visão sectária, o livro de Mattelart nos parece concorde e crítico nas críticas que faz à intrincada estrutura ideológica de Patópolis e seus personagens, na medida em que não aborda alguns de seus aspectos fundamentais, como as relações econômicas. É importante, no entanto, registrar o caráter pioneiro que tem a obra de Mattelart e Dorfman. Além de ser responsável

por uma nova linha de análise do «Mundo Disney» e dos quadrinhos em geral, ela, apesar de seu apego a um eixo demasiadamente psicológico de análise e crítica, abre, inclusive, campo para abordagens mais profundas.

Joguem os maus aos leões

A repressão permanente seria, sem dúvida, a sentença que Disney prescreveria aos marginais de toda a espécie, aos maus e subversivos, caso fosse, ao invés de um empresário bem sucedido, um juiz criminal. Isto ele deixa claro através de suas estórias, onde o Mal não tem conserto, da mesma forma que o Bem é imaculado. A maldade, como a bondade, fazem parte da natureza dos homens, não são resultado de suas relações sociais, das contradições da sociedade capitalista, mas sim obedecem aos mandamentos da Genética. Os Irmãos Metralhas, malfetores de grande estirpe, não adquiriram nenhuma de suas características num embate com o mundo. Já as possuam no berço, as trouxeram do útero materno. É assim, ao menos, que nos conta Disney no nº 958 do «Pato Donald», de março de 1970, numa estória que traz o sugestivo título de «A culpa não é nossa». Nela, os metralhas tentam, enquanto são julgados, demonstrar que a razão de sua atual condição de marginais tem origem numa infância de pobreza e violência. Seu argumento, contudo, é desmentido pela providencial intervenção de Madame Min, que leva o Magistrado ao

passado dos malfetores. E o passado condena. Na verdade, os Metralhas não passavam de «Malvados de nascença», conclusão literal a que chega o Magistrado. Exemplos como este são inumeráveis.

Falhas, assim como «desviados sociais» incorrigíveis, existem. É preciso, então, reprimilos, proteger as instituições, a propriedade privada contra qualquer ameaça. E o Mundo Disney não tarda na repressão, como não tarda na recompensa aos justos. Na terra, aos homens de boa vontade (leia-se satisfeitos com a ordem estabelecida) os prêmios são vários: vantagens profissionais, sucesso financeiro, etc... Aos maus, as eternas chamas do Inferno. Em outras palavras, a repressão pura e simples, a tortura, a condição de párias.

E atirem os bons aos céus

No conflito absoluto o resultado é certo: O Bem sempre vence. No entanto, mesmo dentro do maniqueísmo «normal», há que haver espaço para o relativo. Assim é que, por vezes, personagens naturalmente bons excedem em suas atitudes, vão além do habitual. Quando o Tio Patinhas, por exemplo, ultrapassa os limites da avaréza ou da exploração «normal», personagens ainda mais perfeitos são utilizados para adverti-lo. É o caso dos incorruptíveis escoteiros Huguiño, Zézinho e Luizinho, expressões da mais alta moral e retidão. Neste confronto ganham os escoteiros, mas ninguém sai perdendo. Tio Patinhas acaba por aceitar os princípios da «boa conduta» e tudo termina bem.

O mesmo não acontece quando o conflito relativo se dá entre «maus». Neste caso, como por exemplo, entre a Madame Min e os Irmãos Metralhas, sempre estes últimos, os mais desprezíveis (ameaças permanentes aos milhões do Tio Patinhas), são derrotados e castigados. Em síntese, os bons sempre podem aprender um pouco mais, já os maus, pau-de-arara neles.

O conflito relativo, além de suavizar o maniqueísmo tosco, serve também para valorizar uma série de atitudes sociais. É através deste tipo de conflito que o Mundo Disney emite preceitos sobre movimentos femininos, arte, educação, ciência, etc. Os preceitos emitidos são, naturalmente, os mais reacionários possíveis.

Com relação à ciência, por exemplo, distinguem-se claramente três possibilidades para os cientistas: primeiro, os gênios do crime, os cientistas maus, como o Prof. Gavião e o Dr. Estigma, segundo, os cientistas bons, porém lunáticos e esquecidos, e portanto inefetivos, como o Prof. Pardal (dos caçadores de costas automáticos); e finalmente, o modelo de como deveria ser a ciência, o cientista trabalhando para o Capital, como nas estórias em que, a pedido do Tio Patinhas, o Prof. Pardal inventa aparelhos capazes de, em questão de horas, duplicar a fortuna do velho pão duro. Outro aspecto importante é a sublimação da ciência positivista, representada pelo Manual dos Escoteiros síntese de todo o conhecimento humano e absolutamente a-histórico.

Mickey, um agente da CIA
O relacionamento entre esta moral cotidiana

do Mundo Disney e a ideologia é, segundo Patópolis, motivo suficiente para reprimir, para justificar a dominação econômica e o controle dos povos do terceiro mundo.

A respeito disto, cumpre inicialmente mencionar a localização de Patópolis: algumas vezes ela é uma imensa cidade industrial, enquanto em outras é uma pacata cidade norte-americana; umas vezes ela possui um porto marítimo, e em outras, um porto fluvial; existem desertos nas proximidades de Patópolis, assim como pântanos. Segue que, mais que uma cidade dos Estados Unidos, Patópolis é os Estados Unidos.

E os que não moram em Patópolis? São os maquiavélicos habitantes da Brutópia, o paraíso dos trabalhadores (que é um paraíso apenas no nome), ou somos nós, os estrangeiros preguiçosos, os eternos «nativos», os habitantes do terceiro mundo.

A superioridade dos patopolenses justifica então, segundo Disney, que eles sejam os responsáveis pela manutenção da paz (leia-se manutenção do capitalismo) no terceiro mundo. E para isto eles estão bem equipados: possuem a Polícia Internacional, vulgarmente conhecida como Cia, da qual o temível Mickey é um dos agentes mais eficazes; possuem os bondosos capitalistas Patinhas e Patacônio, especializados em fazerem acordos com as burguesias locais (do terceiro mundo), que possibilitam o uso dos meios mais modernos de exploração dos trabalhadores; possuem os escoteiros mirins, organização com filiais espalhadas por todo o mundo.

O espectro da subversão também ronda Patópolis

Já o combate aos arqui-inimigos de Patópolis, o povo da Brutópia, é feito através de deturpações do marxismo: frequentemente os espíes da Brutópia lutam para que o mundo inteiro se torne escravo dos ditadores daquele país. E é mais que evidente que mesmo o «povo feliz» da Brutópia não está nada feliz com o regime lá implantado. É interessante uma leitura comparativa entre a primeira estória do «Mickey» no número 159, e sua republicação no «Disney Especial» número 19, primeira estória. Enquanto no original, «Mickey», Tio Patinhas lutava contra Brutovic, o cónsul da Brutópia e seu auxiliar Ridelov, na republicação Tio Patinhas lutava contra o Dr. Tancredo Leitão, cientista e seu auxiliar Alfredo. E adivinhem que são os corvos maus na estória dos Aristogatos, publicada no «Tio Patinhas» número 81? Nada mais, nada menos que Marx e Hegel (Sr. Tradutor da Editora Abril: não seria Marx e Engels?).

Tio Patinhas começou como engraxate

Iniciaremos a economia do Mundo Disney pela origem do capital, ou seja, perguntando: como foi que o Tio Patinhas se tornou o riquíssimo que é hoje? E naturalmente, ninguém está mais capacitado para responder esta pergunta que o próprio Mundo Disney. Tio Patinhas nasceu pobre. A despeito na maioria de seus antepassados terem sido milionários, só recentemente Patinhas conseguiu descobrir os tesouros escondidos da família. Segundo o próprio Patinhas, ele ficou rico através do trabalho árduo, tendo sido desde engraxate até um minerador que participou da corrida do ouro do Yukon. Seria então através da perseverança e da

avareza que ele ficou tão rico? A julgar pelo número de pessoas perseverantes e ávaras que estão muito longe de serem ricas, esta não é a razão adequada.

Mas o Tio Patinhas tem algo mais. Ele possui a sua moedinha número 1, um amuleto fantástico que, aliado a seu extraordinário tino para negócios, que Patinhas se enriqueceu. Isto explica então porque existem tão poucos milionários, pelo menos para Disney.

Uma comparação entre o Tio Patinhas e o Patacônio é também interessante. Enquanto o primeiro é a avareza em pessoa, chegando mesmo a viajar clandestino em trens para evitar pagar a passagem, Patacônio age de outro modo: desfruta de todos os benefícios da sociedade moderna, sabendo que todos os seus gastos retornarão mais tarde com lucros. Ou seja, Tio Patinhas é reacionário dentro do próprio capitalismo!

Um mundo sem trabalhadores

Mas o que faz que determinado negócio realizado pelo Tio Patinhas proporcione enormes lucros? De acordo com a teoria do valor definida por Disney, o lucro é produzido pela circulação de dinheiro (veja o «Disney Especial» nº 9, «História do Dinheiro», pág. 6).

E certamente não é a existência de trabalhadores que possibilita o lucro, pois Patópolis não os possui. Realmente, todas as pessoas que trabalham no Mundo Disney não produzem

mais-valia: eles são guardas, motoristas de taxi, repórteres, telefonistas, etc. E quando aparece uma das fábricas do Tio Patinhas, os empregados aparecem; aparecem quando muito os mestres-de-obras que dirigem o trabalho de supostos operários (não aparecem), ou de robôs.

Espere, estamos cometendo uma injustiça! Aparecem operários sim! Por exemplo, o segredo do sensacional sítio da Vovó Donald é atribuído a **minhocas**... «as pequenas lavradoras subterrâneas que trabalham o solo do sítio!» (veja o «Mickey» nº 303, pág. 55). E a «união entre o trabalho e o capital» aparece no «Zé Carioca» número 709, onde o Lobão se associa a **castores**, obtendo alta rentabilidade (de passagem, cita-se que tanto as minhocas como os castores são menos evoluídos biologicamente que os patos e os lobos). O relacionamento entre as minhocas e a Vovó Donald é espantoso. Em troca de moradia as minhocas trabalham arduamente o solo do sítio e somente o solo do sítio, porque «elas jamais pensariam em abandonar a Vovó!». Tal sentimento de gratidão é característica do Mundo Disney: tanto as minhocas como «os nativos» (habitantes de uma cidade do terceiro mundo) são vítimas de uma enganação já antiga; em troca do trabalho, os patrões concedem o direito a moradia, dão museus, etc., assim como os conquistadores espanhóis deram quinquilhas em troca do ouro dos povos andinos. Já o Lobão, em sua sociedade com os castores, receberia 50% dos lucros, prêmio que os castores consideravam justo, mesmo que o Lobão

não precisasse de trabalhar. De forma que existe uma maneira honesta de explorar os trabalhadores!

Na verdade, contudo, os patrões estão fazendo um benefício para os empregados ao fazer com que eles trabalhem exaustivamente. É isto que se conclui ao ler a estória do «Pato Donald» nº 618, em que o Donald, inconformado com o regime de trabalho a que estão submetidos os empregados do Tio Patinhas, resolve se tornar um «patrão camarada», aumentando substancialmente o salários dos empregados e diminuindo o horário de trabalho. A consequência não tardou: os antigamente cordiais e compenetrados empregados do Tio Patinhas transformaram-se em assustadores e desleixados. A exploração do velho ranzinza é uma joia do pensamento capitalista: «Sabe o que você fez com os meus empregados? Você lhes tirou a satisfação que sentiam em realizar um bom trabalho, tornando-os preguiçosos e relaxados! Preciso restituir-lhes o senso de responsabilidade... O incentivo para trabalharem e serem recompensados justamente!»

Vietnã na versão Disney

Como síntese de quase tudo que foi dito, existe a primeira estória do «Tio Patinhas» nº 15, em que Patinhas, por não ter recebido um elefante de jade que havia comprado do Vietnã, resolve viajar para lá. No Vietnã (será que este nome tem algo a ver com o Vietnã?) está ocorrendo uma revolução em que todo o povo luta para colocar no poder um ditador, unicamente interes-



sado em transportar pilhagens no oco do elefante de jade, símbolo sagrado lá. O ditador é conhecido como General Mao, e possui como braço direito uma ratazana que é uma caricatura do Ho-Chi-Min. A única pessoa capaz de pacificar o país é o príncipe Bein Bom, representante da burguesia local, e que foi educado em Patópolis. Depois de ter lutado a favor do príncipe o velho sovina e seus sobrinhos resolvem demonstrar como são bondosos: doam um tesouro que eles acharam no Vietnã para o povo faminto daquele país.

Embora não tenhamos abordado todos os aspectos do Mundo Disney, sobretudo a rígida moral sexual de Patópolis (que é bem dotado no livro de Mattelart), acreditamos que o texto acima sintetiza a ideologia que nos é transmitida, não só pra Walt Disney, como também por vários outros veículos ideológicos capitalistas. Pretendemos mostrar, em breve, que o universo criado por Maurício de Souza possui vários elementos em comum com o Mundo Disney, devendo ser, portanto, igualmente criticado.



Confronto

"Em Tempo" continua!

Todo poder a quem trabalha

Nosso jornal nasceu com duas metas fundamentais há cerca de dois anos atrás: de um lado realizar uma experiência de imprensa democrática efetiva, onde os trabalhadores e colaboradores, reunidos numa Frente Jornalística, fossem, em igualdade de condições, os reais detentores do poder no jornal; de outro lado, buscar subsidiar o processo de articulação da oposição, em especial da oposição mais consequente, na perspectiva da luta por liberdades democráticas desde o ponto de vista dos trabalhadores. (Ver documentos da fundação).

Somente a partir destas duas questões é possível entender a crise que o jornal vem vivendo mais recentemente e que finalmente tornou-se clara na reunião extraordinária do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) da Editora Aparte S/A, realizada em 19/2 e por nós convocada.

Em agosto último, o CEA, na tentativa de concretizar a linha política de liberdades democráticas na perspectiva dos trabalhadores, votou por 16 a 1 uma resolução editorial solidarizando-se com o movimento socialista, ainda que todos reconhecessemos nela uma resolução insuficiente e vaga; nada mais que um primeiro passo na concretização de nossas intenções iniciais.

Mas pouco depois, por paradoxal que possa parecer, vários companheiros começaram a autocriticar-se desta definição, e pior ainda, a demonstrar pouco interesse pelo jornal, afastando-se da sua vida interna. Esta realidade pouco a pouco foi se manifestando nas próprias páginas do jornal: a publicação de uns poucos artigos destes companheiros explicitando suas posições e na prática a indefinição política pela não realização da resolução editorial. Ao mesmo tempo, vários destes companheiros se afastaram inteiramente do trabalho, sendo que alguns ausentes já há meses da própria sede e sucursais do EM TEMPO.

Até na própria diretoria da Editora Aparte S/A este processo de afastamento começou a se manifestar chegando ao climax com a demissão de nosso Editor Chefe, e na semana passada com a recusa da maioria dos diretores a sequer assinarem como avalistas um empréstimo para saldar obrigações inadiváveis. O que, para que o jornal não parasse teve que ser assumido somente por nós.

Como alternativa à proposta de paralisação do jornal, que já por então se insinuava a maioria da diretoria por então não tinha outra resposta senão depositar toda a esperança na busca de novos parceiros para a frente jornalística. Pareceros que no entanto (é claro) só se comprometeriam a empreender esforços de vulto para a solução dos problemas se pudessem ter uma entrada pela porta dos fundos, direito ao poder. Isto, era para nós inadmissível.

Não tivemos outra alternativa senão a convocação extraordinária do CEA. Nela este descompromisso com o jornal se tornou insuportável quando a maioria dos Conselheiros não tinha outra proposta para a solução da crise do jornal senão a suspensão do mesmo para balanço da crise.

A isto contrapusemos a proposta de que os companheiros permanecessem no jornal respeitando a Frente Jornalística reintegrando-se no trabalho, empreendendo esforços para a superação dos problemas editoriais e administrativos porém garantindo ao conjunto dos trabalhadores efetivos do jornal sua devida e real representatividade na direção. Ou seja levando-se em conta a omissão da maioria da diretoria na garantia da sobrevivência do

jornal, que ficava clara no episódio do empréstimo, era condição de continuidade do EM TEMPO a adequação da diretoria à realidade daqueles que de fato vinham se empenhando em garantir sua sobrevivência.

E assim, surgiu o impasse, a nível do CEA. Nós, a minoria, não reconhecíamos legitimidade deste conselho decidir a paralisação. Primeiro, porque não está na esfera de competência do CEA decidir a paralisação do jornal. Esta tentativa era ilegal, e revelou-se também usurpadora, porque esta maioria de conselheiros recusou até mesmo a proposta de uma consulta urgente às bases do jornal proposta por nós que, no prazo de uma semana, buscasse o mínimo de aferição da opinião das bases a respeito de tão ousada decisão. Além disto, esta maioria de conselheiros não somente resolveu convocar uma Assembléia Geral imediatamente, a partir do momento em que nos retiramos da reunião e convocamos nós mesmos, uma Assembléia para dia 4/3/79.

A tentativa do CEA foi igualmente liquidacionista, pois, por mais que se queira o contrário, na imprensa, e em especial na imprensa alternativa, jornal parado é jornal fechado. Assim, se dependesse desta maioria de conselheiros, quando a Assembléia viesse a se reunir dia 4/3 ela já se defrontaria com o fato consumado de EM TEMPO fechado.

Baseando-se nestas razões, e julgando representar a maioria dos trabalhadores e colaboradores atuais do jornal mais do que a maioria de conselheiros eleita um ano atrás, é que nos insurgimos contra a tentativa do CEA e resolvemos continuar nosso trabalho, convocando ao mesmo tempo a Assembléia para a decisão soberana e final.

De resto, o fato do jornal continuar a circular normalmente é a prova cabal de que o conjunto daqueles que hoje de fato produzem o EM TEMPO não se sentem representados na tentativa de liquidação ousada pela maioria de conselheiros.

Finalmente, não somos baluartistas do produto que vimos fazendo nem setários quanto a linha editorial que vem sendo implementada. A Assembléia Geral dos trabalhadores e colaboradores do EM TEMPO saberá julgar melhor do que ninguém os méritos e as falhas destes dois anos de trabalho.

Assim, fica claro que se as razões de fundo da nossa crise são políticas, no entanto elas passam pela desigualdade do compromisso com o EM TEMPO, no respeito à Frente Jornalística; nos métodos de trabalho e na democracia interna enfim. A Assembléia Geral caberá a discussão e deliberação deste fundo político de nossa crise.

E neste particular, já adiantamos que temos o máximo de esforço empenhado na unidade do EM TEMPO, estando abertos à discussão da concretização de princípios básicos de luta por liberdades democráticas desde o ponto de vista dos trabalhadores. No entanto, a menos que os trabalhadores e colaboradores do EM TEMPO resolvam rever pela base o projeto inicial, eles não substituirão seus princípios por outros que, uns mais outros menos, tentam reeditar a velha prática de alianças policlássistas, do tipo Frente Popular, na luta atual contra o regime autoritário.

Robinson Ayres Pimenta (Diretor Administrativo)

Flávio Andrade (Vice-diretor de Redação)

(Pelos Conselheiros Fausto Brito, Aloisio Marques, João Batista dos Mares Guia, Raul Pont, Carlos Tibúrcio, Flaminio Fantini).

Comunicado oficial do Conselho Editorial e Administrativo (CEA) do Jornal Em Tempo

Em sua reunião extraordinária do último dia 18 de fevereiro (domingo), que contou com a presença de 15 membros titulares e 4 suplentes, o Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A, discutiu sobre a situação de seu principal veículo — jornal EM TEMPO. Após um desasombroso balanço autocrítico, chegou-se às seguintes conclusões:

1 — que nosso jornal enfrenta uma CRISE POLITICA

A maioria dos conselheiros que subverteu este comunicado (11 dos 17 conselheiros daquela reunião do CEA) entende que o papel central do EM TEMPO, na atual conjuntura, é contribuir para o fortalecimento da unidade popular na luta contra a ditadura, pois só uma alternativa popular ao regime militar poderá, de fato, assegurar condições de vida e efetivas liberdades democráticas. De outro lado, há os que insistem que uma tarefa central do atual momento é a construir «um movimento socialista orgânico no movimento de massas», sendo que os adeptos desta têm um peso decisivo na direção do jornal. Tais posições, que certamente reclamam maior explicitação e debate, provocaram profundas divergências em nossa frente jornalística, a ponto de marcar um impasse, cuja solução só poderá se dar numa assembléia geral de todos os trabalhadores e colaboradores do EM TEMPO.

2 — que nosso jornal enfrenta uma CRISE EDITORIAL

Expressão das divergências referidas, a denúncia contra as arbitrariedades do regime nem sempre ocupam o papel central nas páginas do jornal, que se tem revelado um órgão eclético, quando não um veículo marcado pelo doutrinarismo — ou ditadura de regras em termos editoriais — às vezes inclinando-se «jornal de debate», caracterizando-se mais como um jornal fechado, um instrumento intimista, de «igrejinhas», que quase só fala para um público de esquerda. Suas matérias, deíveis também enquanto material jornalístico, pobres em substância, tudo isso decorrencia do impasse político mencionado, tornam-se cada vez mais desinteressantes ao presumível público leitor. Ai, provavelmente, estaria a explicação maior de nossa queda de vendas sobretudo nos últimos meses.

3 — que nosso jornal enfrenta uma CRISE FINANCEIRA

Sem dúvida, os obstáculos financeiros são comuns à imprensa alternativa em geral. Nossa experiência é de resistir desde a nossa fundação, ainda que a «crances e barrancos». Entretanto, agora, atingimos uma fase aparentemente insuportável. Há causas externas, mas há também problemas internos que precisam ser atacados. Nossa política administrativa, particularmente as medidas implementadas nos últimos meses, definidas por alguns companheiros como «linha dura», em nada amenizaram a situação. Antes, agravaram mais ainda nosso dilema, pois nosso déficit cresce dia-a-dia.

Perante o quadro de crises, nosso desejo é encontrar uma saída consequente para EM TEMPO, que precisa ser uma saída não apenas provisória, conciliadora, mas uma alteração radical em termos da definição clara de nosso papel político e de nossos métodos de trabalho. EM TEMPO faz parte da história da imprensa alternativa brasileira. Cumpriu um importante papel em sua fundação e em certos momentos de sua existência e resistência. Resgatar seus pontos positivos, mas ousar redefinir suas metas, precisar seu papel atual e tratar urgentemente de melhorar sua qualidade jornalística, são questões decisivas para seu futuro.

Assim, o Conselho Editorial e Administrativo resolve:

- 1 — suspender temporariamente a edição do jornal EM TEMPO, transferindo para a próxima Assembléia Geral de todos os trabalhadores e colaboradores do jornal a deliberação sobre os rumos do jornal.
- 2 — convocar uma reunião do Conselho Editorial e Administrativo para o dia 03 de março de 1979.
- 3 — convocar a Assembléia Geral Ordinária da Editora Aparte S/A, para o dia 04 de março de 1979.
- 4 — recusar por 9 x 2 e 1 abstenção a proposta do conselheiro Raul de transferência da decisão de suspensão do jornal para os acionistas, entendendo que a AGO convoca da para o dia 04/03/79 tratará desta matéria.

5 — convém ressaltar:

- a) desta decisão não participaram 8 conselheiros
- b) não reconheceram a legitimidade das decisões tomadas pelo CEA
- c) resolveram continuar editando o jornal à sua revelia assinado.

Conselho Editorial e Administrativo da Editora Aparte S/A.



Vem aí os Cadernos Trabalhistas

No final de fevereiro será lançado na praça o primeiro caderno trabalhista que se propõe a «ajudar a retomar o fio da história das lutas populares dentro de uma perspectiva contemporânea onde o socialismo não seja mera retórica ou principio doutrinário». Eis o que pensa um dos seus idealizadores:

No final do ano passado, quando pensamos em organizar os Cadernos Trabalhistas, sentíamos que havia algo de novo neste país.

O ano fora de grande tensão tanto para as oposições quanto para o próprio regime. O trabalho estafante das campanhas dos candidatos populares do MDB fora recompensado com algumas expressivas vitórias. Mas, não obstante o cansaço das reuniões e comícios, a ânsia de participar, ou melhor de lutar politicamente era e é, muito grande.

O MDB que repetira a façanha de 74, declarava sua incontestável vitória, mas arquejava sob seu peso. O recesso do parlamento demonstrou que o partido mantinha sua característica de agremiação nitidamente parlamentar.

Alguns comitês teimaram em continuar funcionando e «arautos» anunciavam um novo MDB legitimado pelo povo. Entretanto, um partido popular e democrático com um programa ideologicamente definido não surge em um passe de mágica, e nem mesmo de um voluntarismo ainda que generoso e bem intencionado. Além do trabalho fundamental de organizar as bases é necessário equacionar a luta econômica, a luta social, a luta ideológica e a luta político-partidária propriamente dita. Enfim, gigantescas tarefas.

O ano de 1979, anuncia com a recente decisão dos metalúrgicos de São Paulo em criar o partido dos trabalhadores que a luta pela democracia

entrou em nova fase que necessariamente incorpora a luta pela formação de autênticos partidos populares que sejam instrumentos permanentes de militância e mobilização. O MDB ainda será a federação das oposições? Sim, mas deverá ser procurada «a unidade na diversidade» conforme declarou Leonel Brizola em recente debate com Lula e representantes do MDB.

E, é nesse contexto que a revista terá de se inserir articulando o debate sobre o que será um Partido de Massas neste país, e ao mesmo tempo recuperando a memória nacional — pois não começamos hoje.

Pretendemos estar colados às lutas do presente e ajudar a retomar o fio da história das lutas populares dentro de uma perspectiva contemporânea onde o socialismo não seja mera retórica ou principio doutrinário.

A questão do partido deverá, pois, ser retomada tanto na perspectiva prática quanto teórica. A este último ponto Fernando Henrique já nos alertava em interessantíssimo artigo publicado no início de 1978 na revista Contexto nº 5 o qual, estranhamente, não repercutiu dentro da oposição.

O número final da revista estará nas bancas no final de fevereiro com uma proposta que também inclui uma renovação de linguagem. Seu sucesso dependerá da adesão de antigos e novos companheiros, ex-trabalhistas ou não, que hoje dedicam seu esforço de pensar e agir na transição do Brasil hoje para uma nova sociedade.

Márcio Wohlers

Na forma de poesia José Francisco de Souza retrata a enfadonha realidade da vida cotidiana do bancário. «Calcular, somar, contabilizar», deixando o banco cada dia mais rico.

Bancário

Por J. Souza

Oito horas da manhã
Do dia de hoje
De todos os dias
Do dia de amanhã.
Começa o trabalho no banco
Começa o banco de trabalho
Enfadonho
Repetitivo
Nada alegre
Nada atrativo.
Calcular, somar
Contabilizar
Rendas, juros
Tudo muito
Pro banco.
Ordenado contado
De coitado
Tudo medido
Comedido
Tudo pouco
Pro bancário.
Seis horas de trabalho
Mais duas de extra
Trabalho extra
Lucro extra
O trabalho, extra normal

O rendimento, extra legal.
Tudo pro pagamento
De uma roupa
Do Trabalho
Gravata e camisa social
Que como o bancário
Se consumiu
No dia-a-dia
A vida passa
O banco fica
Cada dia mais rico
E o bancário, cada dia mais velho
Mais alquebrado
Envelhecido
Adoentado
Da vida, aposentado
Do trabalho, ainda não.
A aposentadoria, um sonho
A vida, uma ilusão
O banco, uma realidade.
É preciso manter o capital do monstro
E o monstro-capital.
Quando já velho
Ze bancário
Finda aposentado
Da vida e do banco.

Polidores x poluídos



Catrac, em Santo Amaro (Ba) poluição a vontade

A Ecologia é uma ciência jovem que vai sendo lentamente difundida. Nos países subdesenvolvidos como o nosso, onde a ciência está relegada a segundo plano e os cientistas são encarados como agentes nocivos à sociedade, essa difusão vai sendo levada mais pelos desastres ecológicos do que por meios «mais didáticos» do saber. Sendo assim, é claro que a luta pela preservação do meio ambiente no Brasil é limitada a algumas elites que importaram a maior parte do material que deu origem aos movimentos ecológicos. As pequenas lutas realizadas como a da Brascraft no Vale do Parapananema, Augusto Ruschi e a reserva biológica de Santa Luzia, o caso do aeroporto em Caucaia, etc. foram lutas de âmbito no máximo regional que, embora tivessem contado com o apoio de diversas entidades no país não chegaram a despertar o que poderia ser chamado de «consciência ecológica nacional».

A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) de certa forma poderia ser encarada como uma vitória, na verdade não traz contribuições ao movimento ecológico pois fica restrita às imposições de sua própria criação. Um tema como o da poluição que afeta a todos, mas principalmente às classes mais pobres, é um dos mais debatidos no momento. Porém a gigantesca máquina de fabricação de falsas ideologias que, junto com as forças da repressão sustenta o atual sistema já entrou em ação. A poluição não está sendo encarada como uma consequência mas como um fato isolado: um problema técnico e que exige no máximo, soluções técnicas.

Imaginem os senhores: «poluidores» e «poluídos» numa luta comum, reunindo esforços no combate à poluição. Claro está que a solução a tais problemas é uma solução política. No atual momento político, quando a maioria da população clama por transformações radicais, torna-se necessário fazer uma reavaliação de nossos conceitos e endireitar as nossas lutas num sentido mais verdadeiro e condizente com nossas reais condições. O que significaria então, a luta pela preservação do meio ambiente no Brasil?

Ecológicamente falando o homem representa uma parte da natureza e

não pode vê-la simplesmente apenas como alguma coisa a ser destruída e transformada em capital, principalmente porque é apenas uma minoria que desfruta dos benefícios dessa transformação. Desta forma, a preservação da natureza e a preservação do homem significam a mesma coisa.

No Brasil hoje, a luta pela liberdade de expressão e organização, pela anistia e contra a concentração de poder é fundamental e deve ser assumida pelo conjunto dos movimentos ecológicos. Da mesma forma que a variedade de seres vivos é um fator fundamental no equilíbrio natural, a diversidade de pensamento só pode favorecer a harmonia social. As formas anômalas não sobrevivem na natureza e nem no bom senso.

Ao mesmo tempo, à medida que nos tornamos mais pobres, doentes e neuróticos nas grandes cidades, as florestas vão sendo derrubadas. Algumas são substituídas por monoculturas como o eucalipto. Essas monoculturas que não trazem benefícios ecológicos e nem sociais fornecem (além de lucros) um bom índice da riqueza e variedade de pensamentos de uma ridícula minoria.

E a coisa vai piorar: resolveram fazer o «milagre» na agricultura. O Brasil ficará cada vez mais entupido de fertilizantes, adubos químicos, bioidas, etc. Descobriremos então, que o «Mal de Neves» é um mal também do Brasil. Aos autores do «milagre» fica prometido desde logo a «canonização» por parte das multinacionais.

Semanas atrás ficamos sabendo que o presidente e outras mentes insanas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — arquitetaram um insensível plano de vender a floresta amazônica. A floresta, que há muito vem sendo atacada, acaba de receber sua pena de morte. O IBDF, um dos maiores e mais antigos inimigos dos conservacionistas (favor não confundir com os conservadores) perde, enfim, a sua máscara.

Os ecólogos, que tem sido chamados de alarmistas ou confundidos com membros de «sociedades protetoras de cachorrinhos de madame» tem agora uma boa chance de mostrar contra o que e quem estão lutando.

(Carlos Eduardo G. Pinheiro)

"O povo merece mais respeito"

Senhores diretores de o jornal «Em Tempo».

Compatriotas:

É pena, pois, que só tenho «50 linhas» reservadas. Desafiando o Jornal impulsivamente por desejos e deveres superiores, torno a liberdade de fazer uso do modesto espaço sugerido. Devo elogiar e propor, quicás, o óbvio. Sendo um homem modesto, enfermeiro hoje, havendo, estudado no exílio, banido pelo AI-5, ex-marineiro, filho da classe trabalhadora (do Nordeste, Ceará) do nosso País, tendo sentido a dor ao saber que o meu pai se suicidara, quando eu na prisão, em consequência de informações deformadas e o fiz constar na 3ª Auditoria Militar de São Paulo, tomado consciência de tantas coisas na «universidade» da vida e nas «ruas do exílio» e convicto do meu dever para com o nosso povo em geral e mui particularmente a minha classe, o proletariado, quero, desde aqui, usar esta modesta «tribuna», que ultrapassando muitas fronteiras, e tido a oportunidade de ler trabalhos admiráveis, de compatriotas admiráveis.

Quero tão somente referir-me ao «Em Tempo» do ano 2, nº 46 de 11 a 17 de janeiro de 79.

Revi fotos e nomes de muitos ex-amigos... Edgar Aquino Duarte, para citar apenas um inesquecível amigo de farda, e lido muitas matérias. Admiro as colocações polêmicas. Admiro a lucidez teórica e a seriedade com que são abordadas as «coisas» históricas: «A volta das ilusões perdidas», «Trabalhadores do Brasil, sambai-vós», de o «Em Tempo» nº 46, são trabalhos teóricos que devem continuar sendo levados à classe trabalhadora. — Getulismo (ou populismo), brizolismo (antes de 64) ou o «moderno», Ivete Vargas e coisas do estilo hoje no mercado político, têm a sua razão de ser histórica (como as religiões, os mitos e todas as musas e

deuses) no maior ou menor grau de ignorância política, historicamente, das classes desprivilegiadas e marginalizadas da cultura do nosso País.

Na minha modesta opinião, tudo isso, ainda é uma realidade política na história das nossas lutas sociais. Seria uma torpeza ignorá-la? — Constitui uma tarefa histórica desta geração de intelectuais, pelo menos, começar a desmistificar as «mensagens» messiânicas de todos os arautos do passado e do presente, ao mesmo tempo que se deve entender a histórico-transitória «tarefa» de trabalhar com «dele» o seu interior, para transformar em qualidade o que é quantidade e deformada: isso que se move e é a nossa história, tendo como verdadeiros atores, a classe trabalhadora.

O nosso povo, mereceria um outro mito carismático (se fosse justo pensar assim) que não fosse um homem (como Getúlio) que foi comprometido em atos públicos (nunca confessado) com palavras, como um «bom» maquinavêlo, o seu verdadeiro pensamento... com o nazismo Hitleriano e o Fascismo Mussoliniano (o corporativismo sindical).

São por demais conhecidos os documentos históricos? Transformar em mito um cadáver comprometido com as práticas e as «idéias» mais imundas e perniciosas da história da humanidade, é cuspir na face de uma nação e desrespeitar a memória das nossas lutas sociais. O nosso povo merece mais respeito. — Lutemos por encontrar valores históricos mais honrados e dignos à memória de nosso povo. À medida que cada um contribua para que as massas (escada para todo tipo de oportunismo subir...) evolua de objeto a sujeito, os cadáveres históricos retornarão ao seu lugar correspondente.

Fraternalmente, Otacilio Pereira da Silva

Novo Programa do Centro de Estudos de São Paulo
Ativ. 1 N. 3 Julho a Dezembro de 1971

CARA ARAO

Sindicalismo de Base, Comissões de Fábrica e Democracia
A Greve dos 700.000
A Herança de Vargas
As Lutas Operárias na República Velha
Gramsci e os Conselhos de Fábrica

Os Operários Tomam a Palavra

COMITE ACITACAO CONTRA CARESTIA VIDA!

Adquirido em todas as livrarias ou pelo reembolso postal: Livraria Zapata Rua Cesário Mota Junior, 285
CEP: 01221 Editada pelo Centro de Estudos «Everardo Dias» Campinas — SP

Febem, antro de corrupção.

DENÚNCIA



Por Carlos Alberto Luppi
(especial para EM TEMPO)

Espancamentos, menores carentizados e infratores com timpanos estourados, métodos ultrapassados de recuperação e de educação, pessoal despreparado para o serviço, comida ruim, roupas insuficientes, higiene precária, tóxicos, homossexualismo generalizado, desvios de verbas, desperdício de dinheiro, alto grau de insatisfação em comunidades de menores em que a opinião dos meninos nunca é respeitada. Estas são algumas das denúncias que podem ser feitas contra a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor em São Paulo, no Ano Internacional da Criança.

A situação é precária sob todos os aspectos e o virtual fracasso nos propósitos da Febem oferece uma perspectiva sombria para a imensa população de menores carentizados e infratores em São Paulo, hoje um contingente de necessitados que somam quase dois milhões de pessoas dos quais 18 mil infratores que não vem contando nem mesmo com uma assistência adequada e digna da parte dos poderes públicos do Estado de São Paulo, principalmente da Secretaria da Promoção Social e da atual presidência da Febem.

A professora Angela M.L. que trabalhou numa unidade da Febem na Raposo Tavares por exemplo denuncia que «o que está se fazendo na recuperação de menores infratores em São Paulo é perda de tempo, de dinheiro, um tiro saído pela culatra». Segundo ela uma das causas da violência crescente «é a própria estrutura em que está montado todo o aparato terapêutico aos menores através da Febem e da Secretaria da Promoção». Nas unidades os menores têm sido espancados barbaramente e o esquema de recuperação literalmente não funciona, ao contrário, o menor sai dali para a rua e da rua para a penitenciária». A professora afirma que: «nos moldes atuais a Febem é a maior mentira desse País, ela é um desperdício de esforços, de dinheiro, de gente. Ela jamais preenche a carência afetiva do

Nos últimos quinze dias, uma série de denúncias da maior gravidade têm sido levantadas em São Paulo sobre a péssima situação dos menores submetidos à assistência da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor — Febem — SP. Pessoas que já trabalharam dentro das unidades da Febem começaram a denunciar os bárbaros métodos de recuperação de menores em São Paulo. Em vez de começar a apurar as informações e abrir sindicâncias para apurar responsabilidades, a direção da Febem simplesmente resolveu pressionar denunciadores e o jornalista que vem revelando os fatos, chegando ao cúmulo de reunir técnicos da entidade para assinarem notas e manifestos de repúdio às reportagens sob a ameaça de demissão de quem não os assinar. A entidade não consegue explicar qual o paradeiro real dos 205 mil menores que atende. Quantos se recuperaram comprovadamente? Quantos continuaram na marginalidade? Quantos morreram? Quantos foram devolvidos às famílias? O que é sobretudo inquietante, principalmente, porque ao reporter Carlos Alberto Luppi, o presidente da Febem — Agostinho Giusti — admitiu que muitos menores morreram mas «não há controle sobre isso». EM TEMPO, em uma série de reportagens, vai apresentar estas denúncias e mostrar toda a farsa do trabalho da Febem de São Paulo.

menor que é o principal problema dos delinquentes juvenis ao lado do fator econômico».

A professora trabalhou durante cinco meses na unidade educacional da Febem no quilômetro 19 da Raposo Tavares. Neste lugar há 300 menores em regime aberto, entre 14 e 18 anos qualificados de «pequenos infratores e indivíduos sem muita periculosidade». Para começar o próprio diretor da entidade, sr. Inácio não é um indivíduo acima de suspeitas. Ex-diretor da unidade de Itapetininga ele foi transferido para a Unidade Estadual-21 (UE-21) apesar de ter contra si dois processos administrativos por roubo e desvio de madeira e material da Fundação.

Cabide de empregos

— Mas não é só isso, afirma Angela. E relata: «Na área da educação por exemplo. Eles adotam uma cartilha chamada de «Caminho Suave» uma coisa completamente ultrapassada. Uma cartilha absurda. Os meninos tem aulas de cursos básicos e se um deles não vai à aula, por exemplo, de madrugada quando está dormindo surgem no dormitório cinco ou seis inspetores, acordam o garoto faltoso para espancá-lo. Isso é coisa comum lá dentro. Um garoto por exemplo começa a se familiarizar com a unidade educacional e de repente sem consulta sem nada é transferido para outra unidade e isto provoca revolta, insatisfação, violência. Não se respeita em nada o menino, nem sua vontade, nem sua opinião. Os métodos de tratamento são arbitrários».

As denúncias vão mais além: Nestas unidades funciona um verdadeiro cabide de empregos. Um exemplo: de 100 funcionários da UE-21 apenas duas pessoas ali entraram com curso, o resto entrou por politicagem da mais autêntica. Isso é claro que é prejudicial porque o número de

despreparados é brutal e os menores ficam à mercê dessas pessoas despreparadas».

Continuou: «Não acredito que se recupere alguém numa unidade como esta em que eu trabalhei. Os garotos comem, dormem e saem das ruas. Mas é um processo de ir e voltar até os 18 anos. Quando atingem esta idade voltam às ruas e dali vão direto para a penitenciária como assaltantes e marginais comuns. O que a Febem anda fazendo na realidade é adiar o problema do menor. Recuperar ela não faz. Ela pode até tirar da rua esconder o problema de uma sociedade inquieta e impaciente. Mas o menor acaba indo mesmo é para a cadeia depois de grande e isto é enganar a opinião pública».

— Cada garoto custa mensalmente à Febem cerca de 7 mil cruzeiros, mas o que existe numa unidade como esta não vale este preço: A comida é péssima, agasalho é insuficiente, higiene não existe, roupa também é insuficiente. Há até um caso em que um garoto não tomava a vários dias e isto ele disse que iria fazer se não lhe dessem papel higiênico para ele e seus companheiros».

O relato de Angela não para aí: «Os casos de espancamentos de menores são comuns e estas unidades da Febem são verdadeiros centrais de violência contra menores. Apanham de todo jeito. Com pedaços de canos, fios de ferro, pontapés, socos. Alguns têm os braços quebrados e hematomas generalizados. Brigas são comuns. Há ainda desvios de verbas porque há funcionários completamente inescrupulosos. Material de cozinha, então, nem se fala e isto eu já vi também. Certa vez vi comprarem 40 quilos de queijo metade foi desviada para as casas de alguns funcionários».

Inspetores marginais

A comida é mesmo ruim. Eu provei. É intragável. Os meninos ainda aceitam e comem. Mas

nas unidades que abrigam meninas, há forte oposição e revoltas acontecem por causa da péssima qualidade da comida. Na unidade de meninas da Vila Maria isso acontece com frequência. Então elas brigam, quebram tudo, se revoltam. Em troca são espancadas. Há uma orientação da direção da Febem para que não haja limite nesta alimentação mas dentro da unidade isto não acontece. Eu observei estarecida que alguns funcionários na UE-21 não renovam de comida as bandejas dos menores por dois motivos, primeiro porque desviam alimentação e segundo como forma de «castigo». Preferem jogar comida for a dá-la aos menores. Eu vi litros de leite serem jogados fora por picardia. Além disso há o descaço com relação à comida. A má conservação dos gêneros alimentícios faz com que muita coisa se estrague. Inspetores da noite nestas unidades são verdadeiros marginais. Vão à noite para a cozinha fazer pic-nic comendo do bom e do melhor enquanto muitos garotos dormem esfomeados».

Outra coisa que Angela viu na unidade da Febem da Raposo Tavares: tóxicos. Ela relata: «Maconha, psicotrópicos e até drogas fortes são passadas para dentro das unidades por intermédio de pessoas que lá trabalham. Os garotos se drogam com facilidade. Ou se utilizam de cola de sapateiro ou pela maconha e por comprimidos diversos adquiridos fora da unidade e que atravessam suas portas. O garoto M.R. de 12 anos com sérios problemas de depressão tentou o suicídio dentro da unidade tomando nada mais, nada menos que 40 comprimidos de Optalidon de uma só vez. Quase em coma foi para o Hospital das Clínicas. Por pouco não morreu. Os comprimidos foram passados de fora para dentro da unidade com a aquiescência dos funcionários da Febem. Eu sei muito bem que a boca de fumo do Jardim Arpoado é a maior fornecedora de tóxicos e psicotrópicos para os garotos da unidade da Raposo Tavares. E há funcionários deixando isso acontecer livremente porque são pagos pela Boca de Fumo».

A professora denuncia ainda a existência de estúpos em alta quantidade na unidade da Rapo-

so Tavares. Menores com menores e com a aquiescência de inspetores: «Posso citar aqui o exemplo do funcionário Rivelino que foi mandado embora porque acobertava estas práticas e acobertava fugas de menores. Rivelino era homossexual e junto com ele pelo menos mais 10 atuavam. Outra coisa comum é inspetor aparecer por lá com revista pornográfica e passa-la aos menores estimulando assim o homossexualismo».

Domínio do medo

— Senti em cinco meses de trabalho que ali não se recupera nada nem ninguém. Sai por uma questão de consciência e a minha consciência ainda me impede que eu fique calada». E mais: «A grande maioria dos menores destas unidades têm problemas auditivos. Esta surdez tem causa na prática de violências físicas e na utilização do método do «telefone» do menor. Tinha um garoto o Luiz literalmente surdo de um ouvido. Ele foi espancado e recebia «telefones» nos ouvidos em Itapetininga. Foi para Raposo Tavares surdo. E como ele há dezenas de menores com problemas auditivos. Na unidade da Raposo Tavares há o chamado «5º andar», onde os garotos são espancados. Falou em quinto andar, o medo dos meninos é evidente. Diante desse quadro a proporção maior é de menores carentizados que nada visualizam em termos nem de presente nem de futuro a não ser sair dali. Há até facilidade para isso, mas é o medo de ser apanhado e ser espancado. Esse negócio de dizer que os garotos fogem mas depois voltam por livre e espontânea vontade porque adoram estar numa unidade da Febem é uma mentira sem tamanho e serve apenas para encobrir a ineficiência total dos métodos cuja base é a repressão ao menor infrator. O garoto não foge porque tem medo de ser apanhado. Muitos tentam a fuga, mas a repressão vem em cima. Os garotos ali dentro encaram a vida e a morte com total indiferença. Estar vivo ou morto para eles é no fundo a mesma coisa. Ali dentro, os métodos são totalmente contraproducentes e ineficientes e ineficazes na prática porque se baseiam na repressão, na massificação dos garotos. Não há a verdadeira promoção do ser humano. Então a situação só poderia estar caótica mesmo».

EM TEMPO!

Ole, olá, os cartolas botaram pra quebrar

Utilizando os métodos que fizeram com que Paulo Salim Maluf conseguisse o trono do Palácio dos Bandeirantes, a dupla Nabi e Márcio alcançou o comando da Federação Paulista de Futebol. A disputa pelo voto da retransa ao contra-ataque onde a temperatura subiu e o nível caiu.

Por Carlos Peixoto

José Ricardo Grubell, presidente do Monte Mor, clubinho da 3ª divisão, foi ao banheiro. Lá esbarrou em dois tipos mal encarados, carregando crachás da dupla Nabi-Márcio, candidatos da ex-oposição. «Você vai se arrender do que anda dizendo por aí» — gritou um deles. Em seguida, Grubell levou uma «prensa» — isto é, empurrões e chutes — e ouviu ainda a advertência: «Tem de votar no Nabi, senão...»

Esse foi um dos métodos utilizados pelo deputado da Arena, Nabi Abi Chedib, líder do governo Paulo Egídio na Assembleia Legislativa, para se tornar desde a sexta-feira da semana passada presidente da Federação Paulista de Futebol. Durante a Assembleia que elegeu Nabi, o atemorizado presidente do Monte Mor — um simplório cidadão do interior, com sotaque caipira — tremia.

— Estou preparado para enfrentar eles... — dizia, com um bafo carregado de cachaça.

Grubell tinha trocado seus dois votos por material esportivo. Quando passou na Secretaria de Esportes para tomar posse do que tinha direito, com a promessa de votar em Nabi, soube que o material só seria entregue em março. Decidiu então votar no comendador Alfredo Metidieri, industrial de Sorocaba, acusado de esconder um caso de «doping» durante um clássico Palmeiras x Portuguesa, em 77.

— Nenhum dos dois prestam — vivia dizendo o presidente do São Paulo, Galvão Nunes, que acabou votando em branco.

De fato, a Federação Paulista de Futebol não poderia estar em pior situação para esse pleito de 79: de um lado, Metidieri, eleito em 76 através de uma aliança dos clubes do Interior intitulada «Grupo dos Treze». Logo depois, Metidieri iria se esquecer dos seus aliados para fazer uma administração voltada unicamente aos interesses dos clubes grandes da Capital.

Do outro lado, Nabi Abi Chedib e Márcio Papa, banqueiro, vice-presidente do Banco Lavra e amigo pessoal do almirante Heleno Nunes, presidente da CBD. Nabi tinha tradição no futebol: foi presidente do Bragantino, clube de sua cidade, e fez uma administração inesquecível. Ao final do mandato, a sede do clube — muito pobre, construída em madeira — estava no chão, destruída pelo cupim.

As duas candidaturas se mantiveram dentro de limites de urbanidade até a semana decisiva. Então, quando os dois decidiram disputar voto no corpo-a-corpo do conchavo e da conversa ao pé do ouvido, a temperatura subiu e o nível caiu. Os chapas-brancas foram vistos cruzando as estradas do Interior levando correligionários de Nabi à cata de um votinho de liga amadora. A seu favor, toda a máquina do governo Estadual. Ppara isso, ele contava com o apoio do coordenador de Esportes e Lazer da Secretaria Estadual de Esportes, Ferreira Pinto.

Eles prometiam tudo o que fosse possível: com Ricardo Grubell, trocaram dois votos — um correspondente ao departamento de profissionais e outro de amadores do Monte Mor — por 40 chuteiras, calções, meias, camisas e 10 bolas. E, ainda por cima, ele teria perdoado um débito de Cr\$ 3 mil com a Federação.

No dia da eleição, Nabi montou um esquema parecido com o que levou Paulo Maluf ao governo do Estado. Os delegados que iriam votar ficaram todos hospedados no Hotel Comodoro, onde foram tratados com fidalguia. Na avenida Rio Branco, trajeto obrigatório dos ônibus e carros que vinham do Interior, ele distribuiu faixas com os dizeres: «Nabi-Márcio 79». Parecia até a avenida 23 de Maio às vésperas da convenção da Arena que derrotou o preferido de Figueiredo, Laudo Natel.

Na porta do prédio nº 917 da Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, sede da Federação Paulista de Futebol, tinha uma bandinha tocando músicas para os convencionais e moças bonitas distribuindo propaganda para a chapa amarela, Nabi e Márcio.

Essa campanha deve ter custado, segundo cálculos mais realistas, cerca de 500 mil cruzeiros. Tudo isso para assumir um cargo que — dizem seus ex-ocupantes — é de «sacrifícios pessoais e grande incompreensão». No plenário da assembleia, quando os delegados ainda estavam se identificando, Nabi imitava o estilo Maluf de fazer política.

Cada eleitor de ligã desimportante da fronteira era abraçado com vigor, além de tapinhas nas costas. Em seguida — como Maluf, ele sabia o nome de um por um —, dizia: «Fulano, conto com seu voto». E não se decepcionou: no fim, tinha vencido Metidieri por uma pequena

margem: 126 a 105. Começou então — para desespero dos clubes grandes — a festa que eles tinham temido.

Frente Ampla

— Fui derrotado pelo governo do Estado — esbravejava Alfredo Metidieri, depois do resultado da eleição.

Esse derrotado — ao contrário do que boa parte da crônica esportiva tentou mostrar — não é nenhum mocinho enfrentando o meliante da fita, Nabi. Ele tinha intenções golpistas nesse republica de banana que é a FPF. Transou com Heleno Nunes sua indicação para delegado-interventor da entidade, mas quebrou a cara por acreditar nas artimanhas do cartola obediente. O escolhido foi Armando Ferrentini, publicitário e diretor do jornal «Diário Popular», que acabou aderindo à causa de Nabi.

Metidieri já tinha feito abortar a «Frente Ampla de Campinas» — de Lauro Moraes, presidente da Ponte e deputado arenista, e Ricardo Chuffi, presidente do Guarani. Essa Frente, filha de um mau cromossoma, pretendia fazer ressurgir o mesmo espírito que elegeu o comendador — o interior contra a capital.

Então, tudo ficou muito fácil para Nabi e Márcio, um secretariável das listas de Maluf. Embora de facções inimigas da Arena, eles se mostraram mais unidos do que a outra chapa, um saco de gatos de todas as tonalidades, misturando gente do interior com homens indicados pelos grandes.

Na segunda-feira ao assumir o cargo, Nabi já deixou bem claro o que vão ser esses próximos três anos na Federação. Demagogicamente, ele colocou à venda o Ford de Metidieri. Vai andar à pé ou de bicicleta? Nada disso. Os chapas-brancas estão aí para isso mesmo. Nomeou amigos para cargos técnicos — o que é que Papa entende de arbitragem? Ele é o ovo diretor do departamento — e prometeu fazer uma auditoria rigorosa nas contas das outras gestões. Metidieri depositava o dinheiro da entidade em Sorocaba. E nunca foi pouco dinheiro — nessa semana, a arrecadação atingiu 600 mil cruzeiros, o que pode representar um excelente capital de giro para empresas com problemas de liquidez imediata.

E Nabi anunciou: «Vamos devolver a São Paulo o seu legítimo poder dentro da CBD». Ai de ti, Corinthians, São Paulo, Palmeiras...



O Pacote da CBD

Salvo alguma tempestade de última hora, o resultado das eleições na Federação Paulista de Futebol não vai ser contestado pelos grandes clubes. Se o homem não presta, como é que vão permitir que ele comande o futebol do Estado? Simples: Nabi ganhou, mas não vai levar. Apesar de ser uma rameira com muitos anos na janela da política, está apenas engatinhando no «nobre esporte bretão».

Quando os 20 clubes da Especial farejaram o risco de ver a FPF assaltada por um político profissional, trataram de dar um jeito no estatuto da entidade. Aqui, nessa área, se desenvolveu a grande batalha do futebol, vencida por quem sempre mandou: os grandes.

Um belo dia anuncia-se uma expedição beligerante ao Rio de Janeiro. «Os cariocas estão, de novo, sabotando o futebol paulista» — resmungava no aeroporto de Congonhas e comendador Metidieri, à frente de um grupo de cruzados — entre eles, Vicente Mateus (Corinthians), Quintas (Santos), Bricio Pompeu de Toledo (Palmeiras) e outros.

A questão era: o projeto de estatuto enviado à CBD tinha sido totalmente vetado. Nele, os clubes criavam um conselho deliberativo de 30 membros que elegeria e presidente da FPF. E claro: a CBD não podia ir contra a lei 6.251, saída do Palácio Planalto e aprovada no Congresso Nacional.

Essa lei — conhecida como a «Lei do Voto Unitário» — tinha pretensões democráticas, segundo os porta-vozes do Ministério da Educação. Através dela, todos os clubes de divisão Especial, Intermediária, 1ª, 2ª, 3ª divisões, ligas amadoras e classistas, passariam a ter direito a voto nas Assembleias. «São os grandes que sustentam a Federação, não podem ter o mesmo peso de voto das ligas» — reclamavam os cartolas paulistas.

Manobras

No Rio, tomaram uma aula de casuismo de Heleno e seus assessores. Consta até que o representante de Santos, ao final da reunião, se abra-

futebol paulista